

ESTUDOS & PESQUISAS

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

40

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2019

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Cristiane dos Santos Moutinho

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 40

Síntese de Indicadores Sociais

**Uma análise das condições de vida
da população brasileira
2019**



Rio de Janeiro
2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 **Estudos e pesquisas**

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série **Estudos e pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4511-0

© IBGE. 2019

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar- Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.

130 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 40)

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4511-0

1. Indicadores sociais - Brasil. 2. Levantamentos domiciliares. 3. Condições sociais. 4. Estatística. 5. Condições econômicas. 6. População. 7. Qualidade de vida. 8. Custo de vida. 9. Brasil. I. IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. II. Série.

CDU 311.141:308(81)
SOC

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Estrutura econômica e mercado de trabalho	11
Estrutura econômica	12
Mercado de trabalho por grupos populacionais específicos	24
Padrão de vida e distribuição de renda	47
Distribuição de rendimento	48
Pobreza monetária	57
Condições de moradia	62
Restrições de acesso em múltiplas dimensões	71
Educação	77
Educação básica e superior	78
Nível de instrução e analfabetismo no Brasil	84
Gestão escolar	89
Referências	97
Anexos	
1 Notas sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua	109

2 Grupamentos e divisões de atividade	114
3 Notas explicativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2019.....	116
Glossário	119

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os indicadores apresentados neste volume da publicação Síntese de Indicadores Sociais: *uma análise das condições de vida da população brasileira* sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do País, a partir de temas estruturais de grande relevância para a construção de um quadro abrangente sobre as condições de vida da população brasileira.

Nesta edição da publicação, realizou-se um esforço de organização temática com vistas a aprofundar a análise das condições de vida da população brasileira a partir de três recortes relevantes – estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e educação. As desigualdades de gênero, cor ou raça e grupos de idade foram abordadas de forma transversal em todos os capítulos, assim como a comparação temporal de alguns indicadores, de forma a revelar aspectos importantes dos temas aqui abarcados e sua evolução no tempo.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2012 a 2018. Com cobertura que abrange todo o território nacional, a pesquisa permite a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais, tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios das capitais. Além da PNAD Contínua, utilizou-se informações do Sistema de Contas Nacionais - SCN e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

As informações e tabelas aqui mencionadas estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, onde também podem ser encontrados a versão digital da publicação em formato PDF e o plano tabular completo da Síntese de Indicadores Sociais - SIS em formato Excel.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

Em 1999 o IBGE lançou pela primeira vez a Síntese de Indicadores Sociais - SIS, composta por capítulos curtos, em torno de duas ou três páginas. A publicação foi proposta tendo como principal objetivo traçar um quadro sintético das condições de vida da população brasileira, subsidiando, da mesma forma, formuladores de políticas públicas em todos os níveis de governo. Dentro de um contexto marcado pela crescente preocupação com a construção de políticas voltadas ao combate das desigualdades sociais, a SIS passou a ocupar um importante espaço no monitoramento das políticas no campo da educação, trabalho, distribuição de renda, habitação etc., procurando, da mesma forma, acompanhar o comportamento de grupos sociais sujeitos a maiores níveis de vulnerabilidade, como mulheres, crianças e adolescentes, jovens, população de cor preta ou parda, dentre outros.

Nestes mais de 20 anos de existência, a SIS evoluiu não apenas em tamanho, com capítulos mais robustos e analíticos, mas especialmente pela incorporação à sua estrutura analítica das variedades de temas que compõem o campo social e que demandam, portanto, a atenção da sociedade e de usuários de informações sociais. A progressiva incorporação de novos indicadores, a diversificação das formas de apresentação de resultados (com ênfase em diferentes recortes regionais e temáticos) e a proposição de novos temas para serem analisados evidenciam a adequação desta publicação para com as questões concernentes ao campo social debatidas na atualidade.

Colocada em perspectiva histórica, a SIS faz parte da tradição de mais de 40 anos do IBGE na produção e análise de indicadores sociais. Com a criação do Grupo Projeto de Indicadores Sociais - GPIS, em 1973, colocou-se em pauta o entendimento de que os indicadores

econômicos não eram suficientes para se conhecer o nível de desenvolvimento socioeconômico do País. Essa constatação estava em concordância com importantes publicações internacionais, como a *Towards a system of social and demographic statistics* e a *Handbook on social indicators*, que, ainda hoje, orientam teórica e metodologicamente a produção de indicadores sociais no âmbito das Nações Unidas. Como resultado, elaborou-se o primeiro Relatório de Indicadores Sociais, em 1979, no qual foi proposta uma organização dos indicadores sociais que privilegiasse as articulações existentes entre os temas analisados, como forma de fornecer uma visão ampla da realidade social brasileira.

A adoção da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e, mais recentemente, da PNAD Contínua, como as principais fontes de informações para construção de indicadores da SIS, não impediu a utilização de outras fontes ao longo de todo este período. Neste sentido, cabe apontar a utilização de registros administrativos, seja do IBGE ou de outras instituições que, ao serem transformados em indicadores, ajudaram a compor um quadro analítico ainda mais completo das condições de vida dos brasileiros, além de colocar a publicação em sintonia com a necessidade cada vez maior de integração dos registros com as pesquisas domiciliares.

Nesta edição são trabalhados três capítulos que fornecem importante retrato da estrutura social brasileira: estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; e educação. A maior amplitude e profundidade de tais capítulos permitiu que fossem explorados uma gama maior de indicadores com resultados para diferentes desagregações territoriais – chegando, em alguns casos, ao nível dos municípios das capitais – além de fornecer informações desagregadas por grupos populacionais específicos.

O primeiro capítulo tem como objetivo relacionar a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro com o comportamento da economia entre 2012 e 2018. Procurou-se ressaltar suas desigualdades estruturais, evidenciadas nas características da inserção dos trabalhadores nas relações de trabalho que ainda mantêm no desemprego e/ou na informalidade grupos populacionais considerados mais vulneráveis como pretos ou pardos, mulheres e jovens, sendo este grupo analisado com mais profundidade em seção específica. Aspectos relacionados à informalidade e à subutilização da força de trabalho foram ressaltados como forma de qualificar ainda mais as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

No segundo capítulo é feita uma análise das desigualdades a partir de indicadores de distribuição do rendimento, acesso a bens e serviços (condições de moradia), pobreza monetária e restrições de acesso em múltiplas dimensões. Dispondo pela primeira vez de uma série que contempla os anos de 2012 a 2018, este capítulo, denominado padrão de vida e distribuição de renda, apresenta importantes indicadores para medir a desigualdade de renda, tais como: índice de Gini, índice de Palma, razões de rendimentos; além de apresentar o resultado comparando diferentes metodologias para o cálculo da pobreza. Implementa, da mesma forma, análise das condições de vida da população brasileira a partir de indicadores que informam sobre as características de acesso à moradia e bens e serviços.

A temática da educação é objeto do terceiro capítulo, que está dividido em duas seções: educação básica e superior; e gestão escolar. A seção sobre educação básica e superior analisa a frequência escolar, as desigualdades no acesso e a trajetória e

permanência em instituição de ensino. A seção sobre gestão escolar destaca a situação dos municípios brasileiros em relação a alguns aspectos das metas de gestão democrática do Plano Nacional da Educação - PNE. Para tanto, utiliza os resultados do bloco de educação da M_{UNIC} 2018.

Cabe ressaltar que, embora não esteja restrita a apenas uma fonte de informações, a SIS tinha na PNAD um importante insumo para a produção dos indicadores analisados. A substituição desta última pela PNAD Contínua produziu mudanças na forma de obtenção das informações para os temas, até então referidas a um período único no ano. Assim, enquanto algumas informações passaram a ser captadas em todos os trimestres (caso do bloco de trabalho) outras se restringiram a trimestres específicos (bloco adicional de educação) ou a entrevistas ao longo do ano (habitação e rendimentos de outras fontes). Como forma de harmonizar ao máximo as informações dos capítulos, trabalhou-se com informações anuais consolidadas a partir das primeiras entrevistas dos trimestres, para os capítulos de mercado de trabalho e padrão de vida e distribuição de renda.

Para garantir maior precisão na interpretação dos resultados também foram calculados os coeficientes de variação - CVs para todos os indicadores selecionados. Indicadores calculados a partir de pesquisas amostrais – como é o caso das PNADs – consistem em uma estimativa do valor real deste indicador para a população de interesse. Para tais estimativas, é possível obter medidas que expressam o quão precisas são. O CV pode ser definido como a razão entre o erro-padrão e a estimativa. De forma geral, quanto mais próximo de zero o coeficiente de variação, maior precisão tem a estimativa. É geralmente apresentado em valores percentuais.

Devido ao número significativo de tabelas, optou-se por disponibilizá-las apenas na Internet. As mesmas são mencionadas no texto sempre que for necessário.

Estrutura econômica e mercado de trabalho

Este capítulo tem como objetivo relacionar a estrutura econômica brasileira e sua evolução com os indicadores sociais, destacando seus reflexos sobre o mercado de trabalho. Além dos tradicionais indicadores de emprego e renda, comumente utilizados nas Sínteses de Indicadores Sociais - SIS, a perspectiva desenvolvida nesta edição inclui alguns resultados fundamentados no Sistema de Contas Nacionais, como a produção de bens e serviços, o consumo e a renda gerada no processo produtivo.

A análise da estrutura social brasileira é realizada a partir de suas atividades econômicas e da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, tendo como eixo a reprodução das desigualdades sociais em dimensões específicas, como nível de renda, escolaridade e faixa etária. Entende-se as desigualdades de sexo, cor ou raça e entre regiões geográficas e Unidades da Federação como resultantes do processo histórico de formação do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela alta informalidade, baixas remunerações e significativos diferenciais de rendimento.

A fim de alcançar esse objetivo de retratar a combinação da perspectiva da produção com o mercado de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores, o presente capítulo foi dividido em três tópicos interligados com distintos focos. No primeiro é apresentado a avaliação da evolução da renda gerada no processo produtivo, da variação do consumo das famílias, bem como o recorte da produção pelas atividades econômicas em sete anos terminados na data de referência desta Síntese, 2018. A conexão desses resultados com o mercado de trabalho é apresentada ainda no tópico inicial, por meio de um panorama geral de seus principais indicadores segundo a série

histórica disponível pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que se inicia no ano de 2012.

A caracterização do mercado de trabalho, levando-se em conta grupos populacionais específicos e as diferenças regionais, é examinada no segundo tópico, sendo destacados os recortes por sexo e cor ou raça, em uma análise comparativa dos principais indicadores. Tal exame é realizado a partir de subdivisões da população em idade de trabalhar, tais como os ocupados, inclusive por atividades econômicas, e a subutilização da força de trabalho e seus componentes: desocupação, subocupação e força de trabalho potencial. Os rendimentos do trabalho também são examinados segundo os distintos recortes populacionais e regionais.

Por fim, no terceiro tópico é abordada a situação dos jovens, grupo especialmente vulnerável no mercado de trabalho, com foco naqueles que não estudam e não estão ocupados. Analisou-se a incidência do fenômeno considerando as desagregações por idade, sexo, cor ou raça, nível de instrução e quintos da população por ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*. Foi investigado também o perfil desses jovens segundo sua posição em relação à força de trabalho.

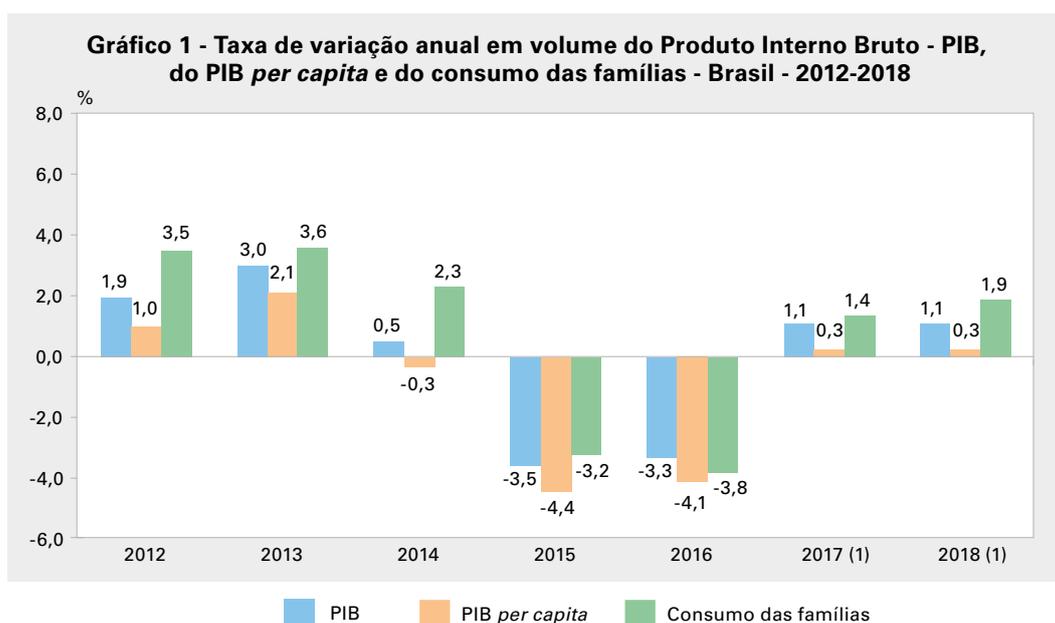
Estrutura econômica

Estrutura produtiva

Nos últimos anos a economia brasileira passou por distintas experiências no tocante ao dinamismo econômico. O período temporal abordado neste capítulo, de 2012 a 2018, mostra um primeiro momento de crescimento do produto e aquecimento do mercado de trabalho, seguido por anos de instabilidade, com desaceleração, em 2014, e retração do produto e da renda nos dois anos seguintes. No biênio final, 2017-2018, verificou-se branda recuperação que foi refletida em alguns dos indicadores sociais analisados.

O Gráfico 1 apresenta os resultados médios anuais, desde 2012, de três indicadores fundamentais para análises econômicas, a taxa de variação do Produto Interno Bruto - PIB, do PIB *per capita* e do consumo das famílias. Os dois primeiros indicam a variação anual média da renda gerada na economia como um todo e por habitante, enquanto o terceiro consiste no principal componente da ótica da despesa do Sistema de Contas Nacionais, revelando o ritmo das despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

Registrou-se a ocorrência de resultados positivos tanto do produto quanto do consumo nos anos iniciais da série; desaceleração do PIB e pequena queda do PIB *per capita*, em 2014, embora o consumo das famílias ainda tenha crescido nesse ano. No biênio seguinte, entretanto, os três indicadores sofreram significativas quedas. Já nos dois anos finais, houve recuperação, embora com baixas taxas de crescimento, do consumo das famílias. O PIB *per capita* registrou variações próximas a zero e o PIB próximas a 1% ao ano, tanto em 2017, quanto em 2018. Assim, de 2012 a 2014, as taxas acumuladas de crescimento foram da ordem de 5,5%, 2,8% e 9,6%, respectivamente, para PIB, PIB *per capita* e consumo das famílias. Por outro lado, nos quatro anos finais da série histórica, o PIB, o PIB *per capita* e o consumo das famílias atingiram, respectivamente, variações negativas acumuladas de 5,5%, 7,8% e 3,8%, mesmo considerando a recuperação observada em 2017 e 2018 (Gráfico 1).



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2012-2018.

(1) Resultados preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Inclui o consumo das instituições sem fins lucrativos à serviço das famílias.

A conjuntura predominantemente desfavorável ao crescimento econômico e à demanda das famílias do meio da série em diante trouxe impactos negativos para o mercado de trabalho brasileiro que refletiram em seus indicadores, como o aumento ou a manutenção em níveis elevados, da desocupação, da subutilização da força de trabalho e da informalidade.

O desempenho do produto e do consumo neste período tornaram mais desfavorável o mercado de trabalho, o que eliminou postos de trabalho de maior qualidade e levou trabalhadores ao mercado informal, à desocupação ou a se retirarem da força de trabalho. Tal fenômeno ampliou não só as taxas de desocupação e de subutilização, mas também a proporção de trabalhadores informais, impactando negativamente também nos rendimentos dos trabalhadores, sejam eles assalariados ou autônomos. Embora esses resultados sejam bastante claros quando comparados ao último ano de mercado de trabalho aquecido, 2014, em 2018 notou-se uma melhora em parte dos indicadores em relação ao ano anterior. Tais temas são desenvolvidos com mais detalhes nos tópicos seguintes.

Em relação à renda gerada na economia pelas atividades econômicas, os resultados da ótica da produção do Sistema de Contas Nacionais¹ mostram que a economia brasileira, assim como outras economias modernas, possui os Serviços como principal atividade. A maior parcela do valor adicionado vem desse grupo, com destaque para Administração, defesa, saúde e educação públicas, seguido por Indústria e, em menor escala, pela Agropecuária (Tabela 1).

¹ O Sistema de Contas Nacionais possui a classificação de atividades econômicas baseada na Classificação Nacional de Atividade Econômica 2.0 (CNAE 2.0). O nível de divulgação utilizado no Sistema de Contas Trimestrais compreende as 12 atividades listadas nas figuras deste tópico. Para informações mais detalhadas, consultar: SISTEMA de contas nacionais: Brasil: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: out. 2019.

**Tabela 1 - Participação relativa das atividades econômicas
no valor adicionado bruto corrente - Brasil - 2012-2018**

Atividades econômicas	Participação relativa no valor adicionado bruto corrente (%)							Diferença 2018-2012 (p. p.)	Variação percentual 2018/2012 (%)
	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (1)	2018 (1)		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	4,9	5,3	5,0	5,0	5,7	5,4	5,1	0,2	4,0
Indústria	26,0	24,9	23,8	22,5	21,2	21,3	21,6	(-) 4,4	(-) 17,0
Indústrias extrativas	4,5	4,2	3,7	2,1	1,0	1,7	3,0	(-) 1,5	(-) 34,0
Indústria de transformação	12,6	12,3	12,0	12,2	12,5	12,2	11,3	(-) 1,3	(-) 10,0
Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	2,4	2,0	1,9	2,4	2,7	2,6	2,8	0,4	14,4
Construção	6,5	6,4	6,2	5,7	5,1	4,8	4,5	(-) 2,0	(-) 30,5
Serviços	69,1	69,9	71,2	72,5	73,1	73,3	73,3	4,2	6,1
Comércio	13,4	13,5	13,6	13,3	12,9	12,7	13,2	(-) 0,2	(-) 1,4
Transporte, armazenagem e correio	4,5	4,5	4,6	4,4	4,4	4,4	4,4	(-) 0,1	(-) 1,6
Informação e comunicação	3,6	3,5	3,4	3,4	3,3	3,3	3,2	(-) 0,4	(-) 11,7
seguros e serviços relacionados	6,4	6,0	6,4	7,1	7,9	7,5	7,0	0,6	10,1
Atividades imobiliárias	8,8	9,2	9,3	9,7	9,7	9,8	9,9	1,1	12,9
Outras atividades de serviços	16,5	16,9	17,4	17,4	17,5	18,1	18,2	1,7	10,1
Administração, defesa, saúde e educação públicas	15,9	16,4	16,4	17,2	17,4	17,5	17,5	1,6	9,9

Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais 2012-2018.

(1) Resultados preliminares do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

Não obstante já possuir ampla participação em 2012, os Serviços continuaram a crescer relativamente na economia brasileira ao longo da série até alcançarem 73,3% da geração de valor adicionado bruto, em 2017 e 2018. Tal proporção representou um incremento de 4,2 pontos percentuais nos sete anos relatados. Entre os segmentos dos Serviços, as Atividades imobiliárias, que incluem os serviços de aluguel, foram as que mais cresceram, passando de 8,8%, para 9,9% de participação entre o início e o final da série. Já a atividade de Informação e comunicação foi o subgrupo dos Serviços que mais perdeu em termos relativos, passando de 3,6% para 3,2%, nos pontos inicial e final da série (Tabela 1).

A Indústria teve sua participação percentual reduzida no valor adicionado de 26,0%, em 2012, para 21,6%, em 2018, registrando mais enfaticamente queda no segmento de Indústrias extrativas (-34,0%), muito em função da queda dos preços

internacionais do petróleo, que foi forte e concentrada entre os anos 2015 e 2017. Outro segmento industrial que apresentou forte declínio foi a Construção, que passou de 6,5% para 4,5% de participação nos sete anos considerados. A Indústria de transformação também registrou decréscimo contínuo e finalizou o período, em 2018, com 11,3% de participação no total da economia. A Agropecuária, por sua vez, registrou oscilações em torno de 5% da renda gerada no País, alcançando 5,1% no último ano da série (Tabela 1).

Mercado de trabalho

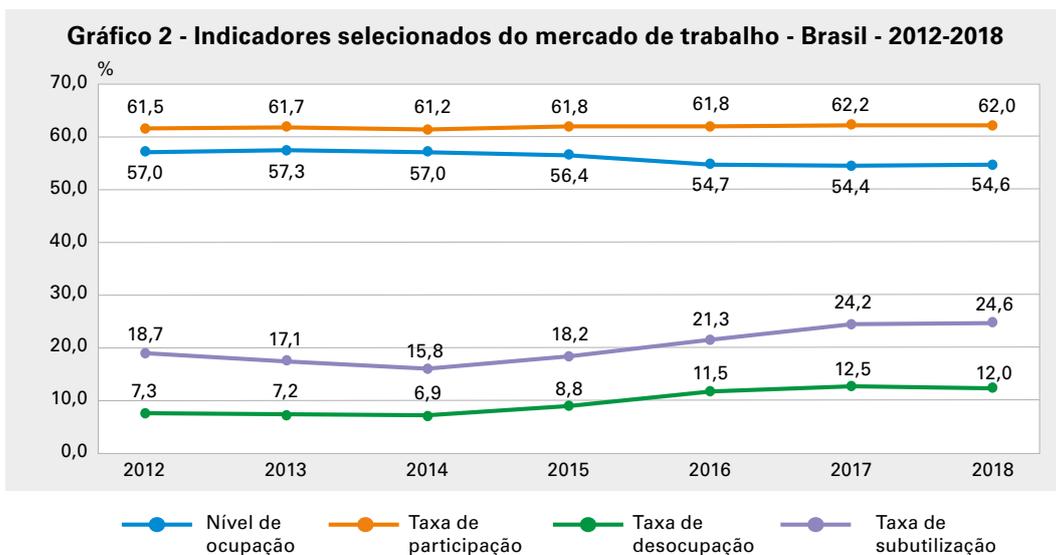
Os movimentos da economia brasileira no período analisado combinados com as características de sua estrutura produtiva trouxeram reflexos diversificados para o mercado de trabalho. Assim como a manutenção do crescimento do consumo das famílias contribuiu para o bom desempenho do mercado até 2014, sua queda nos anos seguintes e estabilidade, embora com leve recuperação em 2017 e 2018, explicam o comportamento desfavorável de grande parte dos indicadores nos três últimos anos. Os dados da PNAD Contínua mostram que, até 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentou incremento da ocupação, sobretudo do emprego formal; redução da desocupação, que atingiu sua menor taxa na série; e aumento dos rendimentos do trabalho. Nos quatro anos seguintes, entretanto, tais resultados positivos foram revertidos completa ou parcialmente.

O Gráfico 2 apresenta a série histórica com quatro medidas essenciais do mercado de trabalho relacionadas a participação, ocupação, subutilização e desocupação da força de trabalho². Como a população na força de trabalho e a população em idade de trabalhar variaram de forma similar (Tabela 1.1³), verificou-se estabilidade em sua razão, ou seja, na taxa de participação, que oscilou em torno de 62%. Já as taxas de desocupação e de subutilização (taxa composta da subutilização da força de trabalho) mostraram forte crescimento nos anos de 2015 a 2017; enquanto o nível de ocupação, definido como a população ocupada em relação à população em idade de trabalhar, registrou redução. Isto é, o contingente que ingressou na força de trabalho ou que estava ocupado, em parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada nos anos finais da série. Em 2018, houve redução da desocupação (12,0%), que permanece quase o dobro da observada em 2014, embora a subutilização tenha crescido (24,6%)⁴.

² A definição desses indicadores e dos principais conceitos presentes nesta Síntese encontram-se no Glossário, ao final da publicação.

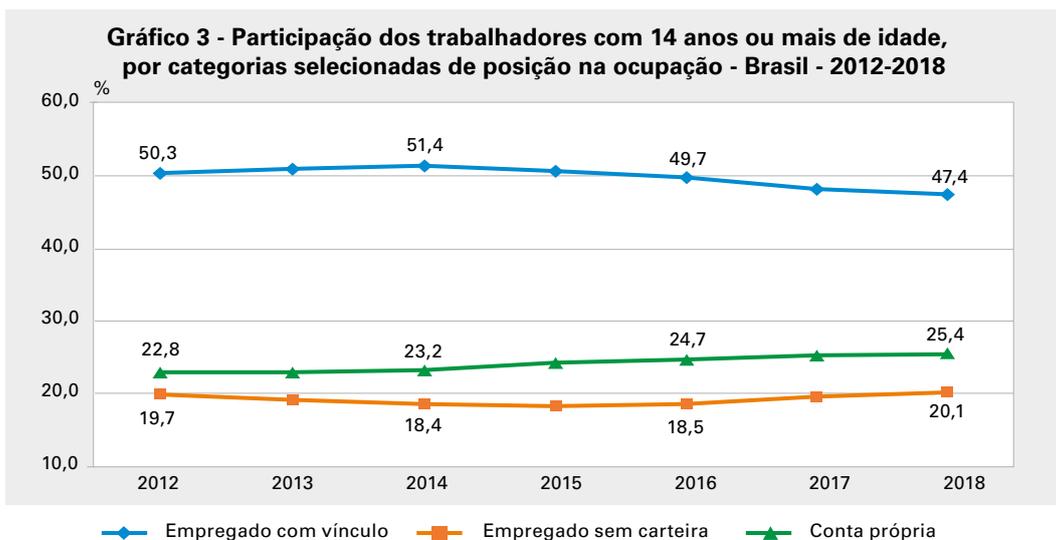
³ As tabelas complementares (exemplo, 1.X) pertencem ao plano tabular da publicação e estão disponibilizadas na página da Síntese de Indicadores Sociais, no portal do IBGE na Internet.

⁴ Dentre outros temas analisados, os tópicos **Desocupação e Subutilização da força de trabalho**, deste capítulo, trazem um perfil destes trabalhadores, caracterizando-os por sexo, cor ou raça, grupos de idade e nível instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

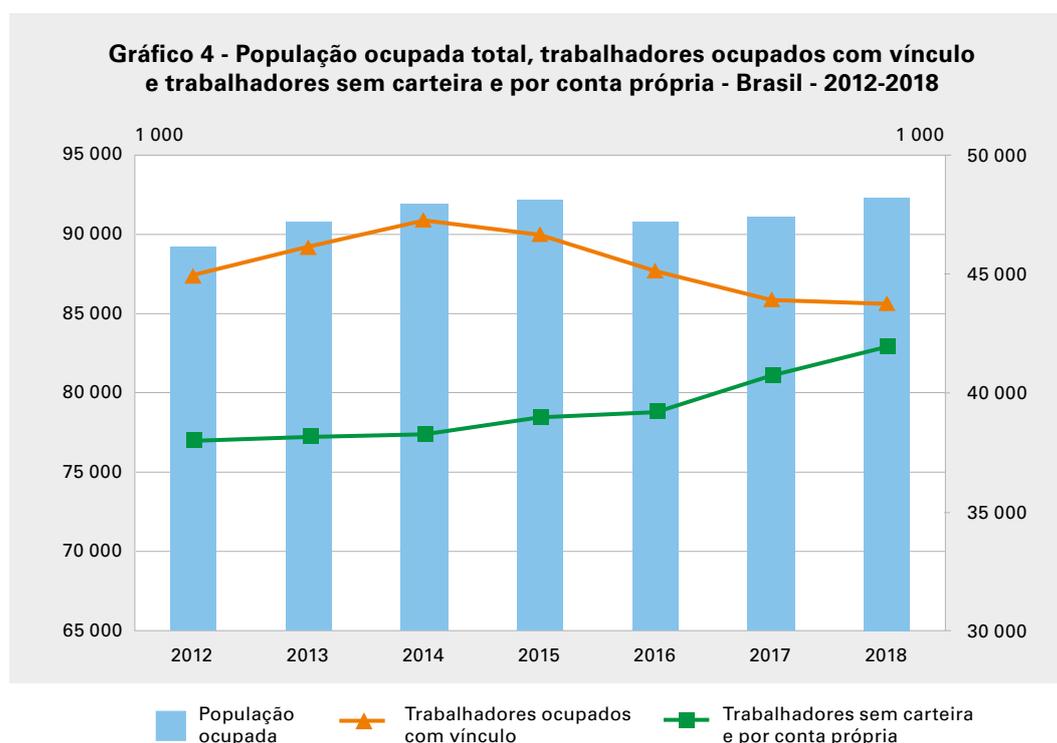
Nos três anos finais da série, além do aumento da subutilização da força de trabalho e da elevada desocupação, os resultados revelaram que as condições de trabalho foram desfavoráveis também para os que se mantiveram ocupados. A avaliação do emprego por posição na ocupação evidenciou a interrupção do crescimento da participação dos empregados com vínculo formal de trabalho⁵ e a reversão da tendência para a proporção mais baixa já registrada, de 47,4%, em 2018. Por sua vez, tanto a proporção da população ocupada sem carteira de trabalho, quanto a de trabalhadores por conta própria, registraram elevações contínuas a partir de 2015, como demonstrado no Gráfico 3.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

⁵ Empregados com vínculo formal de trabalho são definidos como a população ocupada com carteira de trabalho assinada somada aos funcionários públicos e militares.

Embora as variações das curvas observadas após 2015 sejam semelhantes, suas causas são distintas. Em 2016, houve forte queda do trabalho com vínculo, sem compensação em outras posições na ocupação. Em 2017, ocorreu novamente acentuada redução do número de trabalhadores com vínculo, porém, com aumento de trabalhadores sem carteira ou por conta própria. Já em 2018, esses grupos seguiram crescendo, mas não houve forte redução dos ocupados com vínculo. Assim, pela primeira vez desde 2014, a ocupação aumentou de forma expressiva (1,3 milhão), concentrada no pessoal ocupado sem carteira assinada e por conta própria. Todas essas combinações de resultados ocasionaram a queda da participação do emprego com vínculo, revelando a dificuldade que atravessava o mercado de trabalho brasileiro no período (Gráfico 4 e Tabela 1.6).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

A incorporação de mais trabalhadores sem carteira ou por conta própria embora não possa representar uma melhora no perfil do mercado de trabalho, que tende a se tornar mais informal, pode ser positiva para a redução de indivíduos vivendo em situação de pobreza. Pessoas que antes estavam desocupadas ou fora do mercado de trabalho e, portanto, sem rendimento de trabalho, passam a recebê-lo ao encontrar ocupação – questão examinada no capítulo **Padrão de vida e distribuição de renda** desta publicação.

A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro que constitui importante marcador de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como a remuneração pelo salário mínimo, o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas, como para maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde.

O conceito de ocupação informal⁶, utilizado para fins de análise dos indicadores construídos nesta publicação, é o mesmo adotado em edições anteriores da Síntese de Indicadores Sociais e segue a recomendação da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). Considerando as adaptações necessárias para o caso brasileiro, definiu-se como *proxy* das ocupações informais as seguintes categorias: empregados do setor privado e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares (PERFIL..., 2012).

O aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro é reforçado quando observadas as categorias definidas estritamente como ocupações informais, corroborando os resultados anteriores observados nos Gráficos 3 e 4. Em 2018, 38,3 milhões de pessoas estavam ocupadas em uma de suas cinco modalidades, representando 41,5% da população ocupada. Tal percentual é igual ao observado em 2012 e superior ao observado em 2015-2016, de 39,0%, os mais baixos da série (Tabela 2).

Tabela 2 - População ocupada de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal, segundo o tipo de ocupação - Brasil - 2012-2018

Tipo de ocupação	População ocupada de 14 anos ou mais de idade						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Valores absolutos (1 000 pessoas)							
Total	89 233	90 715	91 945	92 163	90 776	91 073	92 333
Empregado com carteira	35 706	36 826	37 501	36 936	35 387	34 350	34 128
Empregado sem carteira	13 320	13 109	12 878	12 587	12 650	13 392	14 034
Trabalhador doméstico com carteira	1 886	1 819	1 914	1 987	1 975	1 864	1 738
Trabalhador doméstico sem carteira	4 303	4 249	4 083	4 119	4 184	4 319	4 495
Militar ou funcionário público	7 333	7 500	7 845	7 730	7 757	7 701	7 900
Conta própria	20 387	20 775	21 291	22 262	22 381	23 005	23 425
Empregador	3 541	3 728	3 811	4 020	4 245	4 215	4 484
Trabalhador familiar auxiliar	2 758	2 709	2 622	2 522	2 196	2 228	2 129
Formal	52 212	54 153	56 040	56 245	55 366	53 986	54 039
Empregado com carteira	35 706	36 826	37 501	36 936	35 387	34 350	34 128
Trabalhador doméstico com carteira	1 886	1 819	1 914	1 987	1 975	1 864	1 738
Militar ou funcionário público	7 333	7 500	7 845	7 730	7 757	7 701	7 900
Conta própria contribuinte	4 838	5 324	5 935	6 511	6 983	6 973	7 137
Empregador contribuinte	2 449	2 684	2 844	3 082	3 263	3 099	3 137
Informal	37 021	36 562	35 906	35 918	35 410	37 087	38 294
Empregado sem carteira	13 320	13 109	12 878	12 587	12 650	13 392	14 034
Trabalhador doméstico sem carteira	4 303	4 249	4 083	4 119	4 184	4 319	4 495
Conta própria não contribuinte	15 548	15 451	15 356	15 751	15 398	16 032	16 288
Empregador não contribuinte	1 092	1 044	967	939	982	1 116	1 347
Trabalhador familiar auxiliar	2 758	2 709	2 622	2 522	2 196	2 228	2 129
Proporção (%)							
Formal	58,5	59,7	60,9	61,0	61,0	59,3	58,5
Informal	41,5	40,3	39,1	39,0	39,0	40,7	41,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

⁶ As recomendações tanto da OIT, quanto da Organização das Nações Unidas - ONU, presentes no *System of national accounts 2008* (SYSTEM..., 2009), diferenciam os conceitos de setor e ocupação informal. Enquanto o primeiro refere-se à forma de organização da produção, o segundo diz respeito à relação do vínculo trabalhista.

Nos sete anos analisados, a população ocupada cresceu 3,5%, crescimento concentrado no período até 2014, quando atingiu 3,0% (Tabela 3). A média anual de crescimento da população ocupada no período completo foi correspondente a 0,5% ao ano, sendo somente de 0,1% ao ano nos quatro anos compreendidos entre 2015 e 2018.

Entre os subgrupos de atividades econômicas⁷, cabe destacar que Agropecuária, Indústria e Construção foram as três atividades que apresentaram quedas no pessoal ocupado entre 2012 e 2018. Entretanto, enquanto na Agropecuária a redução se deu continuamente, na Indústria e na Construção houve acréscimo no período até 2014 (de 3,5% e 3,3%, respectivamente), seguida de queda nos três anos finais (-10,5% na Indústria e -12,9% na Construção).

No grupo de atividades relacionadas aos Serviços, houve crescimento da população ocupada, sendo que em Alojamento e alimentação o acréscimo chegou aos 40,1%, e em Outros serviços aos 27,7% em 2018, quando comparado a 2012. Merece menção a evolução do emprego nos Serviços domésticos que, ao contrário dos demais, apresentou redução no período inicial da série (-3,0% até 2014) e elevação (4,0% de 2014 a 2018), justamente nos anos de predominância das condições desfavoráveis no mercado de trabalho (Tabela 3).

Tabela 3 - Pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal e variação entre períodos selecionados, segundo as atividades - Brasil - 2012-2018

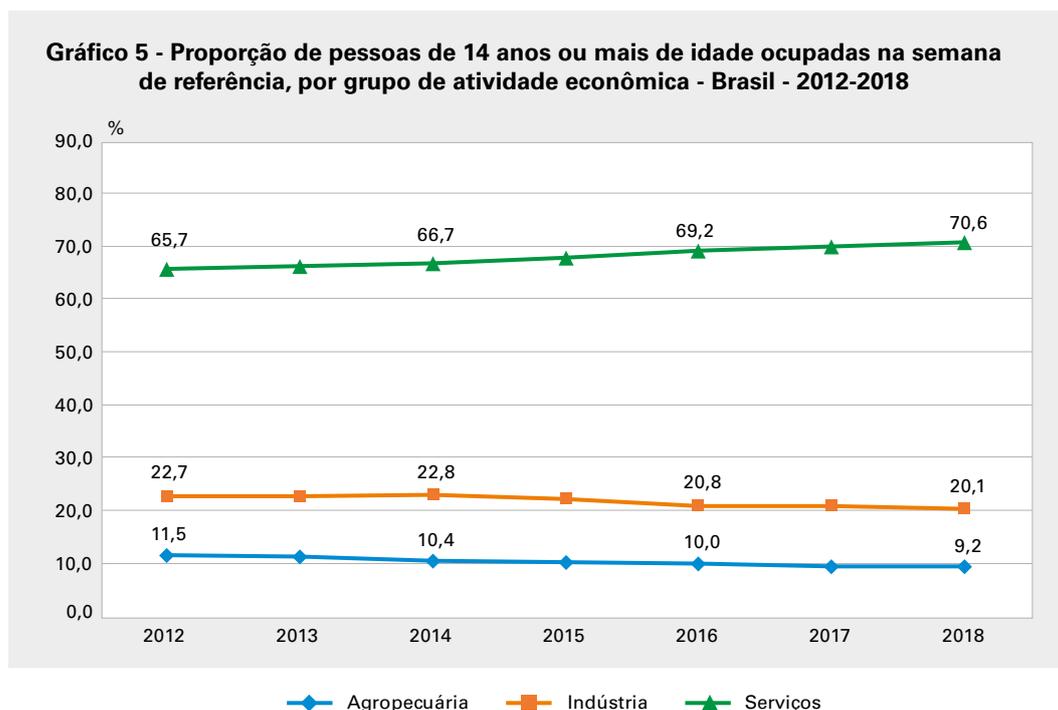
Atividades	Pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade no trabalho principal (1 000)								Variação percentual (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2014/ 2012	2018/ 2014	2018/ 2012	
	Total	89 233	90 715	91 945	92 163	90 776	91 073	92 333	3,0	0,4	3,5
Agropecuária	10 279	10 120	9 601	9 385	9 053	8 626	8 536	(-) 6,6	(-) 11,1	(-) 17,0	
Indústria	12 799	12 655	13 245	12 770	11 472	11 813	11 851	3,5	(-) 10,5	(-) 7,4	
Construção	7 487	7 956	7 734	7 624	7 398	7 013	6 735	3,3	(-) 12,9	(-) 10,0	
Comércio e reparação	16 860	17 195	17 334	17 599	17 437	17 515	17 644	2,8	1,8	4,6	
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	14 284	14 482	15 092	15 325	15 590	15 570	16 207	5,7	7,4	13,5	
Transporte, armazenagem e correio	4 202	4 167	4 339	4 336	4 627	4 549	4 680	3,3	7,9	11,4	
Alojamento e alimentação	3 737	4 151	4 235	4 440	4 711	5 212	5 236	13,3	23,6	40,1	
Informação, financeira e outras atividades profissionais	9 516	9 760	10 281	10 282	9 854	9 969	10 272	8,0	(-) 0,1	7,9	
Serviços domésticos	6 188	6 068	6 002	6 130	6 237	6 231	6 241	(-) 3,0	4,0	0,8	
Outros serviços	3 829	4 146	4 060	4 256	4 390	4 530	4 890	6,0	20,5	27,7	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

⁷ A classificação detalhada de atividades econômicas utilizada nesta seção, baseada na PNAD Contínua, encontra-se no Anexo 2, **Grupamentos e divisões de atividade**, desta publicação.

Considerando os três grandes grupos de atividade econômica nota-se que, proporcionalmente, o pessoal ocupado reduziu-se continuamente na Agropecuária, passando de 11,5% do pessoal ocupado total para 9,2%. No grande grupo da Indústria, que inclui a atividade de Construção, a redução ocorreu, principalmente, no triênio final (20,1% da população ocupada total, em 2018) e no grupo de Serviços, que compreende as demais atividades, o crescimento foi contínuo, superando a marca de 70% da população ocupada total, em 2018 (Gráfico 5).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Tanto a redução de pessoal na Indústria, como o incremento da mão de obra nos Serviços podem ser explicados pelo reflexo da atividade econômica observada desde 2015, com a queda do PIB e do consumo das famílias e posterior recuperação moderada. O aumento de empregos nos Serviços, em termos relativos e absolutos, está associado à natureza de parte de seus postos de trabalho, em que prevalecem menor formalização e jornadas mais flexíveis. De fato, segmentos intensivos em mão de obra, tais como Alojamento e alimentação, Outros serviços e Transporte, armazenagem e correio foram os principais geradores de vagas no mercado de trabalho desde 2015 até 2018 (Tabela 3).

Em relação aos rendimentos do trabalho, o rendimento habitual mensal da população ocupada elevou-se, em média, 4,7% em termos reais⁸, passando de R\$ 2 065 para R\$ 2 163, entre 2012 e 2018. No entanto, esta ascensão não foi constante, tendo alcançado seu ponto mais elevado em 2014 (R\$ 2 218). Entre 2012 e 2018, as atividades de Construção, Comércio e reparação, Transporte, armazenagem e correio e Alojamento e alimentação, registraram reduções em seus rendimentos médios habitualmente recebidos no trabalho principal (Tabela 4).

⁸ Os valores de rendimento real apresentados neste capítulo estão a preços médios de 2018, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, medido pelo IBGE.

A distribuição dos rendimentos médios por atividade confirma a tradicional disparidade entre os grupos de atividades da economia brasileira. Embora tenha apresentado crescimento expressivo em termos reais nos sete anos disponíveis (11,7%), os Serviços domésticos registraram os menores rendimentos médios da série, equivalente a pouco mais de 40% do rendimento médio total. Administração pública, educação, saúde e serviços sociais, por sua vez, registraram o maior crescimento (13,4%) e os rendimentos médios mais elevados. Juntamente com Indústria, Transporte, armazenagem e correio e Informação, financeiras e outras atividades profissionais, são os quatro grupos de atividades que apresentam rendimentos médios por pessoa ocupada acima da média nacional, de R\$ 2 163 por mês, em 2018 (Tabela 4).

Tabela 4 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal e variação entre períodos selecionados, segundo as atividades - Brasil - 2012-2018

Atividades	Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal (R\$)								Variação percentual (%)		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2014/2012	2018/2014	2018/2012	
	Total	2 065	2 137	2 218	2 124	2 134	2 114	2 163	7,4	(-) 2,5	4,7
Agropecuária	1 132	1 217	1 275	1 193	1 180	1 269	1 300	12,7	1,9	14,9	
Indústria	2 116	2 146	2 253	2 186	2 158	2 221	2 181	6,5	(-) 3,2	3,1	
Construção	1 761	1 873	1 854	1 844	1 847	1 747	1 742	5,3	(-) 6,0	(-) 1,1	
Comércio e reparação	1 893	1 904	1 940	1 834	1 827	1 761	1 789	2,5	(-) 7,8	(-) 5,5	
Administração pública, educação, saúde e serviços sociais	2 958	3 079	3 165	3 097	3 158	3 176	3 354	7,0	6,0	13,4	
Transporte, armazenagem e correio	2 262	2 222	2 461	2 301	2 224	2 193	2 176	8,8	(-) 11,6	(-) 3,8	
Alojamento e alimentação	1 549	1 617	1 691	1 566	1 490	1 403	1 415	9,2	(-) 16,3	(-) 8,6	
Informação, financeira e outras atividades profissionais	3 109	3 241	3 301	3 083	3 246	3 141	3 158	6,2	(-) 4,3	1,6	
Serviços domésticos	786	829	885	870	877	863	878	12,6	(-) 0,8	11,7	
Outros serviços	1 648	1 789	1 726	1 650	1 644	1 645	1 676	4,7	(-) 2,9	1,7	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

O recorte por posição na ocupação evidencia a heterogeneidade entre as categorias de posição na ocupação no que tange aos rendimentos do trabalho. Em 2018, o rendimento médio mais elevado foi observado na categoria Empregador (R\$ 5 689), e o mais baixo na de Empregados sem carteira de trabalho assinada (R\$ 1 237). Tal valor representou somente 58,4% do rendimento do empregado com carteira, o que evidencia a importância da formalização para o trabalhador do setor privado no que concerne aos rendimentos auferidos. Padrão semelhante ao observado em 2018 permanece em toda a série disponível (Tabela 5).

Tabela 5 - Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal, segundo a posição na ocupação - 2012-2018

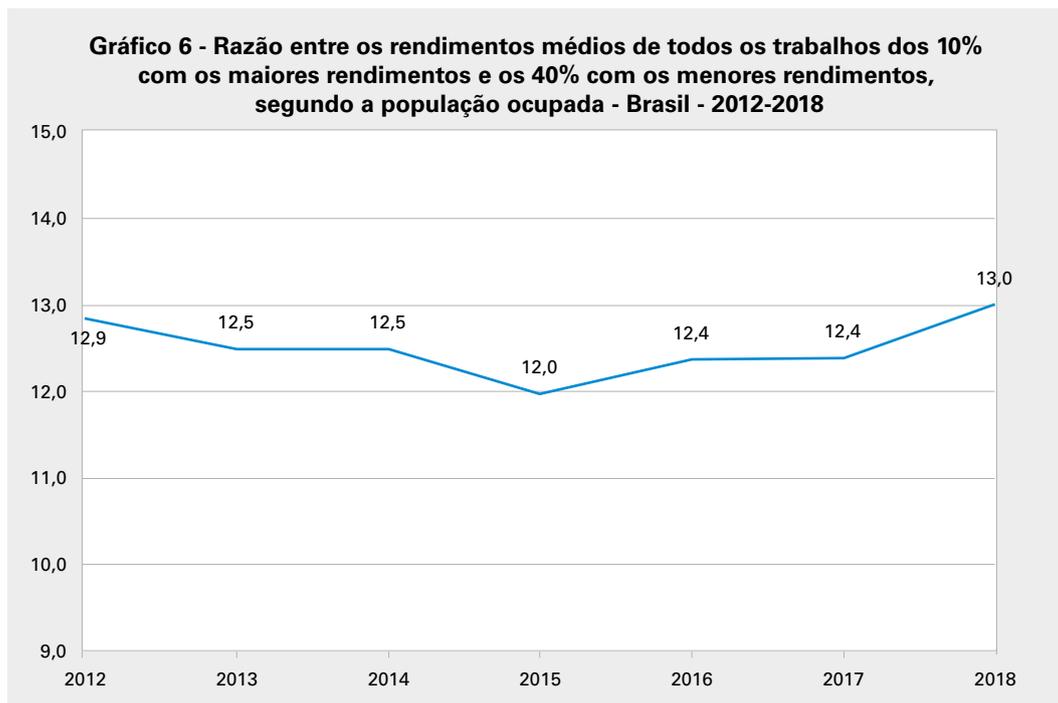
Posição na ocupação	Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal (R\$)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	2 065	2 137	2 218	2 124	2 134	2 114	2 163
Empregado							
Com carteira	2 027	2 082	2 142	2 071	2 105	2 116	2 117
Sem carteira	1 138	1 217	1 253	1 209	1 210	1 199	1 237
Militar ou funcionário público	3 652	3 781	3 897	3 862	3 875	3 897	4 054
Conta própria	1 670	1 719	1 824	1 669	1 623	1 616	1 648
Empregador	6 019	5 962	6 000	5 585	5 547	5 376	5 689

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

O indicador de distribuição de rendimentos do trabalho (Tabela 1.10) apresenta a razão entre os rendimentos médios dos trabalhadores com os 10% maiores rendimentos e dos 40% com os menores rendimentos (R10/40), considerando o trabalho principal de cada indivíduo e os demais trabalhos, caso exista. Diferentemente de outros indicadores de desigualdade, como o Gini, por exemplo, a razão de rendimentos foca nos extremos da distribuição. O motivo para tal é que muitas vezes os extremos, relativamente ao meio da distribuição, são mais afetados pelas políticas públicas e pelas flutuações da economia (PALMA, 2011; COBHAM, 2013).

O Gráfico 6 evidencia novamente duas tendências distintas na série histórica. Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais – 12,0 vezes a mais para os 10% de maior renda, *vis* a *vis* os 40% de menor renda – a partir de 2016, observou-se movimento contrário que, embora tenha permanecido estável no ano seguinte, se intensificou no último ano alcançando 13,0 vezes, resultado mais alto da série. Observou-se, portanto, que quando o mercado de trabalho se mostrou aquecido a dispersão dos rendimentos dos ocupados se tornou menor, indicando maior ganho relativo aos trabalhadores de mais baixa renda. Um efeito explicativo pode ser atribuído à valorização do salário mínimo no período, que, ao conceder ganhos reais não apenas aos trabalhadores que recebem o piso salarial oficial, como também àqueles cujos rendimentos são por ele influenciados, reduz as diferenças de rendimentos apropriados pelos menores décimos da distribuição, relativamente ao topo da distribuição (BRITO, 2015), exatamente o que ocorreu até 2015.

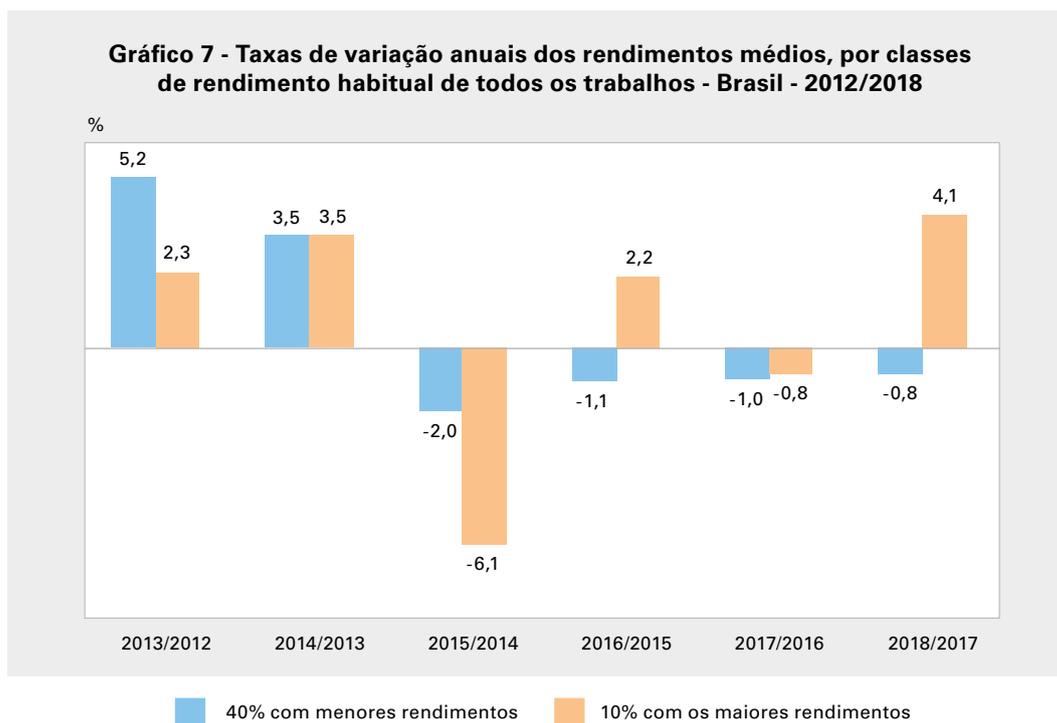


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

As variações anuais dos valores de rendimento médio dos dois grupos que compõe a razão 10/40 traz mais detalhes sobre o comportamento da desigualdade no mercado de trabalho (Gráfico 7). Nota-se que nos anos iniciais da série ambas as médias cresceram em termos reais, sendo que a média da base da distribuição – os 40% de menor renda, cresceu acima dos rendimentos médios do topo da distribuição – os 10% de maiores rendimentos. Houve, portanto, crescimento de ambos os grupos com redução da razão 10/40 até 2014. No ano seguinte, as rendas dos trabalhos de ambos os grupos caíram, sendo que o rendimento do topo caiu mais fortemente (-2,0% e -6,1%, respectivamente), o que reflete novamente em uma razão de dispersão menor. Já nos anos seguintes os ocupados da base permanecem registrando perdas reais de rendimento, enquanto a tendência do décimo mais elevado se inverte. Em 2018, por um efeito combinado da ausência de aumento real do salário mínimo⁹, que afetou o resultado da variação dos rendimentos da base da distribuição (-0,8%), e por conta da elevação no décimo de renda mais elevada (+4,1%), observou-se a elevação da desigualdade entre os ocupados, por meio da razão 10/40 (Tabela 1.11).

⁹ De 2012 a 2017, a média anual de ganho real do salário mínimo foi de 2,8% ao ano, ao passo que, em 2018, houve perda de 1,8%.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Mercado de trabalho por grupos populacionais específicos

Neste tópico são analisados indicadores da força de trabalho por Grandes Regiões e grupos populacionais específicos, compreendendo as desagregações por cor ou raça, sexo, nível de instrução e grupos de idade. Regionalmente, as maiores vulnerabilidades foram observadas na Região Nordeste, seguida pela Região Norte. Nos grupos específicos, mulheres, pessoas pretas ou pardas¹⁰, jovens e a população com menor nível de instrução apresentaram indicadores mais desfavoráveis.

Atividades econômicas

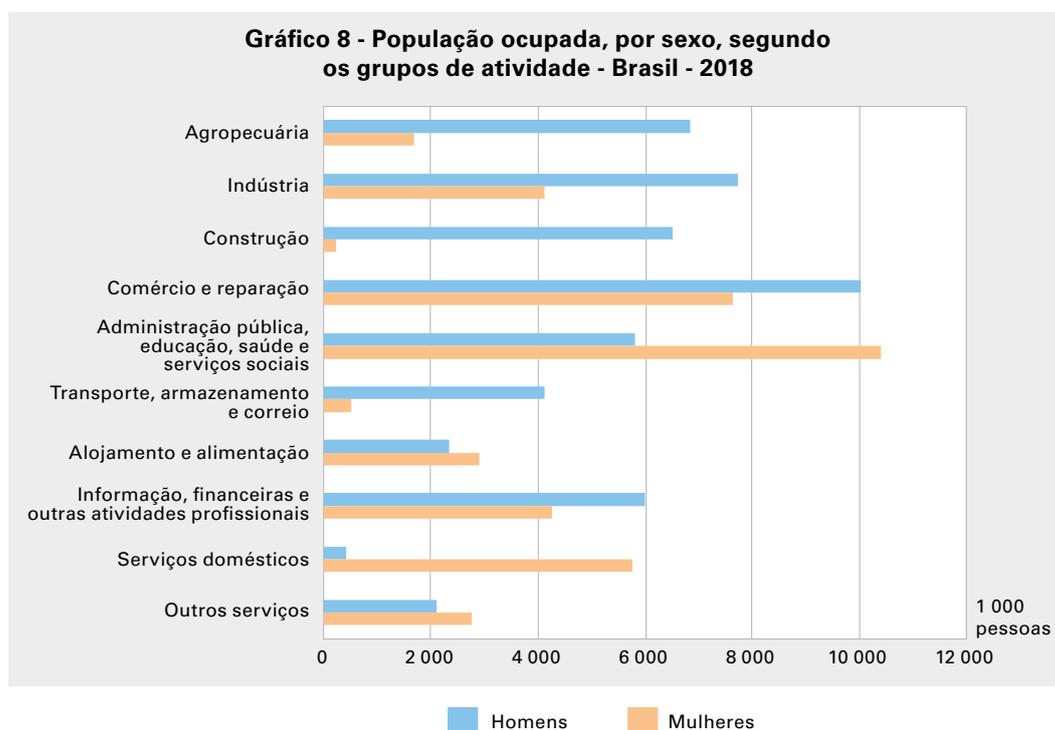
O conjunto de atividades econômicas de um país retrata um dos principais traços de sua estrutura, pois permite conhecer seu perfil produtivo, identificando aspectos como nível de industrialização, terciarização, influência da atividade agropecuária e extensão do setor público. Um diagnóstico da economia, que se traduz em nível de desenvolvimento, desigualdades, potencialidades e carências pode ser realizado a partir desse conjunto informacional. A partir da estrutura econômica brasileira é possível compreender características fundamentais de seu mercado de trabalho, identificando a distribuição dos trabalhadores nesses segmentos, assim como a diferenciação de

¹⁰ Para fins de divulgação as populações preta e parda foram agregadas como forma de garantir representatividade em todos os indicadores divulgados.

suas remunerações. Este conhecimento permite estabelecer políticas específicas para determinados setores, levando-se em conta a força de trabalho, a qualificação da mão de obra e as políticas de rendimento.

O setor produtivo brasileiro mostra uma concentração no setor de Serviços, seguido em importância pela Indústria, tanto para a geração de produto, mostrada no tópico anterior, como para a absorção de mão de obra. Tal característica revela um perfil moderno e desenvolvido do Brasil quando comparado com outros países da América Latina. Sob uma perspectiva histórica essa diferenciação ocorreu a partir do final da década de 1930 e aprofundou-se nos últimos 50 anos, quando o País sofreu um intenso processo de urbanização e industrialização, alterando a população residente da área rural para as grandes cidades e metrópoles que se formaram.

Entretanto, a estrutura produtiva brasileira traz também alguns elementos e relações trabalhistas típicas de economias em desenvolvimento, como por exemplo, o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos, 6,2 milhões, em 2018 (ou 6,8% dos ocupados). Nessa atividade verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres, em 2018 (Gráfico 8 e Tabela 1.4).

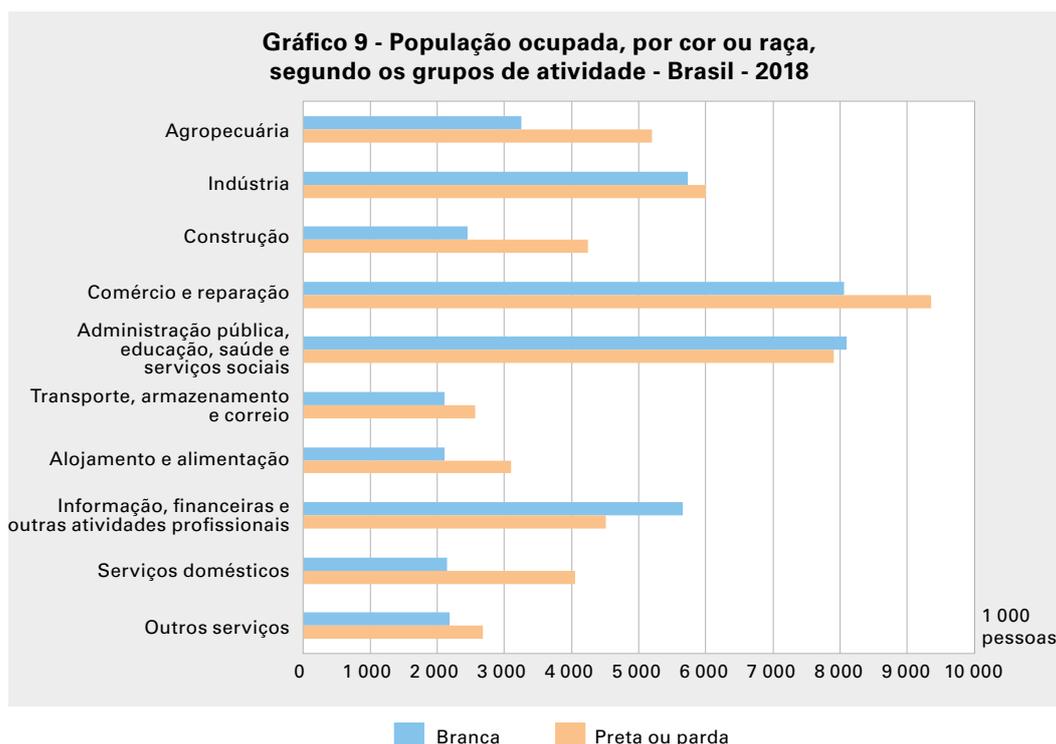


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

A análise por cor ou raça mostra que, dentre os ocupados, a proporção de brancos era de 45,2% e a de pretos e pardos de 53,7%. Todavia, quando comparado por atividades econômicas, o recorte por cor ou raça revela uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje,

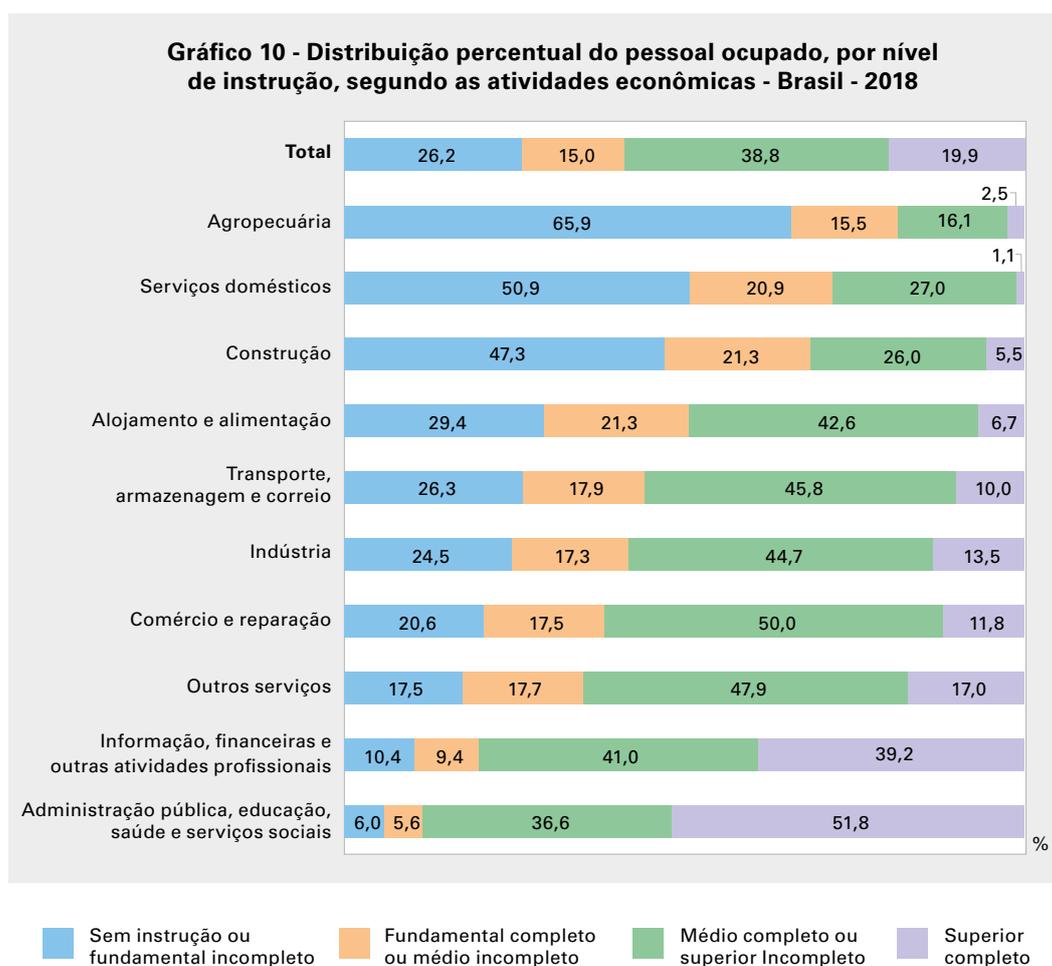
da segregação racial no mercado de trabalho. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades Agropecuárias (60,8%), na Construção (62,6%) e nos Serviços domésticos (65,1%), atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em 2018 (Tabela 4). Já Informação, financeiras e outras atividades profissionais e Administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos médios foram superiores à média em 2018, são os agrupamentos de atividades que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca, ver Gráfico 9 e Tabela 1.4.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Embora nem sempre a escolaridade seja associada ao nível de qualificação de uma ocupação, ela pode ser uma condição necessária para o seu exercício. Pressupõe-se que o nível de instrução é uma propriedade capaz de diferenciar as ocupações do ponto de vista do prestígio, da hierarquia e dos rendimentos. Em geral, a força de trabalho brasileira possui um baixo nível de instrução, uma vez que, em 2018, 41,3% dos ocupados não possuíam o ensino médio completo. O fato positivo é que este percentual veio reduzindo-se paulatinamente desde o início da série observada, quando chegou a representar 50,5% dos ocupados em 2012. As atividades econômicas de Agropecuária (65,9%), Serviços domésticos (50,9%) e Construção (47,3%) possuíam os maiores percentuais de ocupados sem instrução ou com o nível fundamental incompleto ou equivalente. No outro extremo da hierarquia, encontravam-se as ocupações exercidas em Administração pública, educação, saúde e serviços sociais e Informação, financeira e outras atividades profissionais, onde 51,8% e 39,2% dos trabalhadores, respectivamente, possuíam no mínimo o ensino superior completo (Gráfico 10 e Tabela 1.4).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

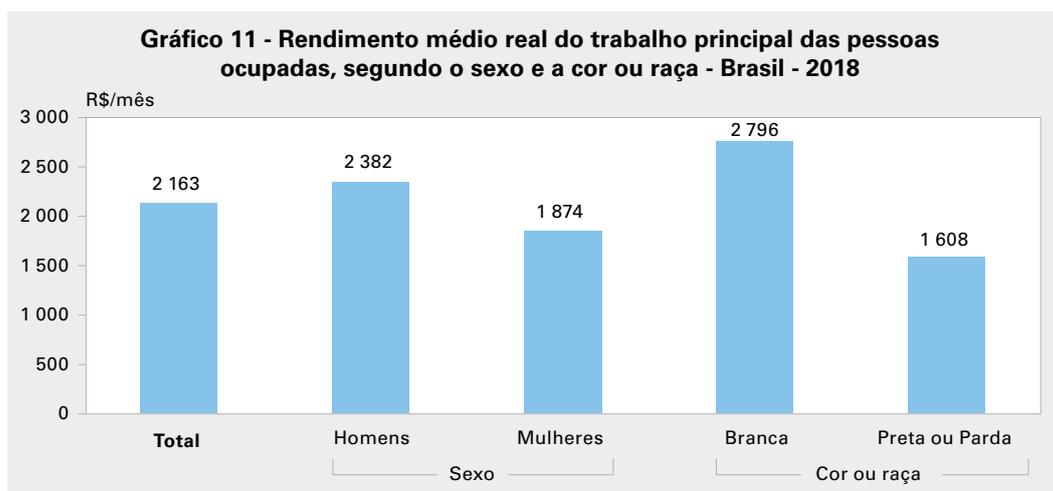
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Rendimentos do trabalho

O rendimento do trabalho é um importante resultado derivado da inserção do trabalhador no mercado e um dos principais indicadores de qualidade da ocupação. Tal inserção tem estreita relação com a estrutura econômica do Brasil e com a hierarquia social que se revela pelas oportunidades existentes, escolhas individuais, formação escolar, evolução em carreiras específicas, evolução das tecnologias, entre outros fatores.

O recorte por cor ou raça, assim como a diferenciação por sexo, é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do País. Como visto, atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. No balanço geral, em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres (Gráfico 11)¹¹.

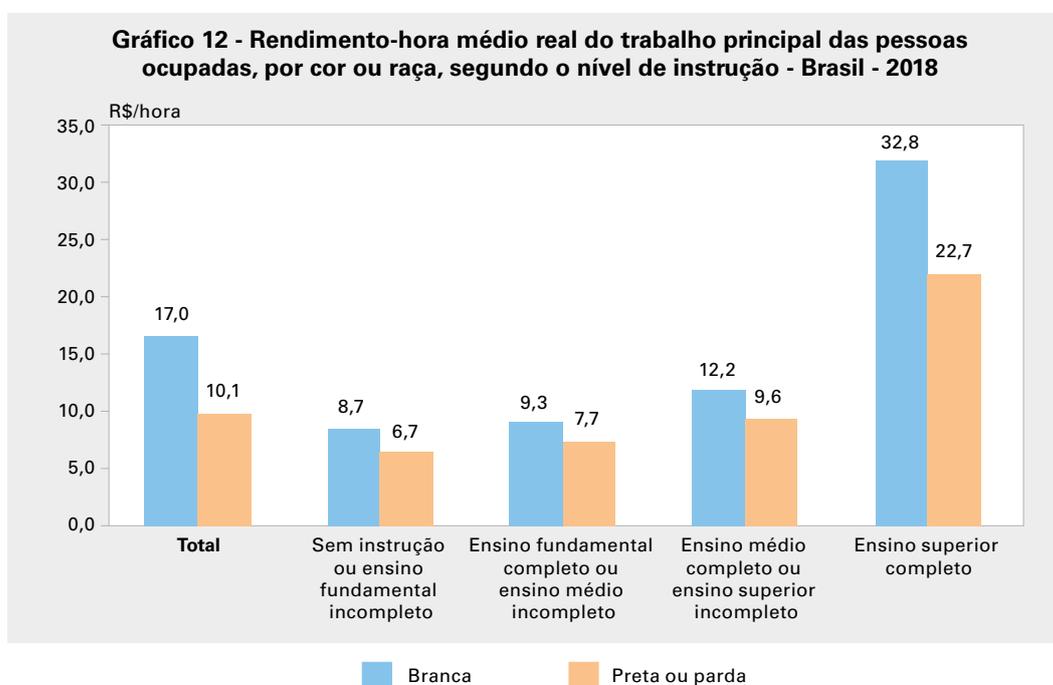
¹¹ A Tabela 1.8 traz as informações de rendimento médio habitual por Unidades da Federação e Município da Capital com os recortes segundo sexo, cor ou raça e nível de instrução.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Fazendo-se o controle pelo número de horas trabalhadas e pelo nível de instrução, a desigualdade nos rendimentos médios por cor ou raça continuam expressivas. Em 2018, a população ocupada de cor ou raça branca recebia um rendimento-hora superior à população preta ou parda segundo qualquer nível de instrução, sendo a diferença maior no nível de instrução mais elevado, R\$ 32,80 contra R\$ 22,70, ou seja, 45,0% a mais para brancos (Gráfico 12 e Tabela 1.9)¹².

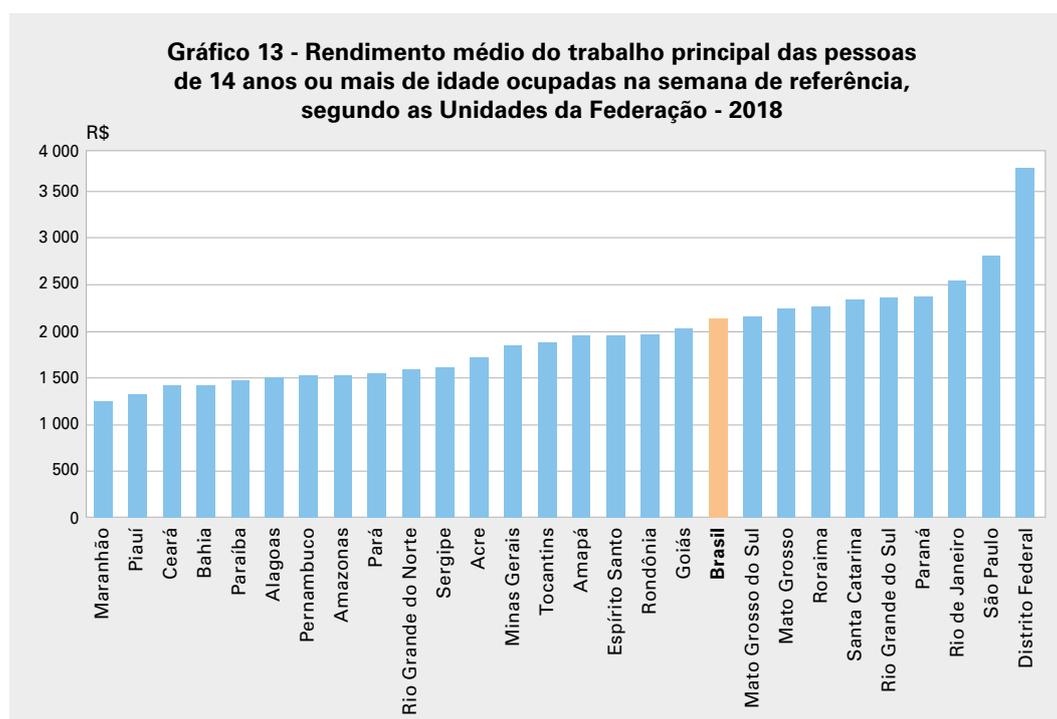


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

¹² A Tabela 1.9 mostra também a desagregação do rendimento-hora médio habitual do trabalho por nível de instrução segundo o sexo. Em 2018, o resultado dos homens, R\$14,00 superou em 11,3% o das mulheres (R\$ 12,50).

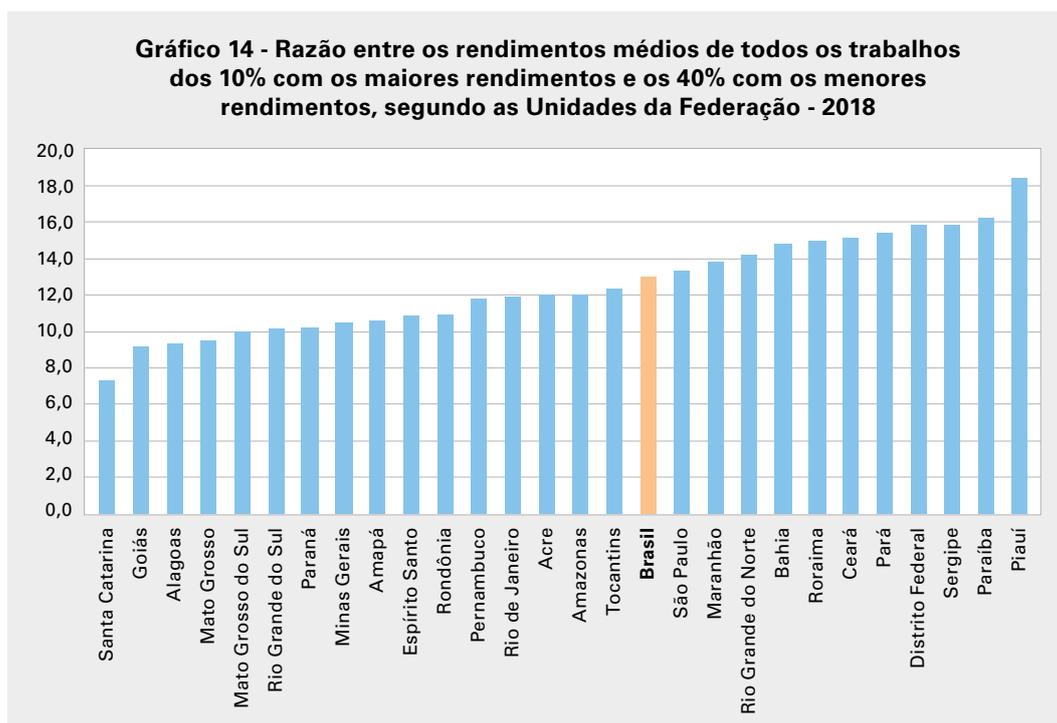
Especialmente, as desigualdades entre os rendimentos do trabalho são também bastante marcadas, refletindo, de certa forma, a distribuição regional das atividades econômicas pelo território brasileiro. Em 2018, os rendimentos médios do trabalho principal das pessoas ocupadas nas Regiões Norte e Nordeste eram equivalentes a, respectivamente, 77,1% e 66,6% da média nacional. Maranhão foi a Unidade da Federação que apresentou o menor rendimento médio (R\$ 1 249), seguida por Piauí (R\$ 1 320). Com os maiores rendimentos médios figuravam Distrito Federal (R\$ 3 749), São Paulo (R\$ 2 800) e Rio de Janeiro (R\$ 2 551), ver Gráfico 13 e Tabelas 1.5a.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Como visto no tópico **Mercado de trabalho**, a desigualdade na distribuição de rendimentos do trabalho principal da população ocupada, considerando a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos (10% maiores) com a base da distribuição (40% menores) sofreu oscilações e finalizou a série consolidando uma tendência de alta. Em 2018, os primeiros recebiam 13 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos. Entre as Unidades da Federação, verificou-se diferenças expressivas nesse indicador de desigualdade de renda. Piauí (acima de 18 vezes), Paraíba e Sergipe (em torno de 16 vezes), apresentaram as maiores razões, enquanto, as menores, Santa Catarina, Goiás, Alagoas e Mato Grosso (abaixo de 10 vezes), conforme mostrado ver Gráfico 14 e na Tabela 1.10.



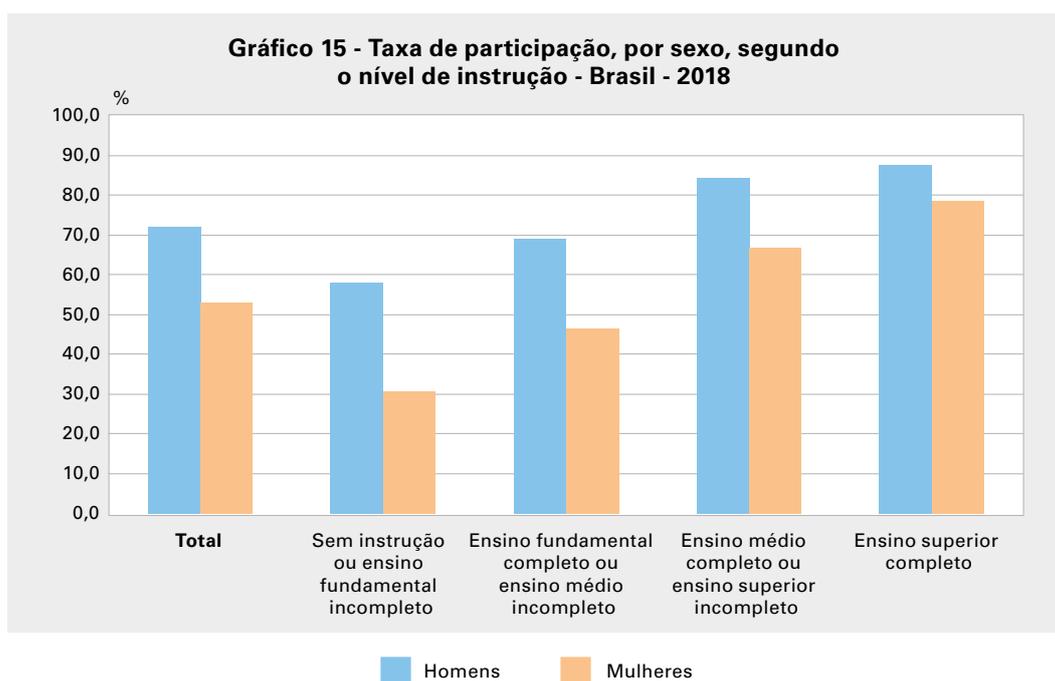
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Participação e ocupação

A taxa de participação na força de trabalho, que engloba a população ocupada e a desocupada, manteve-se estável ao longo da série histórica da PNAD Contínua. Entretanto, há desigualdades marcantes entre os grupos populacionais que merecem destaque.

O nível de instrução é uma das características que contribuem para diferenças na inserção na força de trabalho. Quanto mais elevado o nível de instrução, maior a taxa de participação, em todos os anos investigados pela PNAD Contínua. Entre as mulheres, o nível de instrução aparece com maior influência do que entre os homens: em 2018, a taxa de participação das mulheres com ensino superior completo era 2,6 vezes maior que a das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; já a dos homens mais escolarizados era 1,5 vez maior que a dos menos escolarizados, conforme o Gráfico 15.

Se, por um lado, o cenário de crise econômica dos anos anteriores parece ter contribuído para levar mulheres para a força de trabalho, por outro, sua taxa de participação em 2018 permaneceu bem aquém à dos homens, 52,9% e 72,0%, respectivamente, como observado no Gráfico 15. A maior escolaridade das mulheres não é, portanto, suficiente para levá-las à força de trabalho em proporção maior ou similar à dos homens.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

As desigualdades entre os sexos são atribuídas, dentre outros fatores, à discriminação no mercado de trabalho e à divisão por gênero das atividades de afazeres domésticos e cuidados, em especial quando ausentes legislação e políticas públicas específicas para endereçar essas questões (WORLD..., 2017). Conforme os resultados para 2018 do módulo da PNAD Contínua sobre outras formas de trabalho, a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente era 92,2% para as mulheres e 78,2% para os homens e a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, 37,0 e 26,1%, respectivamente. Nesse contexto, as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas por semana a esse conjunto de atividades, enquanto os homens, 10,9 horas (OUTRAS..., 2019).

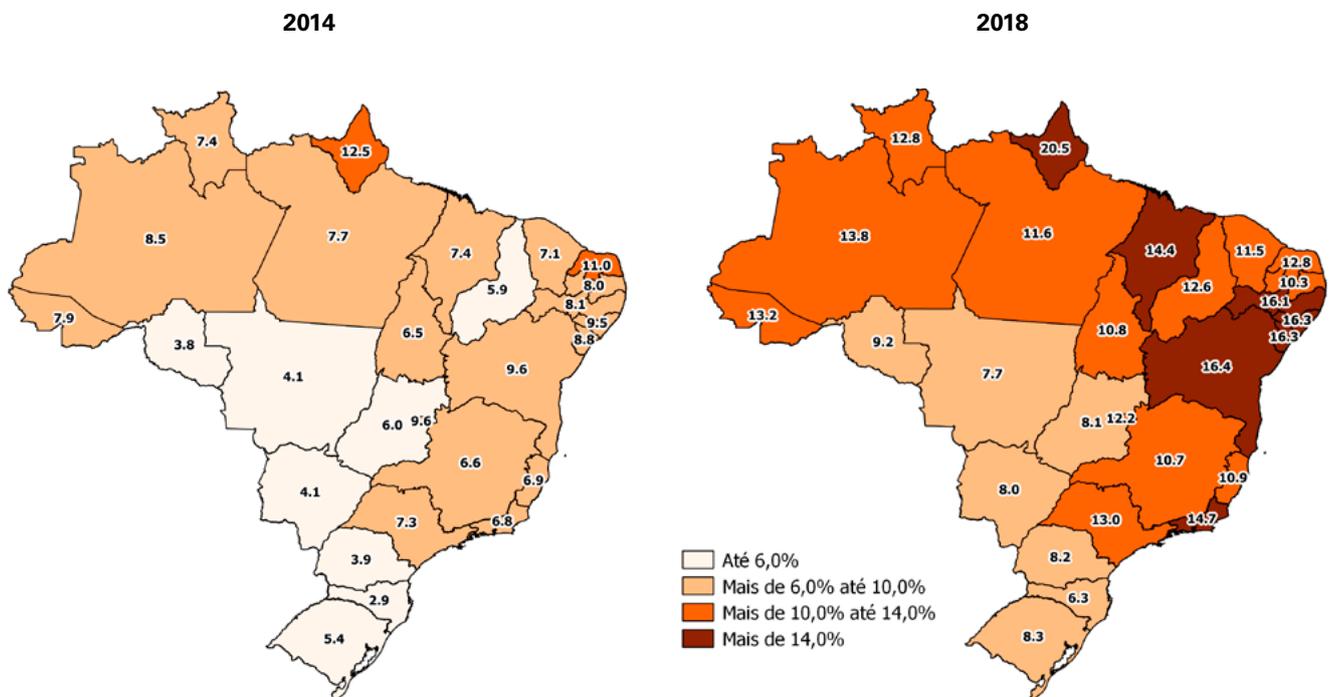
Já o nível de ocupação, que havia permanecido estável entre 2012 e 2014 (57,0% nos dois anos), foi atingido pela conjuntura econômica desfavorável e chegou ao ponto mais baixo da série em 2017, 54,4%. Em 2018, a trajetória descendente foi descontinuada, com o nível de ocupação se mantendo em 54,6%. O nível de ocupação dos homens diminuiu mais do que o das mulheres em comparação ao ano de 2014, mas os homens mantêm ao longo de toda a série nível expressivamente mais elevado que as mulheres. Em 2018, esse indicador foi 64,3% para os homens e 45,6% para as mulheres (Tabela 1.1).

Essa desigualdade reflete tanto a maior participação dos homens na força de trabalho, quanto as maiores dificuldades que as mulheres enfrentam ao ingressarem e para permanecerem ocupadas. Com efeito, as mulheres estão desocupadas em maior proporção, têm menores rendimentos e estão mais sujeitas à informalidade do que os homens.

Desocupação

A taxa de desocupação, que teve como valor mínimo 6,9% em 2014, aumentou continuamente até 12,5%, em 2017. Em 2018, o aumento foi interrompido e a taxa de desocupação foi de 12,0%. No entanto, com relação a 2014, todas as Grandes Regiões do País registraram taxa de desocupação mais alta em 2018, indicando que, apesar da branda recuperação do PIB e do consumo das famílias em 2017 e 2018, descrita nos tópicos anteriores, o mercado de trabalho ainda não recobrou o mesmo fôlego. Na Região Norte, a taxa passou de 7,6% para 12,3%, no Nordeste de 8,4% para 14,5%, no Sudeste de 7,0% para 12,7%, no Sul de 4,2% para 7,8% e no Centro-Oeste de 6,0% para 9,2%. O fenômeno foi observado em todas as Unidades da Federação, sendo que, no Amapá, a taxa de desocupação atingiu 20,5% em 2018, como mostra o Cartograma 1.

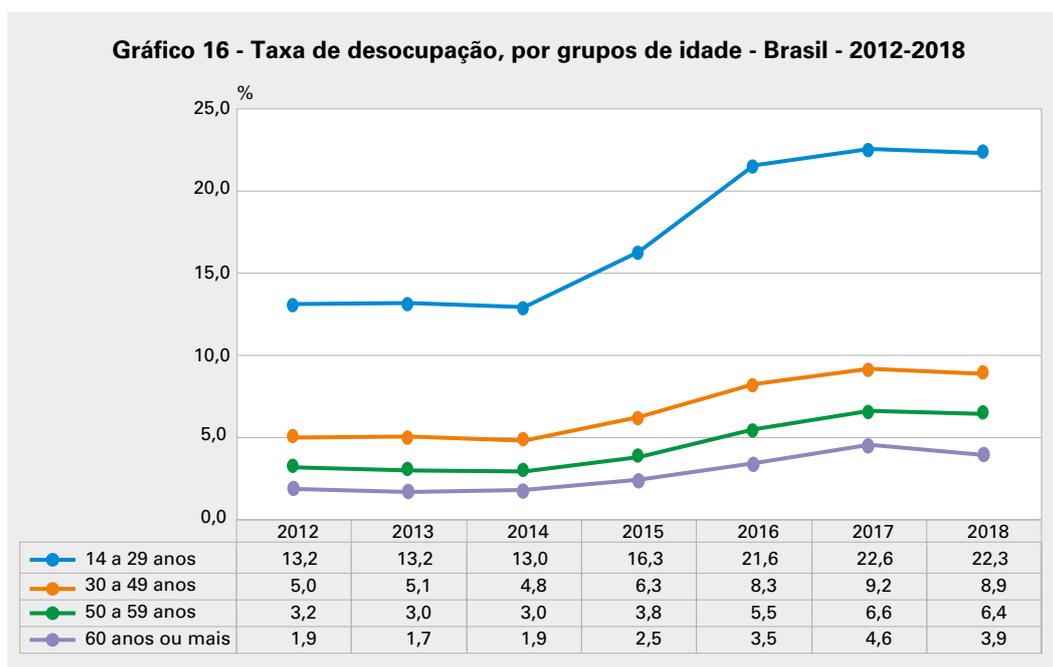
Cartograma 1 - Taxa de desocupação, segundo as Unidades da Federação - 2014/2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2014/2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

O grupo etário mais afetado pela desocupação é o das pessoas entre 14 e 29 anos de idade. Para esse grupo, a taxa de desocupação, que era de 13,0% em 2014, aumentou ano após ano, até alcançar 22,6% em 2017, mantendo-se em 22,3% em 2018, conforme o Gráfico 16. Conjunturas econômicas desfavoráveis tendem a atingir com mais intensidade a ocupação dos jovens, que também leva maior tempo para se recuperar posteriormente (SOCIETY..., 2016). A falta de oportunidades de emprego para a juventude é um desafio que se coloca no nível internacional, compondo três metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 da Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

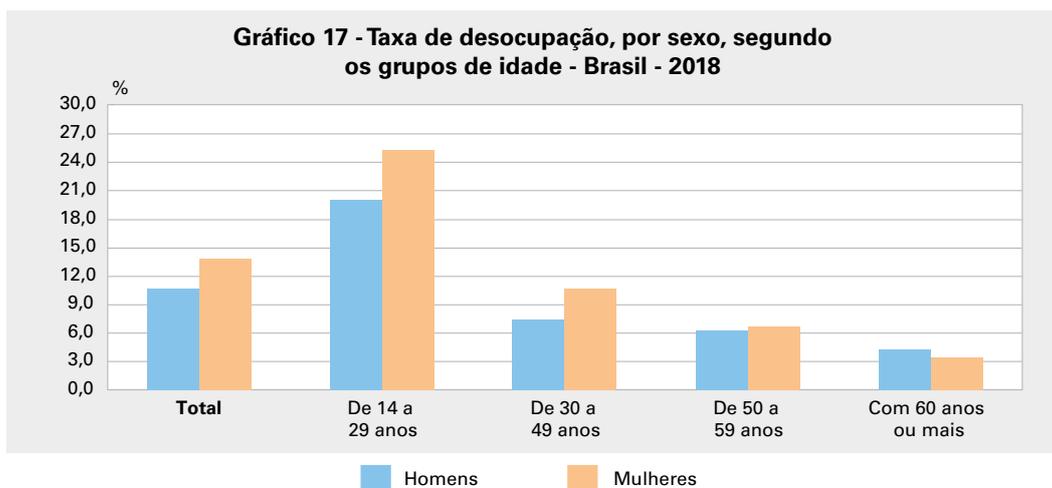


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

No período analisado, a taxa de desocupação dos homens foi menor do que a das mulheres. A menor diferença foi encontrada em 2014, 2,8 pontos percentuais, e a maior em 2017, 3,7 pontos percentuais. Tais constatações apontam que a desigualdade entre os sexos resulta de fatores estruturais, mas se agrava em consequência de aspectos conjunturais, como períodos de crise. Com o cenário mais favorável, em 2018, a distância entre as taxas de desocupação de homens e mulheres foi de 3,2 pontos percentuais. No que tange ao aspecto regional, em 2018, tal como no ano anterior, a Unidade da Federação mais adversa para as mulheres em relação aos homens foi o Amazonas, com uma discrepância de 6,0 pontos percentuais entre as respectivas taxas de desocupação (Tabela 1.3).

O grupo das pessoas de 14 a 29 anos é marcado pela maior desigualdade entre os sexos na taxa de desocupação, com uma diferença de 5,3 pontos percentuais entre homens e mulheres em 2018. A desigualdade entre os sexos na taxa de desocupação diminui nos grupos de idade mais avançada, o que pode ser atribuído à saída mais cedo das mulheres da força de trabalho, que reduz a pressão sobre o mercado de trabalho. As taxas de desocupação dos homens e das mulheres, desagregadas por grupos etários, podem ser vistas no Gráfico 17.

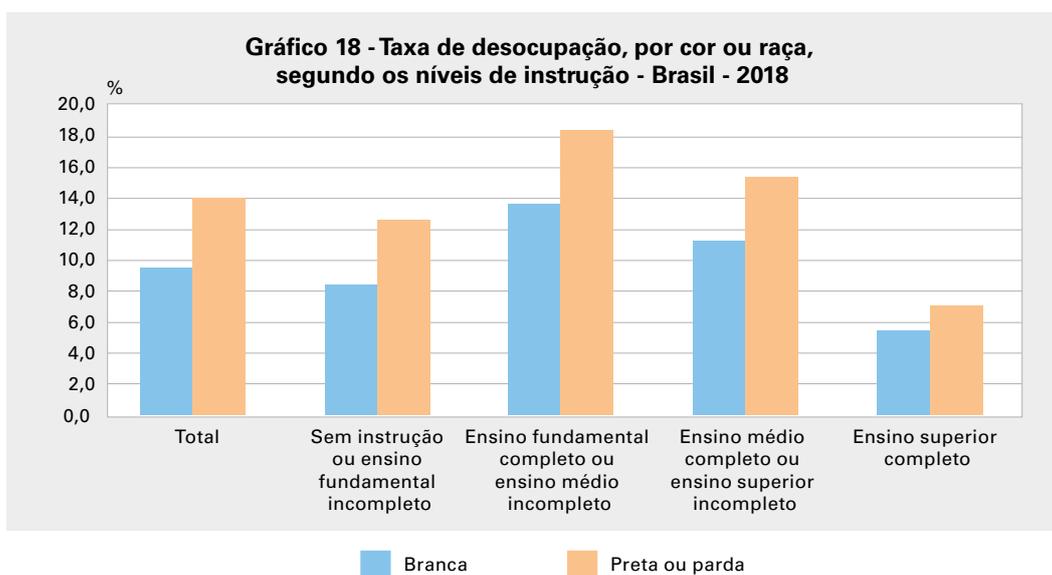


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Desigualdades também são reveladas quando se compara a população segundo o critério de cor ou raça. De fato, ao longo de toda a série histórica, a taxa de desocupação da população preta ou parda foi maior do que a população branca, tendo alcançado a maior diferença em 2017 e 2018, de 4,6 pontos percentuais. A Unidade da Federação mais desigual nesse aspecto foi o Espírito Santo, com a taxa de desocupação dos pretos ou pardos superando a dos brancos em 6,1 pontos percentuais, em 2018. (Tabela 1.3).

Embora a população branca seja mais escolarizada que a população preta ou parda, esse aspecto não pode ser apontado como explicação cabal para tal resultado. Afinal, quando comparadas, pessoas pretas ou pardas e pessoas brancas, com o mesmo nível de instrução, a taxa de desocupação é sempre maior para os pretos ou pardos, como se vê no Gráfico 18. A diferença é substancialmente menor quando recortadas apenas as pessoas com ensino superior, 5,5% para os brancos e 7,1% para os pretos ou pardos, assinalando, em conjunto com outros indicadores, que o acesso ao ensino superior é um fator que contribui para a redução de desigualdades.



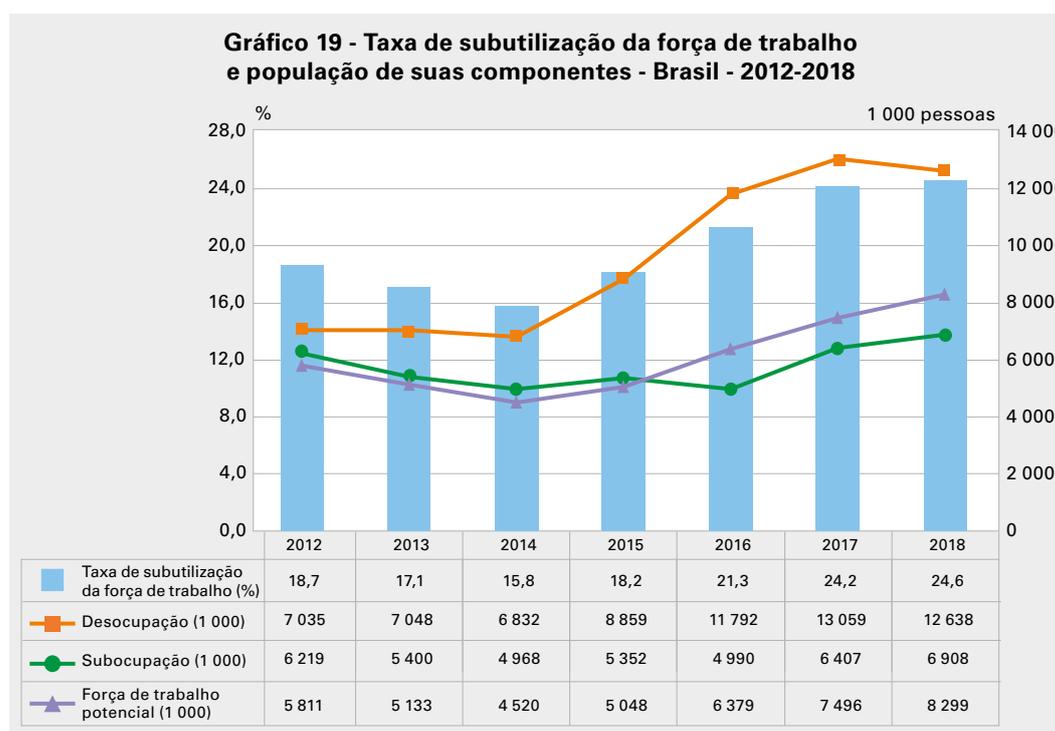
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Subutilização da força de trabalho

Um dos principais objetivos da produção de indicadores sobre mercado de trabalho é monitorar em que medida a economia está utilizando os recursos humanos disponíveis. Para tanto, não basta captar o fenômeno da desocupação. É preciso investigar também, dentre as pessoas ocupadas, aquelas que trabalham menos que 40 horas semanais, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, subocupadas por insuficiência de horas. Igualmente, é preciso perquirir a força de trabalho potencial, isto é, as pessoas que não estão ocupadas, mas que: 1. tomaram alguma medida efetiva para conseguir trabalho, mas não estão disponíveis para começar a trabalhar; ou 2. não realizaram busca por trabalho apesar de desejarem e estarem disponíveis para começar a trabalhar. A proporção dos três componentes – desocupação, subocupação por insuficiência de horas e força de trabalho potencial – na força de trabalho ampliada (força de trabalho + força de trabalho potencial) – formam a taxa composta de subutilização da força de trabalho.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho diminuiu entre 2012 e 2014, mas cresceu nos anos seguintes, no contexto de crise que atingiu o País a partir de 2015. Para tanto, contribuíram, como se vê no Gráfico 19, além do aumento da população desocupada até 2017, o da população subocupada por insuficiência de horas e o da força de trabalho potencial até 2018. De fato, a população subocupada por insuficiência de horas passou de 5,0 milhões de pessoas, em 2014, para 6,9 milhões, em 2018. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,5 milhões de pessoas, em 2014, para 8,3 milhões, em 2018. Somados, os dois grupos alcançam mais da metade (54,6%) da população subutilizada. É preciso, então, conhecer as características da população subocupada por insuficiência de horas e da força de trabalho potencial para planejar políticas que abordem a questão da subutilização.



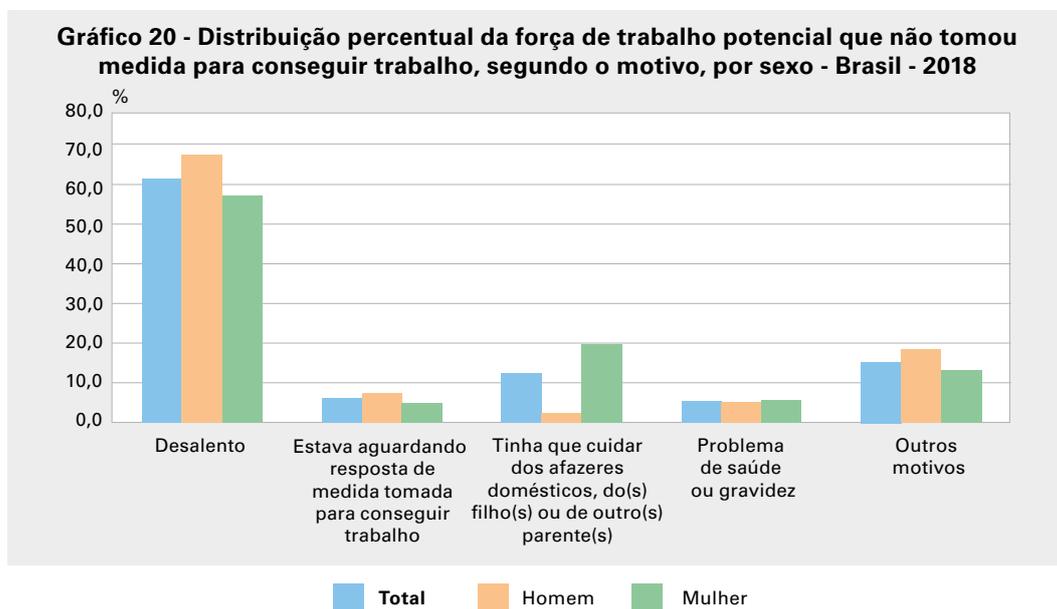
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

No tocante à força de trabalho potencial, em 2018, prevaleceram as pessoas que estavam disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho. Ora, se as pessoas podiam começar a trabalhar, por que não tomaram providência para conseguir uma ocupação? A PNAD Contínua fez essa indagação e as respostas revelaram que o principal motivo era o desalento com o mercado de trabalho, com 61,1% das pessoas respondendo que não conseguiam trabalho adequado, não tinham experiência profissional ou qualificação, não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou que não havia trabalho adequado na localidade. O desalento – somatório dessas quatro possibilidades de resposta – era mais marcante entre os homens (67,1%), do que entre as mulheres (56,9%), como mostra o Gráfico 20.

Contudo, entre as mulheres na força de trabalho potencial que estavam disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram trabalho, outro motivo aparece com destaque no Gráfico 20: 19,7% afirmaram não ter tomado providência para conseguir uma ocupação por ter que cuidar de afazeres domésticos, de filho ou de outro parente. O mesmo motivo representou apenas 2,2% das respostas dos homens, corroborando os dados apresentados anteriormente sobre a desigualdade de gênero na realização de atividades domésticas.

Tais resultados fundamentam a importância que é atribuída à expansão da rede de cuidados para crianças, idosos e pessoas com deficiência para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho (WHAT..., 2015), o que, por sua vez, poderia implicar em crescimento do PIB e das receitas tributárias do País (PERSPECTIVAS..., 2017). Com efeito, em 2018, as mulheres eram maioria nas três componentes da subutilização da força de trabalho, chegando a representar 59,3% da força de trabalho potencial (Tabela 1.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

No âmbito da população ocupada, o menor percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas na série histórica iniciada em 2012 foi atingido em 2014 (5,4%). Em 2018, essa parcela, que trabalhava menos que 40 horas semanais, gostaria e poderia trabalhar mais, representava 7,5% da população ocupada.

Com relação aos grupos populacionais, a subocupação por insuficiência de horas atinge de forma mais acentuada as mulheres, as pessoas pretas ou pardas, os trabalhadores jovens e os com menor nível de instrução. É um fator que, ao lado de menores rendimento-hora, pode contribuir para serem os grupos que também auferem os menores rendimentos habituais (Tabela 1.7). Com efeito, as mulheres representavam, em 2018, 43,7% da população ocupada, mas 54,6% da população subocupada por insuficiência de horas; as pessoas pretas ou pardas eram 53,7% dos ocupados, mas 66,0% dos subocupados; os trabalhadores de 14 a 29 anos constituíam 25,7% dos ocupados, mas 34,5% dos subocupados; e os trabalhadores sem instrução ou com fundamental incompleto eram 26,2% do primeiro grupo, mas 36,3% do segundo. As informações dos grupos populacionais estão na Tabela 6.

Tabela 6 - População ocupada e subocupada por insuficiência de horas, e distribuição percentual, segundo características selecionadas - Brasil - 2018

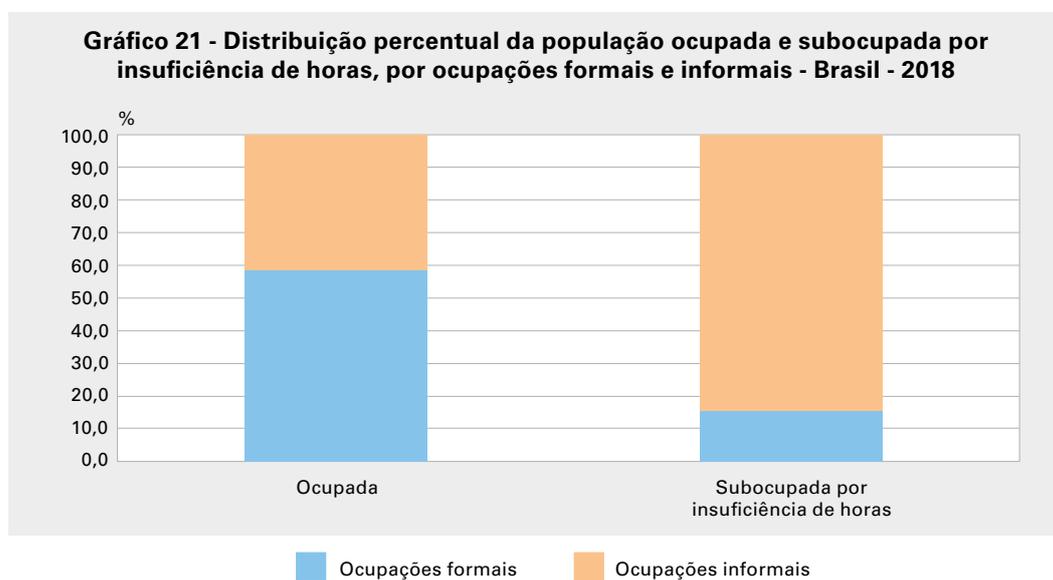
Características selecionadas	População			
	Ocupada		Subocupada por insuficiência de horas	
	Total	Distribuição percentual (%)	Total	Distribuição percentual (%)
Total	92 333	100,0	6 908	100,0
Sexo				
Homens	51 938	56,3	3 139	45,4
Mulheres	40 395	43,7	3 769	54,6
Cor ou raça (1)				
Branca	41 709	45,2	2 262	32,8
Preta ou parda	49 561	53,7	4 560	66,0
Grupos de idade				
14 a 29 anos	23 738	25,7	2 385	34,5
30 a 49 anos	45 866	49,7	3 206	46,4
50 a 59 anos	15 378	16,7	924	13,4
60 anos ou mais	7 351	8,0	393	5,7
Nível de instrução				
Sem instrução ou ensino fundamental incompleto	24 211	26,2	2 511	36,3
Ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto	13 895	15,0	1 236	17,9
Ensino médio completo ou ensino superior incompleto	35 813	38,8	2 260	32,7
Ensino superior completo	18 413	19,9	901	13,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

(1) Não estão apresentados os resultados para amarelos e indígenas.

A subocupação por insuficiência de horas também é um aspecto marcante do trabalho informal. Conforme o Gráfico 21, enquanto 41,5% das pessoas ocupadas estão em trabalhos informais, 84,6% do grupo subocupado por insuficiência de horas está nessa situação. Além disso, na distribuição da população ocupada, alguns grupos de atividades concentraram percentual de subocupação maior do que de ocupação. Foram eles: Agropecuária, Construção, Serviços domésticos e Outros serviços (Tabela 1.15), justamente os setores que comportam a maior proporção de trabalhadores em ocupações informais. A subocupação por insuficiência de horas é um indicador que merece ser acompanhado com atenção, tendo em vista a introdução da modalidade de contrato de trabalho intermitente no ordenamento jurídico brasileiro a partir da reforma trabalhista regulamentada pela Lei n. 13.467, de 13.07.2017 (BRASIL, 2017).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Informalidade no mercado de trabalho

A informalidade do mercado de trabalho, tal como definida no tópico **Mercado de trabalho** é mais proeminente nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2018, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,2% na Região Norte e 56,3% na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 35,6% e 29,0%. Maranhão (64,9%), Pará (64,8%) e Piauí (62,4%) foram as Unidades da Federação que apresentaram, em 2018, os maiores percentuais de trabalhadores em ocupações informais. Por outro lado, Santa Catarina (22,7%), Rio Grande do Sul (30,4%) e Distrito Federal (31,0%), registraram as menores proporções, conforme apresentado na série de três anos selecionados, na Tabela 7.

Tabela 7 - Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2012-2018

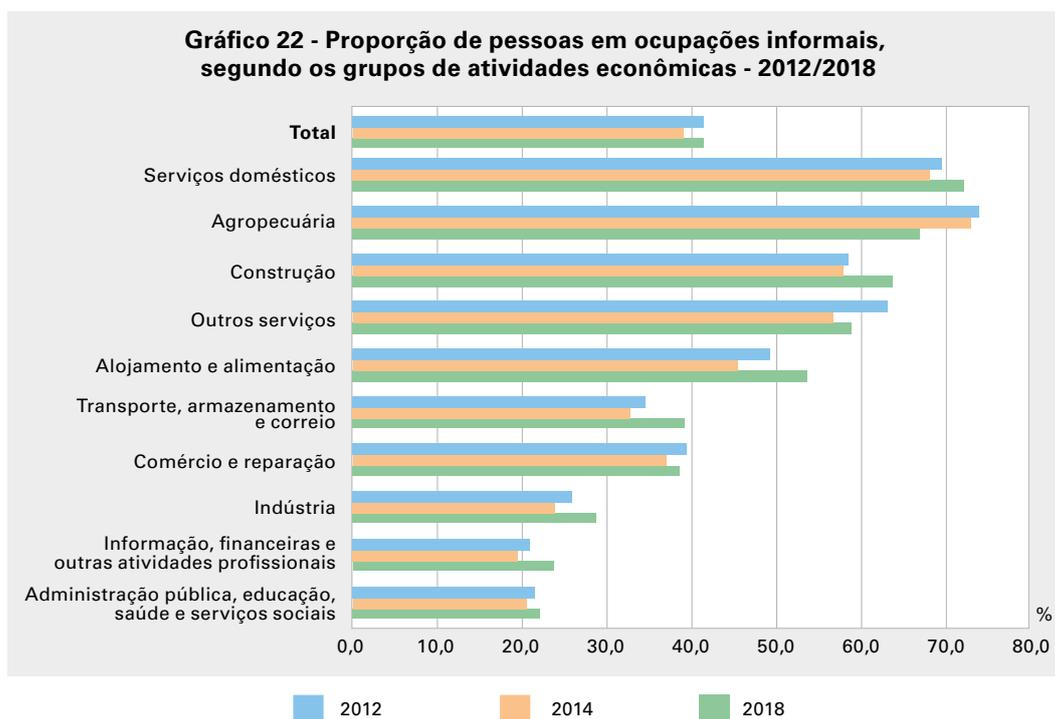
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais (%)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	41,5	40,3	39,1	39,0	39,0	40,7	41,5
Norte	59,3	58,9	58,2	58,7	59,0	59,5	59,2
Rondônia	47,3	45,3	43,4	43,5	45,0	45,0	45,9
Acre	54,5	55,9	53,5	57,2	56,8	58,9	56,7
Amazonas	56,3	55,8	58,1	57,1	60,7	60,6	59,0
Roraima	49,5	51,0	49,4	49,0	46,7	50,8	51,2
Pará	65,4	65,3	64,4	65,5	64,1	64,2	64,8
Amapá	51,7	49,6	50,8	53,9	52,0	58,5	53,5
Tocantins	56,3	56,7	51,9	48,5	52,1	52,9	52,3
Nordeste	58,6	57,7	56,2	55,8	54,9	56,2	56,3
Maranhão	67,0	67,2	67,6	68,8	67,4	66,2	64,9
Piauí	65,0	63,2	64,8	64,5	62,2	63,4	62,4
Ceará	59,4	59,0	57,4	56,0	55,0	56,3	57,4
Rio Grande do Norte	51,5	51,8	48,7	46,4	46,6	51,2	51,8
Paraíba	60,3	61,2	57,3	56,8	55,3	56,0	56,7
Pernambuco	52,5	51,8	49,3	49,5	48,5	52,0	51,6
Alagoas	47,8	50,9	48,8	49,5	47,8	49,4	48,6
Sergipe	55,8	52,8	51,0	50,3	48,9	53,0	52,9
Bahia	60,1	57,4	56,5	55,5	55,8	55,9	56,7
Sudeste	33,0	31,7	30,5	30,4	31,3	33,8	35,6
Minas Gerais	40,4	39,4	37,5	37,7	38,4	39,1	40,2
Espírito Santo	40,4	40,7	37,6	37,8	37,4	40,7	44,2
Rio de Janeiro	32,3	31,0	29,5	29,5	30,4	34,1	34,9
São Paulo	29,3	27,6	27,0	26,8	27,9	30,7	33,1
Sul	31,7	30,4	28,0	27,7	27,9	29,1	29,0
Paraná	33,3	31,7	29,9	29,7	29,7	32,3	31,8
Santa Catarina	25,5	23,8	21,7	22,2	22,6	23,3	22,7
Rio Grande do Sul	34,1	33,0	30,1	29,2	29,3	29,8	30,4
Centro-Oeste	39,3	38,4	37,0	37,4	37,7	39,1	39,4
Mato Grosso do Sul	40,1	38,6	37,9	39,4	39,0	38,2	38,0
Mato Grosso	41,6	41,6	39,0	40,4	39,6	39,1	40,8
Goiás	42,9	41,6	40,4	40,1	40,9	43,1	42,9
Distrito Federal	27,5	27,4	25,8	25,6	27,2	30,7	31,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Em 2018, Maranhão e Pará foram as Unidades da Federação onde havia a maior desvantagem para pessoas pretas ou pardas em termos de ocupações informais, com 66,6% e 66,0%, respectivamente (Tabela 1.17). Quanto à desagregação por sexo, a proporção de homens e mulheres em ocupações formais e informais é semelhante, embora registre pesos distintos nas categorias de ocupação informal. Enquanto os homens apresentam maior participação de empregados sem carteira e em trabalhadores por conta própria, as mulheres são superiores no trabalho auxiliar familiar e compõem quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira (Tabela 1.7).

Na análise por grupo de atividade econômica, observou-se que as atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais foram os Serviços domésticos (72,2%) e a Agropecuária (66,9%), no ano de 2018. Praticamente em todas as atividades houve crescimento da proporção de ocupações informais, sendo que Transporte, armazenagem e correio registrou a maior alta, em relação ao ano anterior (Tabela 1.18). Desde 2014, em decorrência da deterioração do mercado de trabalho, as atividades, com exceção da Agropecuária, sofreram elevação na proporção de ocupações informais nos quatro últimos anos, com destaque para Transporte, armazenagem e correio, Alojamento e alimentação, Construção e Indústria, revertendo a tendência de queda observada desde 2012 (Gráfico 22).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

O recorte por sexo nas atividades econômicas revelou que as taxas mais elevadas de informalidade no mercado de trabalho entre as mulheres ocorram nas atividades de Serviços domésticos (73,1%) e na Agropecuária (74,6%), em 2018 (Tabela 1.18). Já os homens se encontraram em maior proporção também na Agropecuária (65,0%) e na Construção (64,8%), atividades caracterizadas por uma elevada informalidade devido à dinâmica de contratações (sazonalidade, trabalho por empreitada, maior sensibilidade a fatores conjunturais etc.).

Já o recorte por cor ou raça indica que é significativamente maior a participação da população ocupada preta ou parda em ocupações informais (47,3%) quando comparada com os trabalhadores brancos (34,6%), ver Gráfico 23. Esse resultado do ano de 2018, que se mantém com pequenas oscilações ao longo da série, reflete desigualdades historicamente constituídas, como maior proporção dos trabalhadores pretos ou pardos entre o segmento de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (Tabela 1.7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Em relação ao nível de instrução, verifica-se progressiva participação da população em ocupações informais à medida que se reduz o grau de escolaridade. Assim, para pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a participação de informais foi de 60,8%, enquanto que para pessoas ocupadas com ensino superior completo, foi de 22,1% em 2018 (Tabela 1.18).

Jovens que não estudam e não estão ocupados

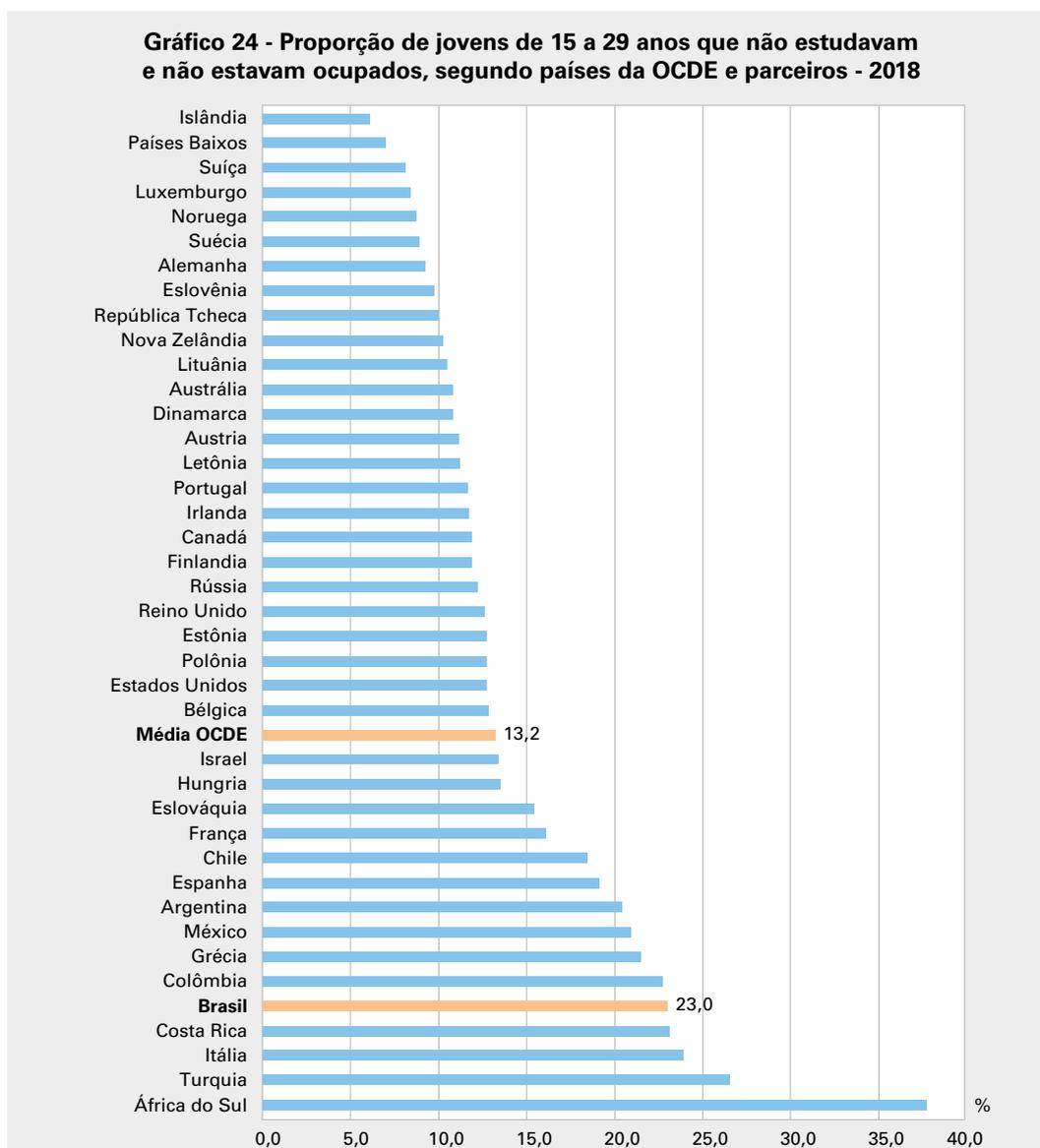
A transição da escola para o mercado de trabalho é uma importante marca do ciclo de vida definido como juventude (WHAT..., 2018). O insucesso nessa transição pode dificultar que os jovens atinjam outros objetivos tradicionais da fase adulta, influenciando seu grau de satisfação com a vida, confiança em outras pessoas e até interesse na política. No longo prazo, uma juventude sentindo-se desmotivada e desprotegida pode impactar os níveis de saúde, fecundidade e criminalidade em uma sociedade e, até mesmo, a coesão social (SOCIETY..., 2016).

A maior vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho já foi identificada em relatórios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) (SOCIETY..., 2016), da OIT (WHAT..., 2015), em edições prévias da Síntese de Indicadores Sociais e se verifica igualmente a partir dos dados da PNAD Contínua. De fato, em 2018, o grupo etário compreendido entre 14 a 29 anos apresentou as maiores taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho (Tabela 1.1) e os menores rendimentos do trabalho principal (Tabela 1.7).

Contudo, os indicadores produzidos para os estudos de mercado de trabalho não são suficientes para uma compreensão aprofundada dos desafios envolvidos na transição da escola para o trabalho. Faz-se necessária uma análise sobre o perfil dos jovens que não estudam e não estão ocupados. A construção de indicadores para esse grupo de jovens permite endereçar questões como evasão escolar precoce, o desalento com o mercado de trabalho, jovens que estão fora da força de trabalho por motivo de saúde, jovens mulheres que estão fora da força de trabalho por se dedicarem a afazeres domésticos e cuidados, entre outras (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2013).

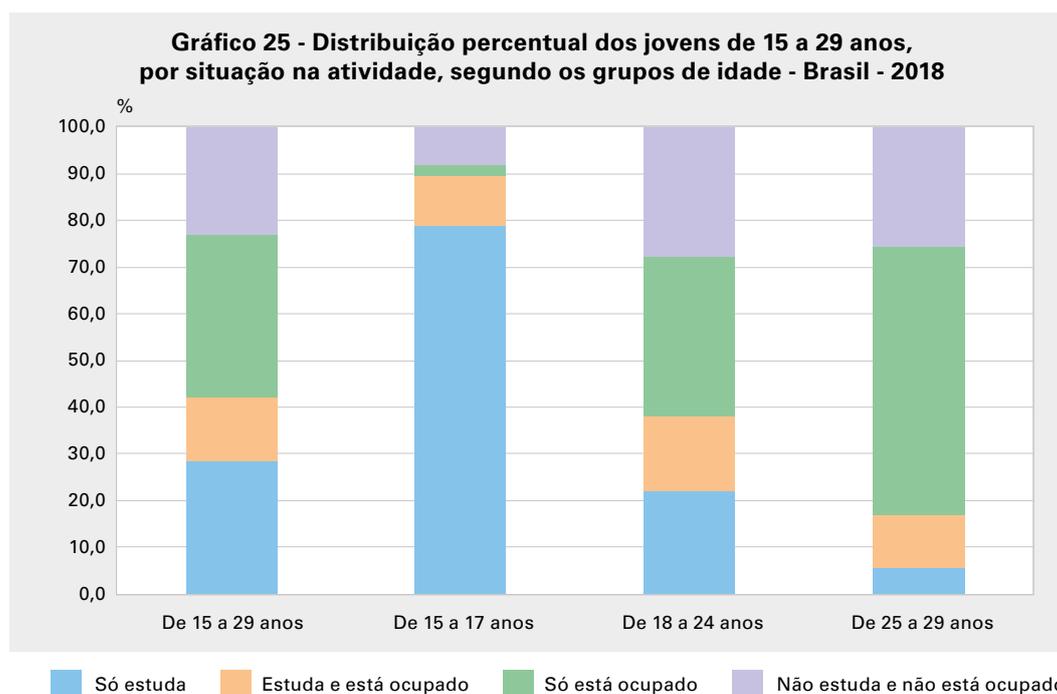
O escopo deste tópico é justamente analisar o perfil dos jovens que não estudam nem estão ocupados no Brasil, a partir dos dados obtidos pelo módulo de educação aplicado no 2º trimestre pela PNAD Contínua entre 2016 e 2018. Assim, o conceito de estudo engloba, além da frequência à escola, os cursos pré-vestibulares, técnico de nível médio e qualificação profissional. A faixa etária objeto da análise são as pessoas de 15 a 29 anos de idade, em consonância com o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei n. 12.852, de 05 de 05.08.2013.

Em 2016, a proporção de jovens que não estudavam e não estavam ocupados era de 21,8%. Aumentou para 23,0%, em 2017, percentual que se manteve em 2018. Esse patamar coloca o Brasil entre os piores colocados quando comparado com os países da OCDE e outros que tiveram seus resultados divulgados pelo relatório *Education at a glance 2019* (EDUCATION..., 2019). A média para os países da OCDE foi 13,2% em 2018, consoante o Gráfico 24.



Fontes: 1. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. 2. EDUCATION at a glance 2019: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2019. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en. Acesso em: out. 2019.

A incidência do fenômeno era maior entre os chamados “jovens jovens”, de 18 a 24 anos (27,9%), e os “jovens adultos”, de 25 a 29 anos (25,9%), como mostra o Gráfico 25. Entre os “jovens adolescentes”, de 15 a 17 anos, o fenômeno não apresentou a mesma força (7,9%). Um elemento que explica essa diferença reside na maior proporção de jovens de 15 a 17 anos que estudavam, totalizando 89,6%. Na faixa etária seguinte, que corresponde à idade adequada para cursar o ensino superior, essa proporção cai para 38,2%.

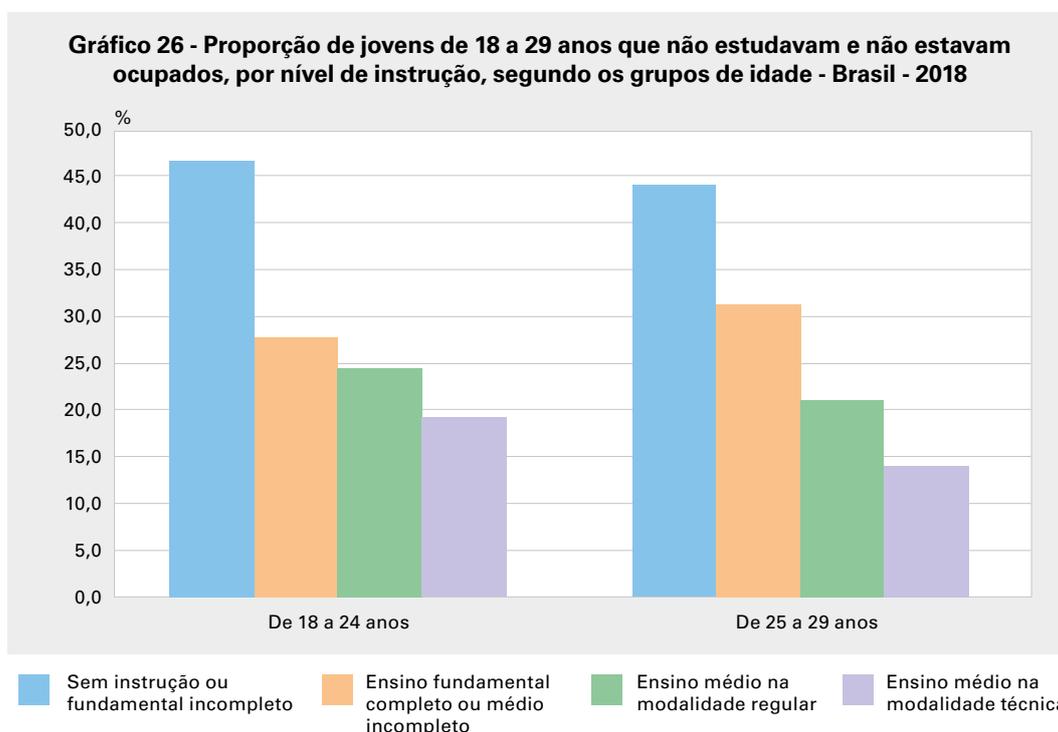


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Com efeito, a interrupção precoce dos estudos parece aumentar as chances do jovem com 18 anos ou mais de estar na situação de não estudar nem estar ocupado. Em 2018, conforme o Gráfico 26, entre os jovens com 18 a 24 anos que não estudavam e não estavam ocupados, 46,6% não tinham concluído o ensino fundamental e 27,7% tinham concluído apenas o ensino fundamental ou cursado até o médio incompleto. Entre os jovens com 25 a 29 anos não estudantes e não ocupados, 44,1% não tinham finalizado o ensino fundamental e 31,2% tinham finalizado somente este nível de ensino ou alcançado o médio incompleto.

Vale ressaltar que, entre os jovens de 18 a 24 e de 25 a 29 anos que concluíram o ensino médio, aqueles que se formaram na modalidade técnica estavam em menor proporção simultaneamente sem estudar e sem estar ocupados do que os que se formaram na modalidade regular. Estudos internacionais apontam que a conclusão do ensino médio na modalidade técnica implica em maior nível de ocupação para os jovens (ORTIZ, 2011) e que países com um sistema consolidado de educação e treinamento profissional tem menor taxa de desocupação juvenil e menor proporção de jovens que não estudam nem estão ocupados (QUINTINI, MARTIN, MARTIN, 2007; QUINTINI, MANFREDI, 2009). Por outro lado, existem evidências de que especialmente os jovens oriundos de classes mais baixas teriam menos chances de prosseguir nos estudos, reduzindo a perspectiva de mobilidade social ascendente (FRESNEDA, 2009).

Além disso, merece destaque que, entre os jovens que não estudavam e não estavam ocupados, quanto menor seu nível de instrução, maior a prevalência de indivíduos fora da força de trabalho (Tabela 1.24). Isto é, esses jovens sequer chegaram a procurar trabalho no período de referência ou não estavam disponíveis para começar a trabalhar caso conseguissem alguma vaga. Apenas entre o grupo que havia concluído o ensino médio na modalidade técnica preponderavam os jovens na força de trabalho desocupados. Esses resultados devem ser analisados com cuidado, uma vez que o acesso ao ensino médio na modalidade técnica é mais restrito, de modo que vantagens posteriormente alcançadas podem refletir características não observadas dessa parcela de jovens (FRESNEDA, 2012).

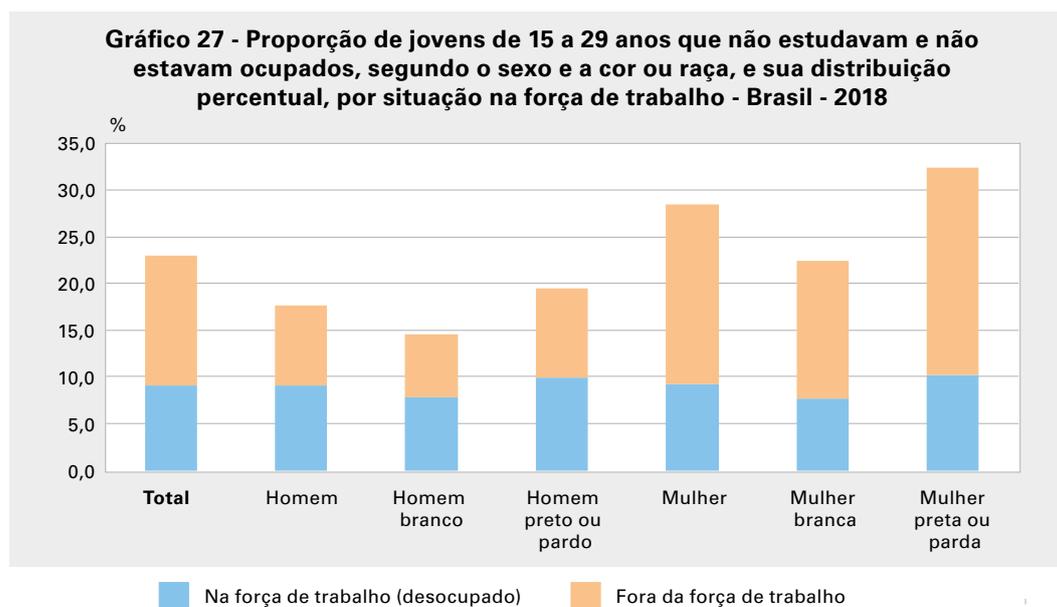


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Apesar de mais escolarizadas, era maior a proporção de jovens mulheres (28,4%) do que de homens (17,6%) que não estudavam e não estavam ocupadas em 2018. Em pior situação encontravam-se as mulheres pretas ou pardas, que tinham o dobro de chances de estarem sem estudar e sem ocupação do que os homens brancos, o que se vê no Gráfico 27. Com efeito, como observado nos tópicos anteriores, as mulheres estão mais sujeitas à desocupação e, ao mesmo tempo e com mais intensidade, a estarem fora da força de trabalho. A maior diferença entre os sexos se dá justamente na faixa etária mais elevada, de 25 a 29 anos, apontando para a dificuldade das mulheres se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho após concluírem os estudos (Tabela 1.23).

O Gráfico 27 também mostra que, enquanto entre os jovens homens que não estudavam e não estavam ocupados sobressaíam os desocupados (51,5%), entre as mulheres não estudantes e não ocupadas mais de 2/3 (67,7%) estavam fora da força

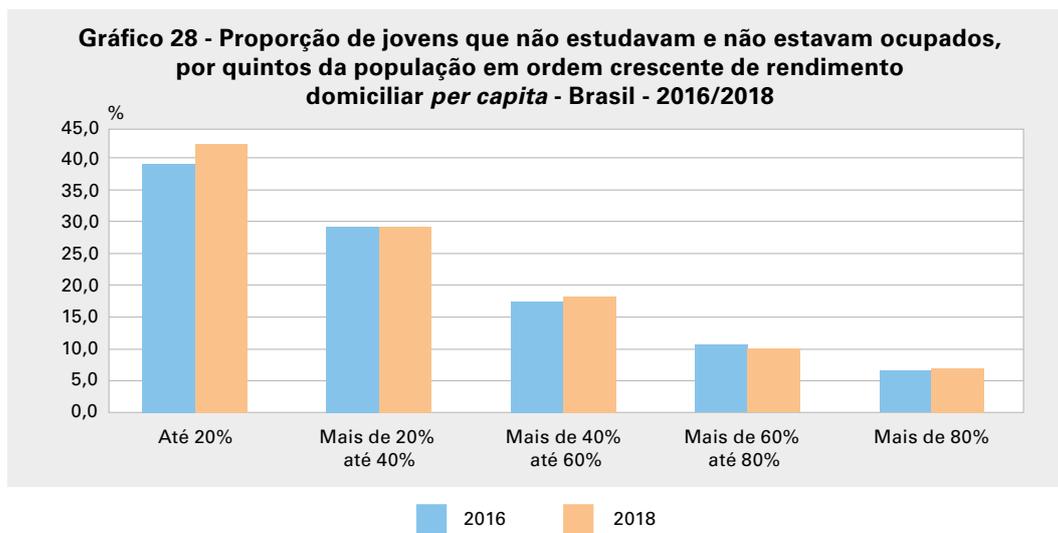
de trabalho. Tendo em vista que 35,8% das jovens que não estudavam, não estavam ocupadas e não tomaram providência para conseguir trabalho, mas gostariam de começar a trabalhar, responderam que não o fizeram por ter de realizar afazeres domésticos, cuidar de filho ou outros parentes (Tabela 1.25), as recomendações da OIT no sentido de ampliar a rede de cuidados infantis e implantar outras políticas públicas de promoção de igualdade entre os sexos parecem necessárias no cenário brasileiro (WHAT..., 2015).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Além disso, entre todos os jovens não estudantes e não ocupados fora da força de trabalho que não procuraram ocupação, mas gostariam de começar a trabalhar, um contingente de 2,4 milhões de pessoas, foi revelado forte desalento com o mercado de trabalho (Tabela 1.25). Mais da metade (57,4%) estavam desalentados, ou seja, responderam que o principal motivo para não terem procurado ocupação era não haver trabalho na localidade (39,6%), não conseguir trabalho adequado (10,7%), não ter experiência profissional ou qualificação (6,1%) ou ser considerado muito jovem para trabalhar (1,0%).

Por último, mas não menos importante, cabe destacar que os domicílios com renda mais baixa apresentaram maior incidência de jovens que não estudavam nem estavam ocupados. De fato, entre os jovens no quinto da população com os mais baixos rendimentos domiciliares *per capita*, aqueles nessa situação representavam 42,3% do grupo. Assim como a maior prevalência de jovens não estudantes e não ocupados entre as mulheres, a população preta ou parda e as pessoas com menor escolaridade, tal resultado também foi encontrado em estudos sobre períodos anteriores ao atual (FREIRE, 2018, CAMARANO et. al., 2006), o que demonstra que o perfil ora retratado denota um aspecto de cunho estrutural na sociedade brasileira.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2018.

Padrão de vida e distribuição de renda

Estabelecer um limiar para o atendimento das necessidades das pessoas é tarefa árdua, mas há fatores que são fundamentais para um padrão de vida digno e satisfatório, como dieta balanceada, vestimentas adequadas, acesso a serviços de saúde e educação, ambiente sadio, dentre outros.

Em nível internacional, a Agenda 2030, representada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, é ambiciosa, com diversas dimensões e foi adotada pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas - ONU em 25 de setembro de 2015. Como primeiro objetivo, a agenda estabelece “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos lugares” (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Tal propósito deve ser capitaneado pelos países do mundo todo e é apoiado pelos esforços dos organismos internacionais. Em especial o Banco Mundial, agência de custódia dos indicadores de monitoramento, aponta em seu planejamento, como objetivos “gêmeos”, a erradicação da pobreza e a prosperidade compartilhada (POVERTY..., 2018), para que se evite um crescimento econômico que negligencie a base da pirâmide de rendimentos, quer dizer, que se tenha crescimento econômico favorável aos pobres¹. Em compasso com esse posicionamento, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL) define a igualdade como eixo estruturante das ações para os países da região (BIELSCHOWSKY; TORRES, 2018; LA INEFICIENCIA..., 2018).

¹ Esse imperativo é representado pelo monitoramento de incremento do rendimento, ao longo do tempo, do grupo formado pelos 40% da população com menores rendimentos e compõe o indicador 10.1 (Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional) do ODS 10 (Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em âmbito nacional, o Art. 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988 aponta que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Tal posicionamento explicita os chamados “direitos sociais”, dando conta então de dimensões importantes para o bem-estar da população.

O presente capítulo examina as condições de vida da população em aspectos relacionados à distribuição de rendimento, pobreza monetária e o acesso a bens e serviços, ao longo do período entre 2012 e 2018, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. A primeira seção avalia aspectos voltados à distribuição de rendimento e à desigualdade; a segunda apresenta dados sobre pobreza monetária; a terceira aborda as condições de moradia; e, por fim, descrevem-se as restrições em múltiplas dimensões. Portanto, a análise aqui proposta vai além da simples aferição de rendimento, buscando apreender importantes aspectos sobre o padrão de vida da sociedade brasileira.

Distribuição de rendimento

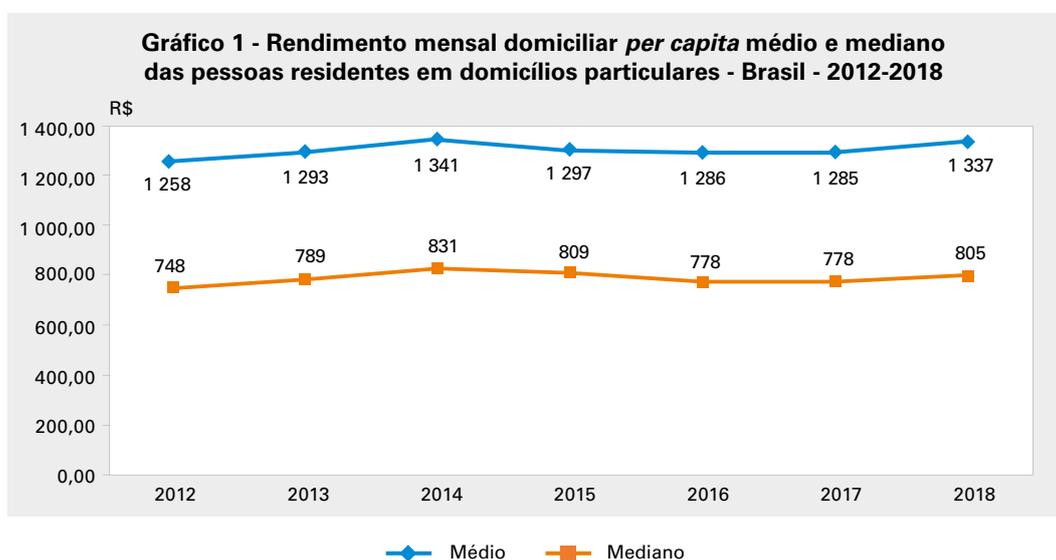
Durante muito tempo, a corrente dominante entre economistas defendia que igualdade e eficiência eram pontos conflitantes, como exemplificado pelo termo “*big tradeoff*”, cunhado por Okun (2015), em obra originalmente publicada em 1975, como referência à escolha entre um dos dois aspectos como objetivo de política econômica. Porém, com o aumento da desigualdade verificada em diversos países na transição e início do novo milênio, a ideia que aponta para a desigualdade como uma barreira ao desenvolvimento ganhou mais vigor (LA INEFICIENCIA..., 2018).

A desigualdade gera custos de ineficiência, o que implica que sua superação seja condição necessária para o desenvolvimento (LA INEFICIENCIA..., 2018), pois traz risco de privação para aqueles com menores rendimentos de se manterem saudáveis e acumularem capital humano. Gera também instabilidade política e econômica, o que reduz investimentos, diminui o consumo – especialmente nas classes inferiores – e, conseqüentemente, a demanda, afetando a coesão social e a sustentabilidade do próprio crescimento (OSTRY; BERG; TSANGARIDES, 2014).

O rendimento médio mensal domiciliar *per capita*² é usado aqui para a construção de indicadores que traçam um panorama do comportamento do rendimento entre diversos grupos (por sexo, cor ou raça, grupos de idade, posição na ocupação, tipos de arranjos domiciliares) no decorrer do período entre 2012 e 2018. Como não existe um indicador único capaz de captar e sintetizar todas as informações, é apresentada uma série de indicadores de bem-estar, representados pela ótica monetária, e indicadores de desigualdade, com recortes geográficos, por classes de rendimentos e por características dos indivíduos.

² O rendimento mensal domiciliar *per capita* é resultado da soma do rendimento habitual do trabalho e o efetivo de outras fontes de cada membro do domicílio, dividido pelo número de componentes da unidade domiciliar. Excluídos aqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Como apontado no capítulo anterior desta publicação, **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, o dinamismo do mercado de trabalho entre 2012 e 2014 se traduziu em crescimento do rendimento médio do trabalho. Tal comportamento foi igualmente verificado em relação ao rendimento domiciliar *per capita* (Gráfico 1), dado o elevado peso do rendimento do trabalho na estrutura do rendimento total domiciliar (Gráfico 2). Porém, a partir de 2015, com a crise econômica nacional, houve queda deste rendimento até 2016, e somente se recuperou em 2018. Trajetória semelhante se observa para o rendimento domiciliar *per capita* mediano (Tabela 2.1). Ressalta-se que 57,6% dos rendimentos domiciliares *per capita* observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário mínimo vigente nesse mesmo ano. Isso significa que mais da metade das pessoas possuíam rendimento domiciliar *per capita* de até R\$ 954,00 (Tabela 2.2).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

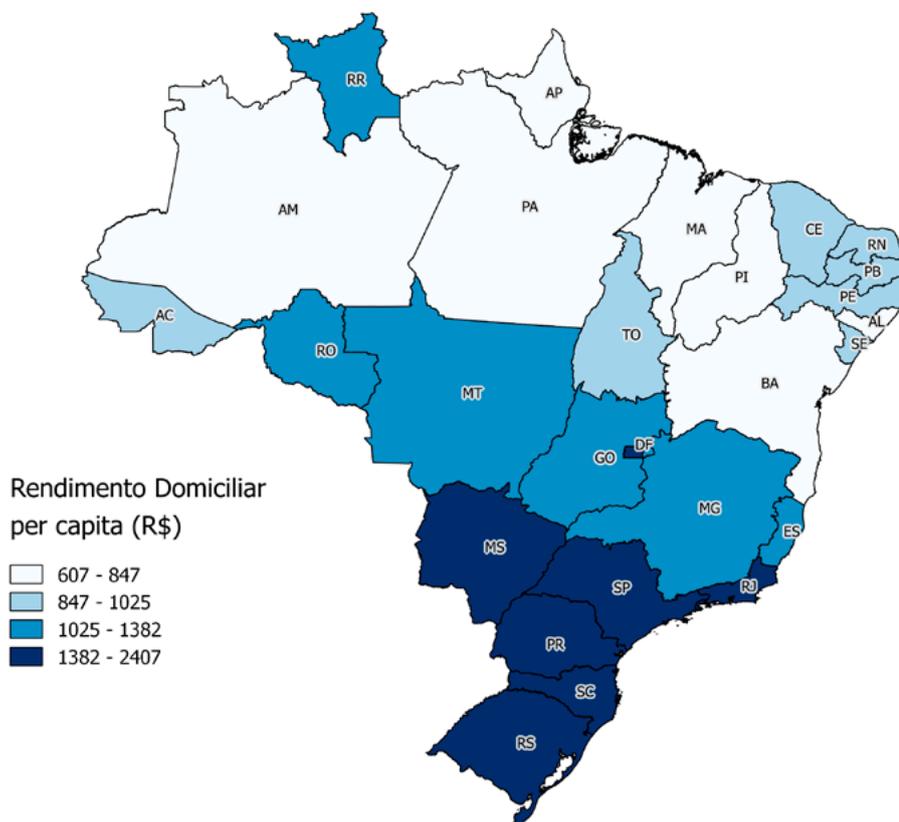
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

O Cartograma 1 evidencia as diferenças geográficas de acordo com o rendimento domiciliar *per capita* em 2018. As Unidades da Federação com os maiores rendimentos estavam nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com destaque para o Distrito Federal, que possuía o maior rendimento médio (R\$ 2 407). Por outro lado, os estados com os menores rendimentos estavam todos nas regiões Norte e Nordeste, sendo o menor deles no Maranhão (R\$ 607) (ver também Tabela 2.1).

Cartograma 1 - Rendimento mensal domiciliar *per capita* das pessoas residentes em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação - Brasil - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.

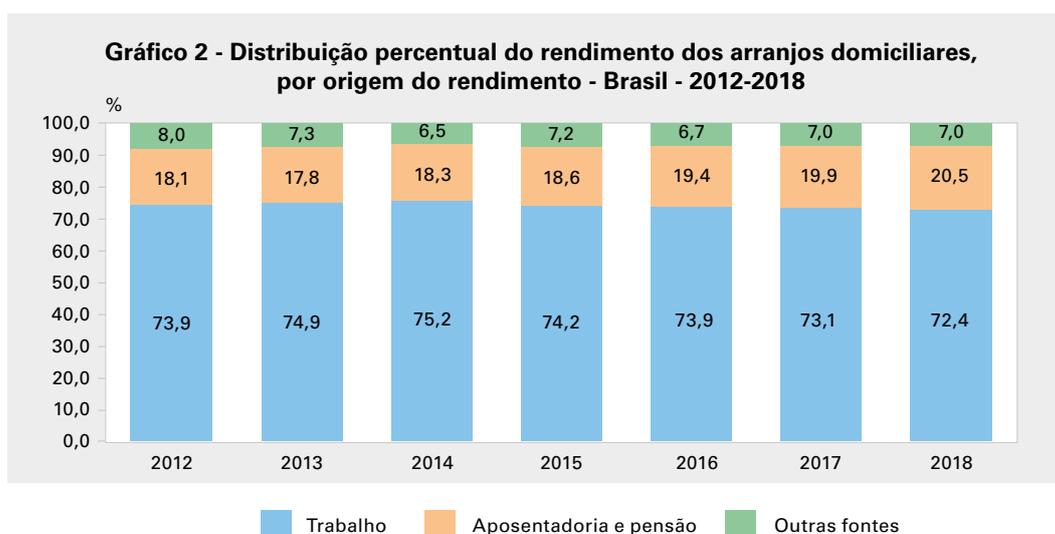
2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluiu-se as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Outra informação relevante acerca dos rendimentos diz respeito a sua origem. A partir de 2015, percebe-se que a parcela proveniente dos trabalhos diminuiu em relação aos rendimentos de outras fontes³ e de aposentadorias e pensões, o que pode estar relacionado com o aumento da desocupação observada no mesmo período. Ainda assim, o trabalho permaneceu como a principal fonte dos rendimentos, correspondendo a 72,4% do rendimento total em 2018, ao passo que aposentadoria e pensão (20,5%) e outras fontes (7,0%) correspondiam a uma parcela menor (Tabela 2.3). O Gráfico 2 mostra que a queda de participação do rendimento do trabalho no rendimento total ocorreu fundamentalmente pelo crescimento da maior participação de aposentadorias e pensões no período analisado, especialmente entre 2016 e 2018⁴.

³ Consideram-se rendimentos de outras fontes os oriundos de: Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS; Bolsa Família; outros programas sociais do governo; seguro-desemprego; seguro-defeso; pensão alimentícia; doação ou mesada em dinheiro de pessoa que não morava no domicílio, de aluguel ou arrendamento; e outros rendimentos (bolsa de estudos, rendimento de caderneta de poupança, aplicações financeiras etc). Ver rendimento mensal de outras fontes no Glossário.

⁴ Apesar da queda na participação do trabalho em relação ao total de rendimentos, a massa de rendimentos apresentou aumento em valor absoluto de 2017 para 2018.



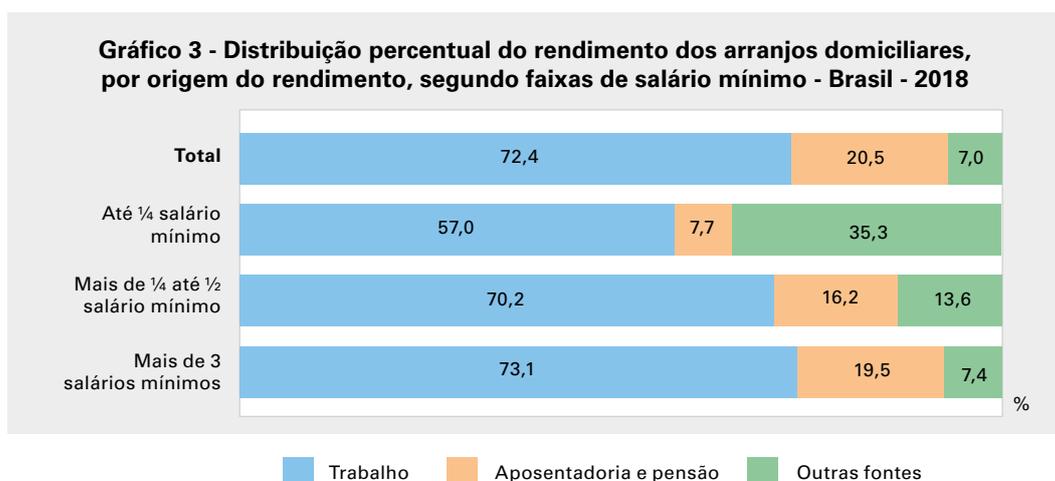
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Sobretudo nas famílias com menores rendimentos, fontes diferentes do trabalho possuem maior relevância. Esse fato se evidencia quando se compara a origem dos rendimentos segundo faixas de salário mínimo, como mostra o Gráfico 3. Para aqueles arranjos com rendimento domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 35,3% dos rendimentos eram oriundos de outras fontes e 57,0% do trabalho. Já para aqueles com maiores rendimentos (acima de três salários mínimos) esses percentuais foram de 7,4% e 73,1%, respectivamente. Aposentadorias e pensões possuem mais que o dobro do peso na composição do rendimento daqueles com rendimento superior a três salários mínimos (19,5%), ou daqueles com rendimento entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ do salário mínimo (16,2%), em relação àqueles com rendimento de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (7,7%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

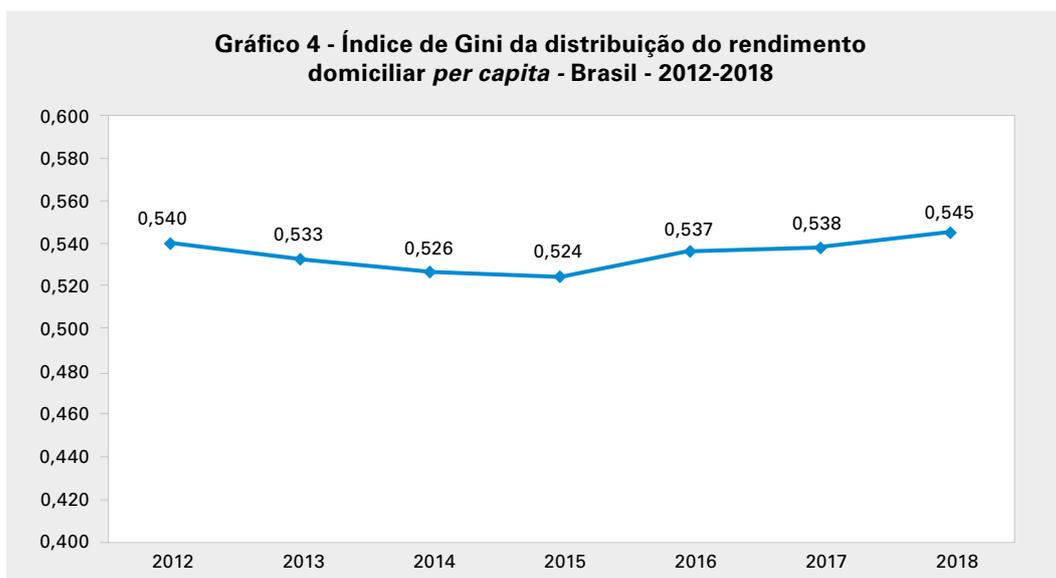
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

4. Salário mínimo de referência: R\$ 954,00.

Tratando de desigualdade na distribuição de rendimento, o método usualmente adotado para avaliá-la é ordenar as pessoas em ordem crescente de rendimentos e analisar como o rendimento total se distribui entre a população, sendo essa a base de construção da maioria dos indicadores clássicos de desigualdade. O mais conhecido desses é o Índice de Gini, que possui valores entre 0 e 1, sendo 1 o valor de máxima desigualdade e 0 a perfeita igualdade na distribuição do rendimento. O comportamento deste indicador apresentou tendência de queda entre 2012 e 2015, atingindo o menor valor neste último ano, 0,524. A partir daí o índice apresentou comportamento crescente, chegando a 0,545 em 2018, o maior valor da série apresentada (Gráfico 4 e Tabela 2.11).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

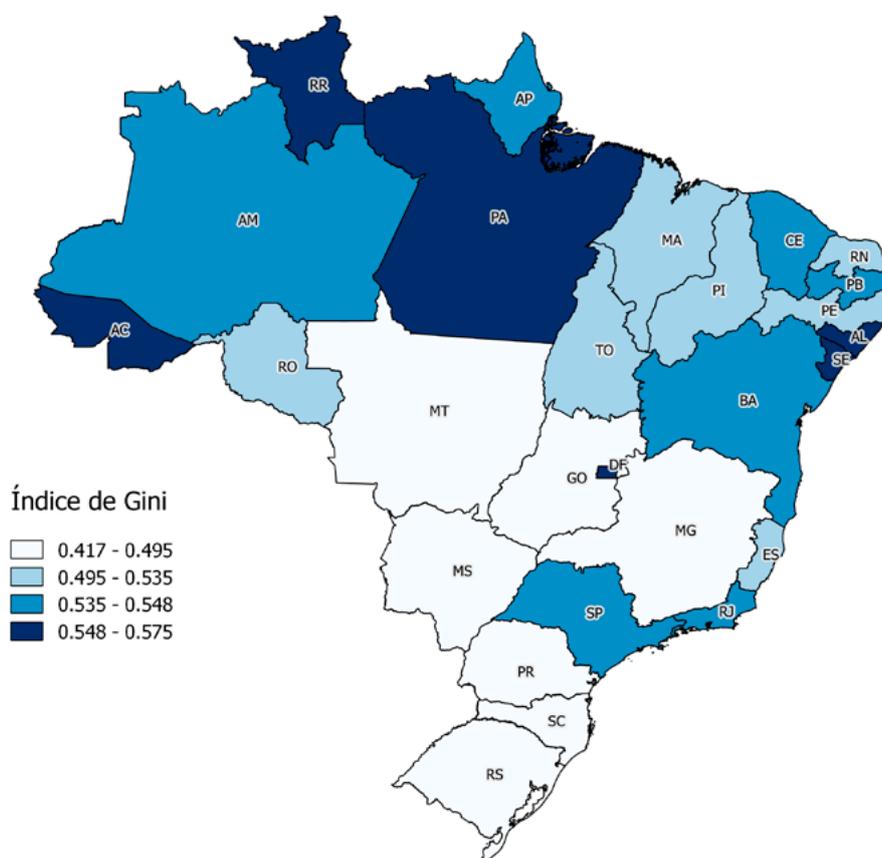
Outro indicador construído a partir desse método é o Índice de Palma, que apresenta a razão entre a parcela do rendimento apropriada pelos 10% com maiores rendimentos domiciliares *per capita* em relação à parcela apropriada pelos 40% com menores rendimentos domiciliares *per capita*. Contrariamente ao Gini, que é mais influenciado por movimentações no centro da distribuição, o Índice de Palma é mais sensível a variações nas extremidades da distribuição (COBHAM, 2013). Os índices são, então, complementares para se traçar um panorama da desigualdade de rendimento.

No decorrer do período entre 2012 e 2018, o Índice de Palma apresentou trajetória de queda até 2015 (de 4,10 para 3,73), subiu para 4,02 e manteve-se relativamente estável em 2016 e 2017, voltando a subir em 2018, quando atingiu o valor de 4,25 (Tabela 2.12). A tendência é similar à observada para o Gini, apesar das diferenças.

O crescimento desta razão, em 2018, tanto em relação a 2017 quanto ao início da série, 2012, foi proporcionado tanto pelo aumento da parcela dos rendimentos apropriada pelos 10% do topo da distribuição, quanto pela queda da parcela apropriada pelos 40% de menores rendimentos.

Os Cartogramas 2 e 3 comparam os dois índices por Unidades da Federação no ano de 2018. Sergipe apresentou o maior Índice de Gini (0,575), seguido pelo Distrito Federal (0,569). Dentre os menos desiguais, Santa Catarina apresentou o menor valor para o Gini, ao longo de toda a série, atingindo 0,417 em 2018.

Cartograma 2 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal domiciliar per capita, segundo as Unidades da Federação - 2018

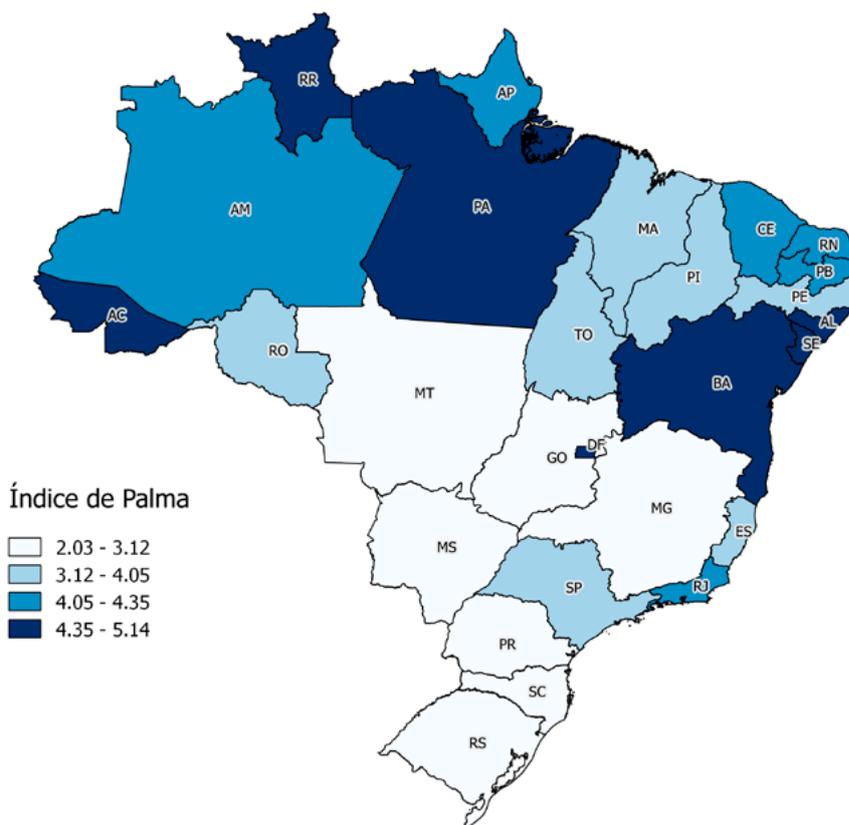


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Pelo Índice de Palma, Sergipe também apresentou o maior índice, chegando a 5,14 em 2018. Ou seja, os 10% com maiores rendimentos se apropriaram de uma parcela do rendimento mais de cinco vezes maior do que os 40% com menores rendimentos. No outro extremo, Santa Catarina foi a Unidade da Federação com o menor valor para o Índice de Palma durante o período, registrando 2,03 em 2018.

Cartograma 3 - Índice de Palma da distribuição do rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Unidades da Federação - 2018



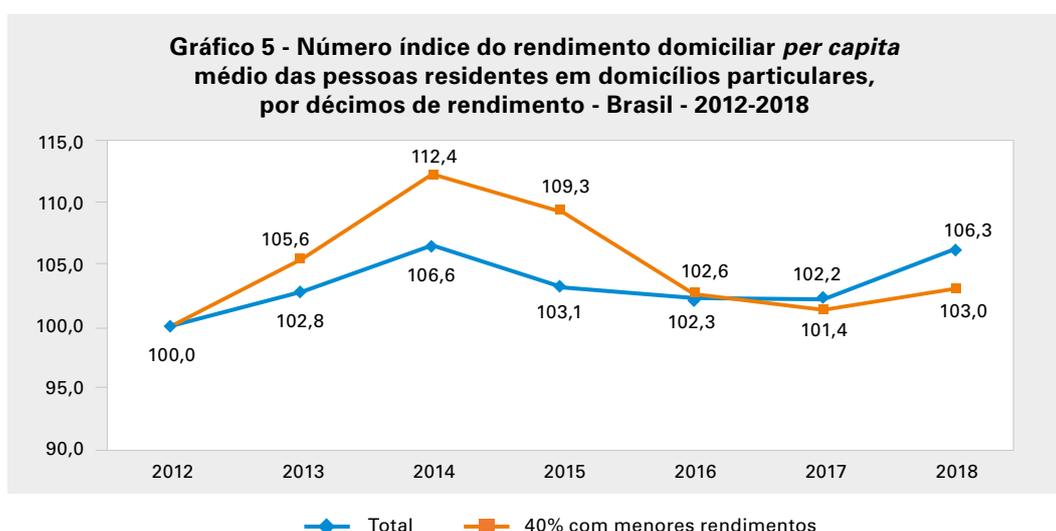
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Como complemento ao cenário descrito pelo Índice de Palma, observou-se que, no Brasil, entre 2012 e 2014, o grupo dos 40% com menores rendimentos apresentou aumento mais expressivo do rendimento médio domiciliar *per capita*, passando de R\$ 329 para R\$ 370. Porém, a partir de 2015, a tendência se alterou e, em 2018, o rendimento médio deste grupo foi de R\$ 339 (Tabela 2.13).

Já entre os 10% com maiores rendimentos, houve modesta redução do rendimento médio entre 2012 e 2015, passando de R\$ 5 408 para R\$ 5 373, mas que foi revertida nos anos seguintes, resultando, ao final de 2018, em um rendimento médio de R\$ 5 764, o maior valor da série.

Ou seja, o período de queda dos Índices Gini e Palma entre 2012 e 2015 esteve alinhado ao aumento de 9,3% do rendimento médio domiciliar *per capita* daqueles na base da distribuição (40% com menores rendimentos), em montante superior ao observado para a população como um todo. Nos anos de elevação dos indicadores de desigualdade (2016-2018), a taxa de crescimento dos rendimentos médios foi maior para o total da população (4,0% diante de 0,4% para os 40% com menores rendimentos). Como resultado, considerando todo o período 2012-2018, a elevação dos rendimentos do conjunto da população (6,3%) foi mais que o dobro da observada na base (3,0%), resultando em aumento da desigualdade. O Gráfico 5 demonstra a variação do rendimento domiciliar *per capita* dos 40% com menores rendimentos e do total da população (alinhado ao indicador ODS 10.1.1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

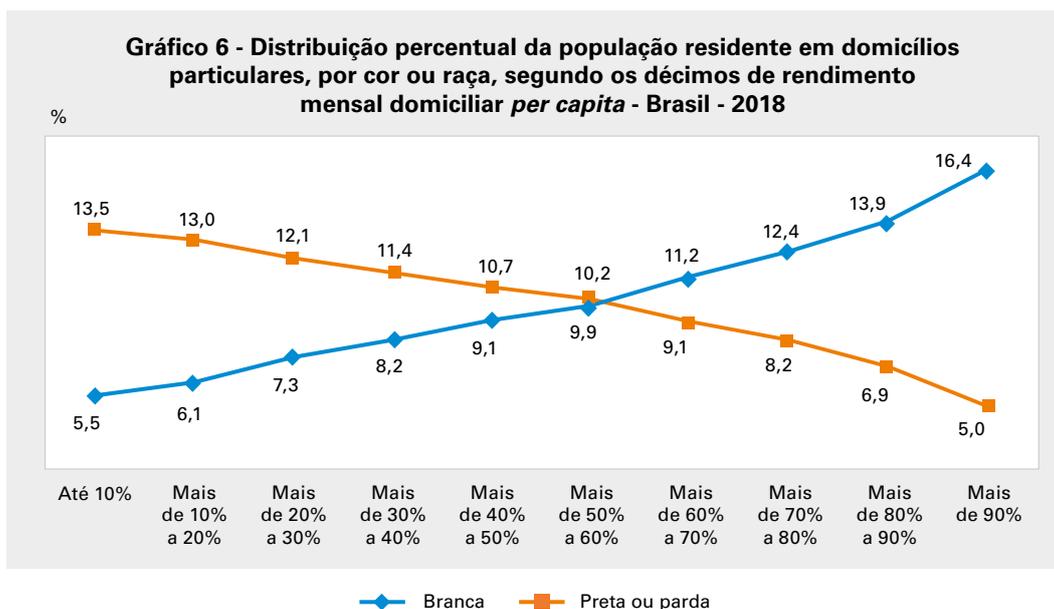
Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Base: 2012 = 100.

3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

4. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

As desigualdades de rendimento são marcantes quando a análise da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* é feita para grupos de cor ou raça da população. Enquanto 16,4% da população branca estava entre os 10% com maiores rendimentos, apenas 5,0% da população preta ou parda encontrava-se nessa mesma classe de rendimentos em 2018. O inverso acontece entre os 10% com menores rendimentos, que abarcavam 13,5% da população preta ou parda diante de 5,5% da população branca (Gráfico 6 e Tabela 2.8). Em um cenário de perfeita igualdade racial haveria 10% das pessoas de cada grupo de cor ou raça distribuídas uniformemente pelas dez classes de rendimento.



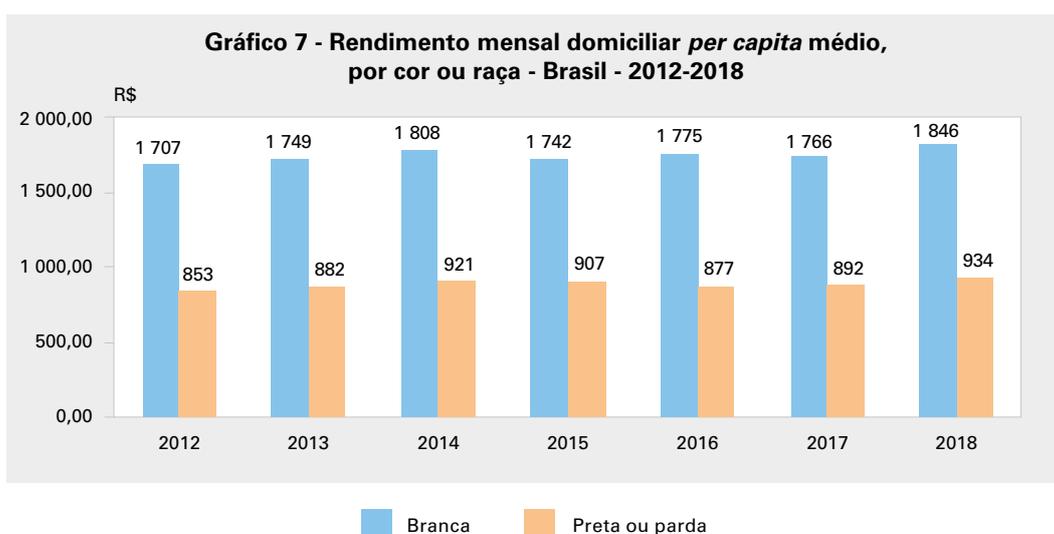
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Ainda sob este enfoque, em 2018, pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento médio domiciliar *per capita* de R\$ 934, diante do rendimento médio de R\$ 1 846 das pessoas de cor ou raça branca. Entre 2012 e 2018, houve ligeira redução dessa diferença, explicada por um aumento de 9,5% no rendimento médio de pretos ou pardos, ante um aumento de 8,2% do rendimento médio dos brancos. Porém, tal redução não foi capaz de superar a histórica desigualdade de rendimentos e o rendimento domiciliar *per capita* médio de pretos ou pardos foi de aproximadamente metade do recebido pelos brancos (Gráfico 7).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Pobreza monetária

A definição de pobreza remete a privação do bem-estar, que pode ser entendida como a limitação da capacidade que os indivíduos possuem de participar na sociedade, o que envolve fatores diversos como, por exemplo, se sentir seguro, ter acesso a oportunidades, ter uma alimentação adequada e ter bons relacionamentos sociais (HAUGHTON; KHANDKER, 2009). Nesta seção a análise se debruça na pobreza sob a ótica monetária, ou seja, a partir de um valor que serve como linha de corte para diferenciar pobres e não pobres.

Como o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, são construídas algumas linhas de forma a ilustrar diferentes métodos de identificar pessoas com rendimentos considerados insuficientes para que possam atingir o bem-estar, recebendo valores que as vão impedir de participar plenamente em sociedade, o que se traduz, por exemplo, em dificuldades para comprar alimentos, despesas de habitação, transporte etc.

Há critérios diversos para construir linhas de acordo com os objetivos dos estudos ou políticas que as utilizam para identificar pobres e não-pobres. As linhas podem ser absolutas, ou seja, definidas a partir de um valor específico, ou relativas, que costumam vir como uma proporção, por exemplo, de pessoas cujos rendimentos domiciliares *per capita* estão abaixo de 50% da mediana⁵. Medidas relativas são mais utilizadas em países desenvolvidos, onde as condições de vida da população já não mais remetem aos mínimos vitais.

O estabelecimento de linhas diferentes, mesmo as absolutas, para países com características distintas em suas trajetórias de desenvolvimento, como será abordado nos parágrafos seguintes, é um reconhecimento de que o conceito de pobreza é definido socialmente, em função do padrão de vida prevalecente em determinada sociedade e do que se entende e se reconhece como pobreza em determinado período de tempo.

No presente texto, são exploradas linhas de pobreza absolutas construídas a partir de valores definidos em dólares por dia, adotadas em nível internacional a partir de diversos estudos feitos pelo Banco Mundial. Ainda que haja discussões sobre diferentes linhas de corte, e como adaptá-las aos padrões de vida e às necessidades de cada país, o valor de US\$ 1,90 diários *per capita* em Paridade de Poder de Compra - PPC⁶ é atualmente o limite para a definição da pobreza global, como explicitado no ODS 1.1 e na missão institucional do Banco Mundial (ENDING..., 2013)⁷.

⁵ As Tabelas 2.14 UF e 2.14a UF incluem diversas linhas, construídas sob esses dois critérios, como faixas de salário mínimo, percentuais da mediana nacional e regional, e linhas de referência para concessão do programa Bolsa Família no ano mais recente (2018).

⁶ A PPC é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação. O fator de conversão de PPC é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional - PCI (International Comparison Program - ICP) era de R\$ 1,66 para US\$ 1,00 no ano de 2011. Para chegar às linhas utilizadas aqui, os valores em dólar são convertidos em reais, tornados mensais e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA para a média do ano. Da mesma forma, cada rendimento em gráficos e tabelas é deflacionado para reais médios de 2018 e comparado a essa linha atualizada.

⁷ As Nações Unidas e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de US\$ 1,00 por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM e se mantém na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os valores da linha foram revisados para US\$ 1,08 em 1993, US\$ 1,25 em 2005 e chega a US\$ 1,90 em 2015 (baseada no cálculo do dólar PPC da última revisão, feita em 2011). A medida de US\$ 1,90 se justifica por representar uma linha válida para os países mais pobres do globo, balizando o mínimo a ser buscado globalmente, o que não impede que haja pessoas abaixo desse mínimo em países de nível médio e alto de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, outros valores vêm sendo estudados como linhas de pobreza (FERES; VILLATORO, 2013; FERREIRA; SÁNCHEZ-PÁRAMO, 2017; INCHAUSTE, 2014). O Banco Mundial já publica há muitos anos a incidência da pobreza monetária nos países a partir da linha global de US\$ 1,90 PPC – sugerida para países de baixo rendimento, como parte dos países da África e países marcados por conflitos recentes como Afeganistão, Haiti e Síria –, mas adicionou, a partir de 2017, outras duas opções às suas publicações, US\$ 3,20 PPC e US\$ 5,50 PPC, construídas para dar conta das diferenças em níveis de desenvolvimento em países com rendimento médio-baixo e médio-alto, respectivamente (FERREIRA; SÁNCHEZ-PÁRAMO, 2017).

O Brasil é classificado entre os países com rendimento médio-alto⁸, com base na Renda Nacional Bruta - RNB *per capita*, para os quais o Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 PPC para classificar as pessoas na pobreza. Essa linha foi adotada nas Sínteses de Indicadores Sociais de 2017 e de 2018 (SÍNTESE..., 2017; SÍNTESE..., 2018) e, nesta edição, as análises seguem dando ênfase a esse recorte⁹.

Em 2018, no Brasil, havia 25,3% da população com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, aproximadamente R\$ 420 mensais, o que equivale a cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018. Para o período analisado neste capítulo, a proporção de pessoas com rendimento abaixo deste valor apresentou queda entre 2012 e 2014, quando registrou o menor nível, 22,8% da população. Segundo esse critério, a partir de 2015 observou-se um crescimento na proporção de pobres até atingir 26,0% em 2017. Já em 2018, houve redução de 0,7 ponto percentual nesta proporção em relação ao ano anterior, mas ainda em patamar superior ao de 2014 e atingindo aproximadamente 52,5 milhões de pessoas.

Embora moderada, a ampliação da ocupação, em 2018, aliada ao crescimento do rendimento no trabalho, assim como do rendimento proveniente de aposentadorias e pensões (Gráfico 2) são fatores que ajudam a explicar esta dinâmica, restrita, no entanto, à Região Sudeste. Nas demais regiões a variação não foi significativa.

Em termos absolutos, entre 2017 e 2018, cerca de 1 milhão de pessoas alcançaram ou superaram o limiar de US\$ 5,50 PPC por dia. Essa mudança se deu principalmente na Região Sudeste, onde houve redução de cerca de 700 mil pessoas.

Quase metade (47,0%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste. A Tabela 1 indica a proporção de pessoas abaixo das linhas e as variações para as duas faixas aqui destacadas, a saber, US\$ 1,90 (ou cerca de R\$ 145 mensais) e US\$ 5,50 PPC por dia.

⁸ Para mais detalhes sobre o agrupamentos de países, acessar o portal do Banco Mundial na Internet, no endereço: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>.

⁹ Para ilustração, nas discussões para o monitoramento da Agenda 2030 no Brasil, o Grupo de Trabalho formado utiliza a linha de US\$ 5,50 para o monitoramento da pobreza de acordo com o indicador 1.2.1 dos ODS: “Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)”.

Tabela 1 - Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares, com indicação de variação, segundo classes de rendimento real domiciliar *per capita* e as Grandes Regiões - 2012-2018

Grandes Regiões	Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares (%)							Diferença (p. p.)			
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2012/2014 (%)	2014/2018 (%)	2017-2018 (%)	Situação 2017-2018 (2)
Menos de US\$ 1,9 PPC 2011 (1)											
Brasil	5,8	5,1	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5	(-) 1,3	2,0	0,1	↔
Norte	9,7	8,3	7,5	9,0	9,7	10,1	11,0	(-) 2,1	3,5	0,9	↔
Nordeste	12,4	11,1	9,4	10,3	12,0	13,5	13,6	(-) 3,0	4,1	0,0	↔
Sudeste	2,6	2,4	2,2	2,2	3,0	3,2	3,2	(-) 0,4	1,0	0,0	↔
Sul	1,8	1,4	1,4	1,5	1,9	2,2	2,1	(-) 0,4	0,7	(-) 0,1	↔
Centro-Oeste	1,9	1,8	1,8	2,0	2,6	2,9	2,9	(-) 0,2	1,1	0,0	↔
Menos de US\$ 5,5 PPC 2011 (1)											
Brasil	26,5	24,9	22,8	23,7	25,5	26,0	25,3	(-) 3,7	2,5	(-) 0,7	↓
Norte	42,5	41,4	38,3	40,5	43,7	42,4	41,3	(-) 4,2	3,0	(-) 1,2	↔
Nordeste	46,4	43,7	40,5	41,3	43,7	44,3	43,6	(-) 5,9	3,1	(-) 0,7	↔
Sudeste	16,3	15,5	13,8	14,7	16,1	17,2	16,3	(-) 2,5	2,5	(-) 0,9	↓
Sul	13,1	11,6	10,3	11,0	12,1	12,0	12,1	(-) 2,8	1,8	0,1	↔
Centro-Oeste	17,8	15,3	15,1	15,6	17,2	16,8	16,4	(-) 2,7	1,3	(-) 0,4	↔

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Notas: 1. Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Consolidado de primeiras entrevistas.

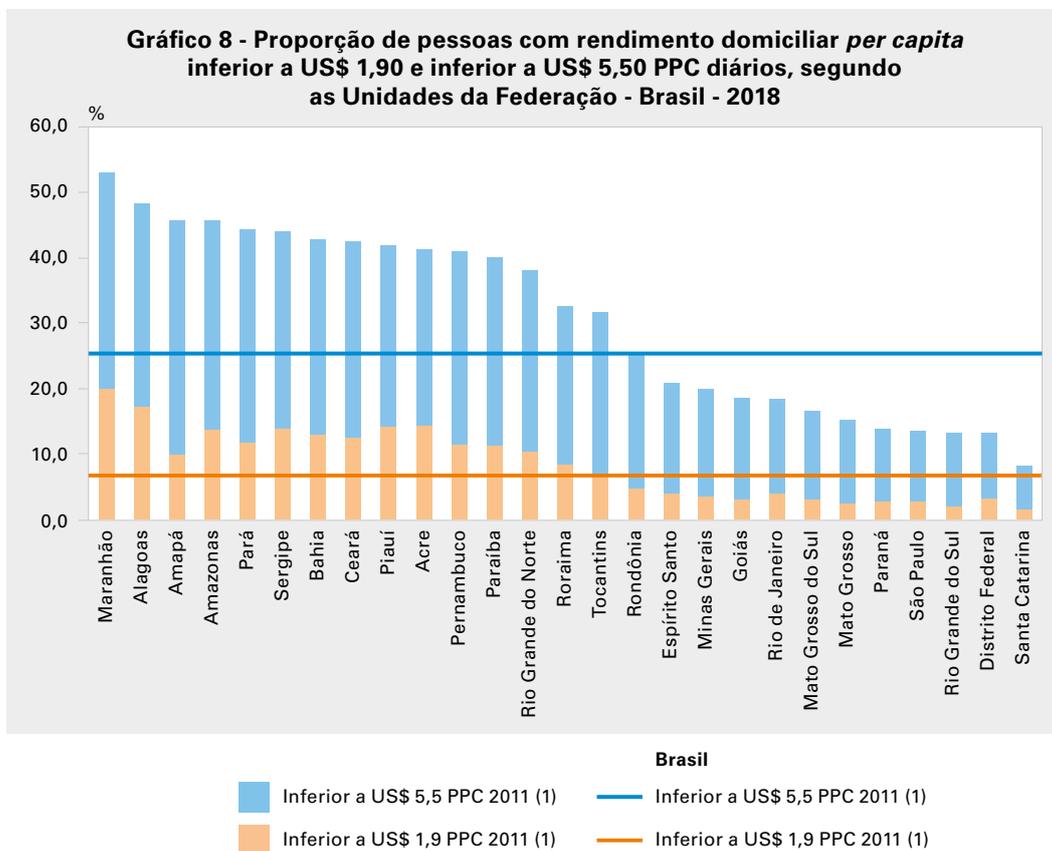
3. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2017.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra - PPC para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para anos recentes. (2) As indicações de significância estatística para as variações das estimativas deste quadro, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros ($p < 0,05$). Ver: FREITAS, M.P.S; LILA, M.F. "Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na Pesquisa Mensal de Emprego". Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

A linha de US\$ 1,90 PPC por dia mostra que durante o período de 2012 a 2014 houve redução de 1,3 ponto percentual na proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC, quando ela chegou a 4,5%. A queda, no entanto, foi seguida de aumento de 2,0 pontos percentuais entre 2014 e 2018, resultando em 6,5% da população brasileira com rendimento inferior a US\$ 1,90 PPC no ano de 2018. Este percentual é equivalente a 13,5 milhões de pessoas, contingente superior à população total de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. Entre 2017 e 2018 houve estabilidade na proporção de pessoas com rendimento abaixo de US\$ 1,90 PPC.

Dando sequência ao tema, agora em nível de Unidades da Federação, o Gráfico 8 apresenta a proporção de pessoas abaixo das linhas de US\$ 1,90 e US\$ 5,50 PPC por dia no Brasil. Pela linha de US\$ 5,50 PPC diários, em 2018, o Maranhão foi a UF com maior percentual de pessoas com rendimento abaixo da linha, (53,0%). Em

contraponto, Santa Catarina, que também se mostrou a UF menos desigual¹⁰, apresentou o menor percentual de pobres segundo a linha de US\$ 5,50 (8,0%). Seguindo esta linha, todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional, enquanto os demais estados estavam abaixo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluídas as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

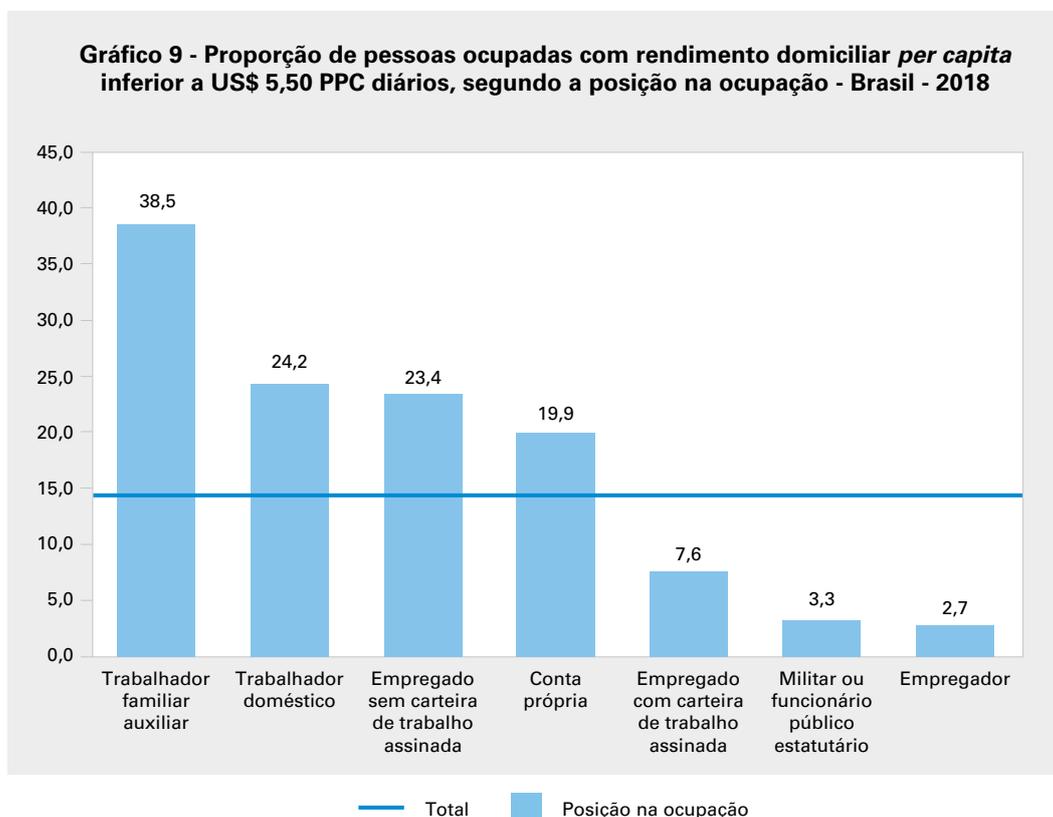
(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

O capítulo **Estrutura econômica e mercado de trabalho** mostrou que, a partir de 2015, houve redução no pessoal ocupado com vínculo formal de trabalho, atrelado ao aumento dos empregados sem carteira e dos trabalhadores por conta própria. O Gráfico 9 revela que a inserção no mercado de trabalho não é condição suficiente para superar a pobreza, pois mesmo dentre os ocupados, 14,3% possuíam rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia¹¹. Merecem atenção, neste caso, os empregados sem carteira de trabalho assinada (23,4%) e os trabalhadores domésticos (24,2%), com proporção de pessoas com rendimentos domiciliares *per capita* inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, o que é próximo ao verificado para o total da população. Por

¹⁰ Este aspecto foi explorado na seção anterior e representado pelos Índices de Gini e de Palma.

¹¹ Mesmo apresentando uma incidência de pessoas abaixo da linha de pobreza inferior à média da população, as pessoas ocupadas consideradas pobres (working poor) representam uma preocupação global na Agenda 2030. Os indicadores 1.1.1 e 1.2.1 dos ODS evidenciam tal preocupação com dados desagregados para a população ocupada. Para mais detalhes, acessar o portal de monitoramento dos indicadores dos ODS, no endereço: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>>.

outro lado, dentre os empregadores e militares ou funcionários públicos estatutários, este percentual foi de, respectivamente, 2,7% e 3,3%. O percentual elevado de trabalhadores auxiliares familiares, 38,5%, se deve à própria natureza do trabalho, que é em ajuda a membro do domicílio, sem recebimento de rendimentos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

3. Excluíve as pessoas cuja condição no arranjo domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

4. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

A pobreza monetária não afeta a todos de maneira similar, existindo alguns perfis populacionais que estão mais propensos a possuir rendimento inferior aos US\$ 5,50 PPC por dia. Recortes de grupos específicos permitem identificar grupos populacionais mais vulneráveis, que estão sobrerrepresentados entre aqueles com menores rendimentos. Por exemplo, em 2018, dentre as crianças (0 a 14 anos), 42,3% estavam abaixo da linha considerada, enquanto para idosos (60 anos ou mais), esse percentual era de 7,5%. Já dentre pessoas de cor ou raça preta ou parda, o percentual era de 32,9%, ante 15,4% de pessoas de cor ou raça branca (Tabela 2).

Tabela 2 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo características selecionadas - Brasil - 2018

Características selecionadas	Proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$ 5,50 PPC (%)
Sexo	
Homens	25,2
Mulheres	25,4
Cor ou raça (1)	
Branco	15,4
Pretos ou pardos	32,9
Sexo e cor ou raça (1)	
Homens brancos	15,6
Homens pretos ou pardos	32,4
Mulheres brancas	15,2
Mulheres pretas ou pardas	33,5
Grupos de idade	
0 a 14 anos	42,3
15 a 29 anos	29,6
30 a 59 anos	21,3
60 anos ou mais	7,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Notas: 1. Rendimentos em reais médios de 2018.

2. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

3. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

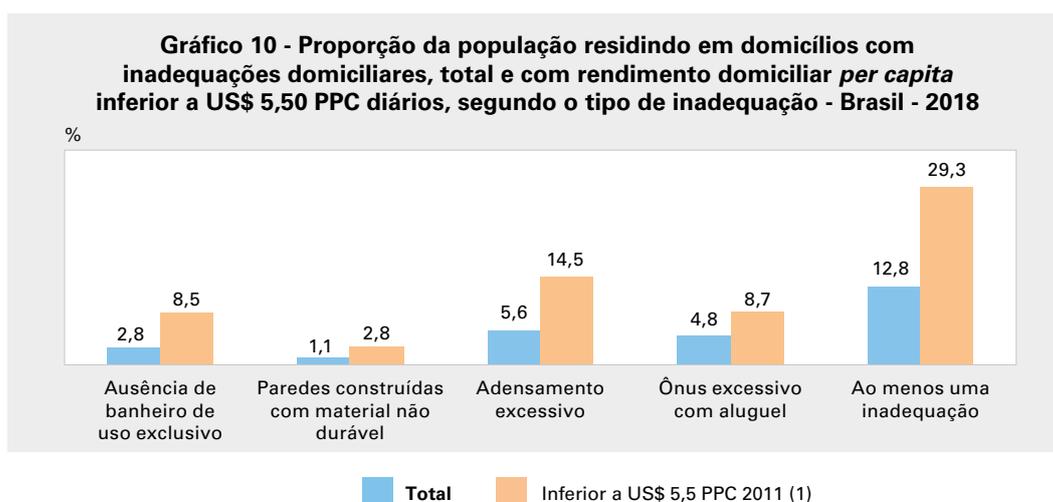
A desagregação pelos tipos de arranjos domiciliares também revela que, dentre aqueles formados por responsável sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos, mais da metade das pessoas estavam abaixo da linha (54,0%), em especial, quando esse responsável é mulher preta ou parda (63,0%). (Tabela 2.15).

Condições de moradia

Esta seção aborda as características dos domicílios brasileiros, abarcando sua estrutura física, acesso a serviços domiciliares e a presença de bens no domicílio, destacando alguns indicadores produzidos a partir dos dados coletados pela PNAD Contínua, pesquisa que, desde 2016, contempla um bloco de quesitos relativos aos domicílios¹².

Um primeiro aspecto a ser notado é a forte correlação entre pobreza monetária e precariedades e vulnerabilidades nas condições de moradia. O Gráfico 10 compara especificamente os resultados obtidos para o total da população e para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, para quatro inadequações domiciliares selecionadas.

¹² A análise nesta seção concentra-se basicamente em informações referentes a 2018. Os indicadores para os anos de 2016 e 2017 podem ser acessados por meio do plano tabular na Internet.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

A primeira inadequação é a ausência, no domicílio, de banheiro de uso exclusivo dos moradores – ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com moradores de outros domicílios¹³. Essa inadequação atingia, em 2018, 2,8% da população, mas esse percentual era de 8,5% entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, segundo a PNAD Contínua.

A segunda inadequação consiste na utilização de materiais não-duráveis nas paredes externas do domicílio. Nesse critério, são considerados adequados os domicílios cujas paredes externas foram construídas predominantemente de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, ou de madeira apropriada para construção, e são classificados como inadequados os domicílios com paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada (como tapumes ou madeira retirada de pallets) e de outros materiais. Em 2018, 1,1% da população residia em domicílios com paredes de materiais não-duráveis, proporção que atingia 2,8% na população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia.

A terceira inadequação domiciliar é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que o domicílio tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. Essa inadequação obteve os percentuais mais elevados em 2018: 5,6% para a população em geral e 14,5% para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia.

A última inadequação examinada é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Entende-se que essa situação constitui uma inadequação na medida em que o elevado comprometimento da renda com o aluguel pode impedir o acesso dos moradores a outras

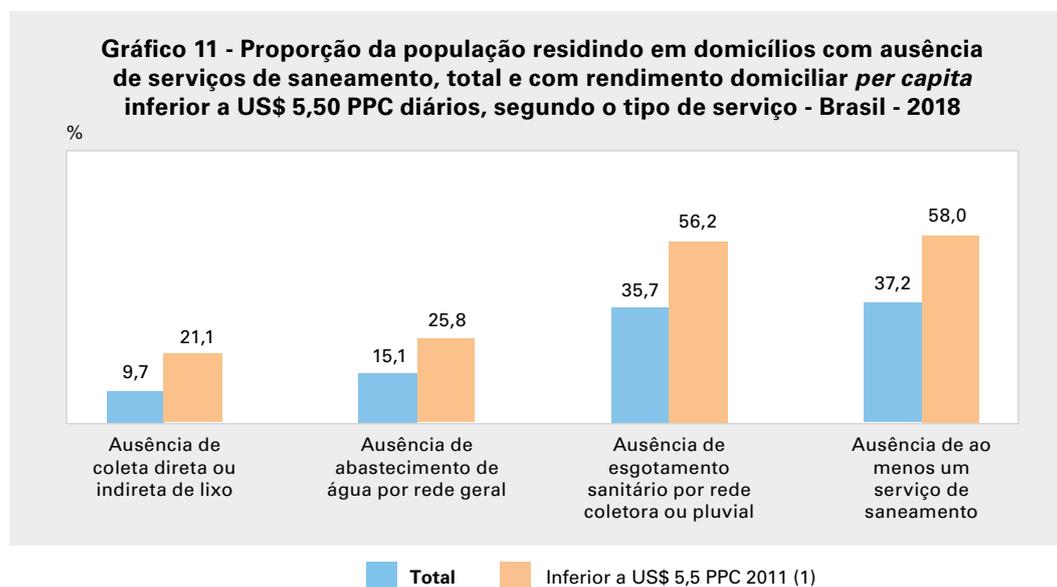
¹³ Entre os domicílios sem banheiro de uso exclusivo, encontram-se casos de domicílios que possuíam apenas sanitários (isto é, que possuíam instalações sanitárias, mas não possuíam instalações para banho), domicílios onde os moradores utilizavam banheiros e sanitários compartilhados com moradores de outros domicílios, ou ainda domicílios sem nenhum tipo de instalação sanitária.

necessidades básicas. Os percentuais registrados para essa inadequação foram de 4,8% da população em geral e 8,7% para a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia. Quando olhamos exclusivamente para a população residente em domicílios alugados, as proporções de ocorrência de ônus excessivo com aluguel chegavam a 28,0% na população em geral e 56,2% na população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia.

Essas quatro inadequações representam restrições ao direito à moradia adequada, em seus elementos de acessibilidade econômica e habitabilidade¹⁴. Cabe ressaltar, porém, que esses são apenas alguns tipos de inadequações e não esgotam todos os tipos de restrições ao direito a moradia adequada enfrentados pela população brasileira.

Um conjunto de 12,8% da população brasileira residia, em 2018, em domicílios onde havia ao menos uma dessas quatro inadequações domiciliares analisadas – esse percentual equivalia a 26,6 milhões de pessoas. Entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, a proporção de pessoas residindo em domicílios com ao menos uma das quatro inadequações foi de 29,3%, representando 15,3 milhões de pessoas.

O Gráfico 11 também mostra as diferenças entre a população em geral e a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, dessa vez destacando as proporções da população residindo em domicílios sem acesso aos serviços de saneamento: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora e coleta domiciliar (direta ou indireta) de lixo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

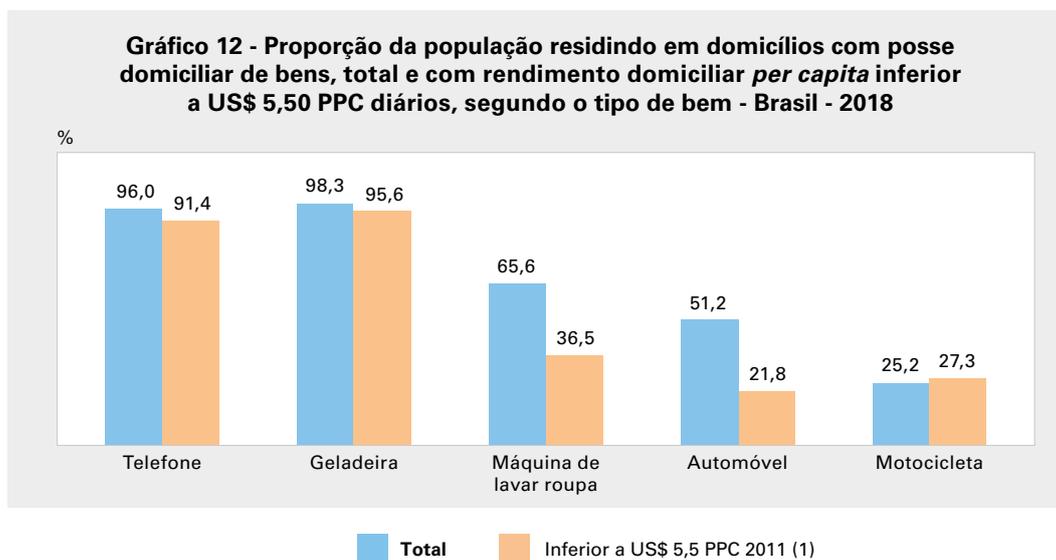
Desses três serviços, a coleta de lixo é o mais disseminado: apenas 9,7% da população residia em domicílios sem acesso à coleta de lixo. Em segundo lugar estava o abastecimento da água por rede, com uma proporção de 15,1%. O esgotamento

¹⁴ Tal como definido por organismos internacionais (UNITED NATIONS, 1991), o direito à moradia adequada contempla 7 componentes: Segurança de posse; Acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura; Acessibilidade econômica; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e Adequação cultural.

sanitário por rede coletora é o serviço mais restrito, não estando disponível, em 2018, para 35,7% da população. Essa situação é ainda mais preocupante quando se leva em conta que esse indicador se refere apenas à coleta, e não necessariamente ao tratamento – ou seja, ainda que um domicílio tenha seu esgoto coletado por rede, não necessariamente o mesmo passará por tratamento antes de atingir um corpo d'água (rios, mares, lençóis subterrâneos etc.).

Entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC por dia também encontramos a mesma ordem: a coleta de lixo é o serviço mais disseminado e o esgotamento sanitário por rede coletora o mais restrito. Porém, a restrição de acesso aos três serviços é significativamente maior para essa população. Os percentuais de ausência do serviço para essa população foram de 21,1% para coleta de lixo, 25,8% para o abastecimento de água por rede e 56,2% para o esgotamento sanitário por rede coletora. A restrição de acesso a serviços de saneamento entre essa população é mais crítica, na medida que há maior dificuldade em se recorrer a soluções individuais de saneamento, que requerem custos de implantação e manutenção, como poços artesianos e fossas sépticas.

O Gráfico 12, por sua vez, apresenta as diferenças nas proporções de posse domiciliar de alguns bens importantes na análise das condições de vida da população: aparelho telefônico (linha fixa ou ao menos um morador com celular), geladeira, máquina de lavar roupa, automóvel e motocicleta.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

A posse de bens, além de informar sobre o patrimônio material dos moradores, dá indícios sobre sua vida cotidiana – a maneira como se comunicam, processam e armazenam seus alimentos, deslocam-se, executam as tarefas domésticas etc. A ausência de um ou outro bem não necessariamente configura uma situação de precariedade, mas ainda assim se trata de informação importante, especialmente quando analisada em conjunto com outras características socioeconômicas. Por exemplo, em

um domicílio unipessoal de rendimento elevado, uma eventual ausência de máquina de lavar pode ser solucionada recorrendo a um serviço de lavanderia, já em um domicílio com um número maior de moradores e rendimento reduzido, é mais provável que, na ausência desse eletrodoméstico, a lavagem manual das roupas consuma o tempo dos moradores, em especial das mulheres.

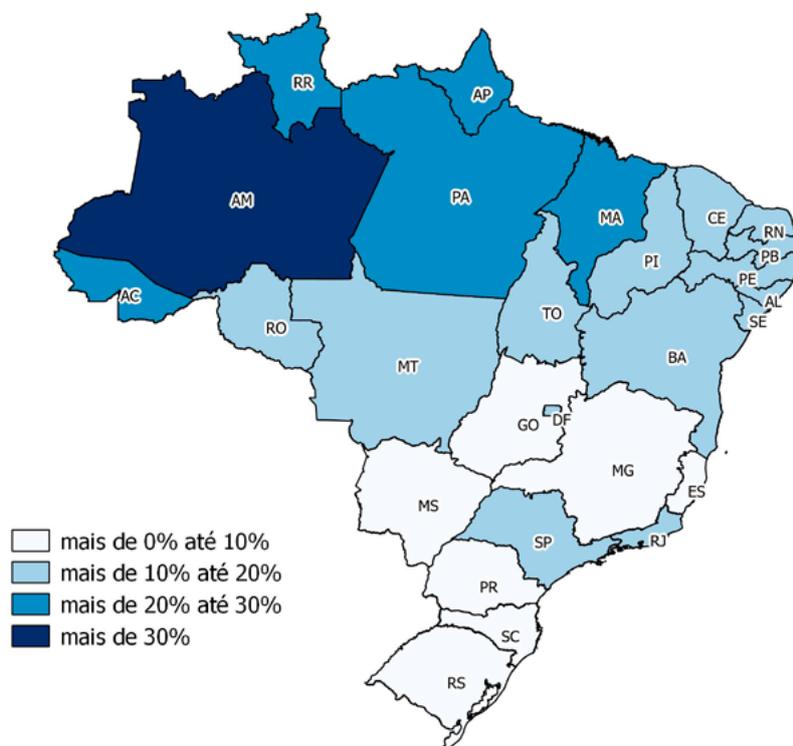
Entre os cinco bens analisados, o aparelho telefônico e a geladeira são os mais disseminados. Em 2018, 96,0% da população residia em domicílios com um aparelho telefônico de linha fixa ou ao menos um morador com aparelho celular, e 98,3% em domicílios com geladeira. Contudo, nota-se que ainda resta uma restrição maior de acesso a esses bens entre os domicílios com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia. A diferença é mais marcada no caso da máquina de lavar roupa e do automóvel – para esses bens, a diferença entre a proporção de posse domiciliar chega a 29,1 pontos percentuais e 29,4 pontos percentuais, respectivamente. O inverso ocorre com a motocicleta – este é o único bem cuja posse é investigada pela PNAD Contínua que é mais disseminado entre a população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia do que no conjunto da população, ainda que por pequena margem. O uso da motocicleta como instrumento de trabalho e obtenção de rendimento, para serviços de entrega nos centros urbanos, ou mesmo a substituição da tração animal nas áreas rurais, pode estar entre os fatores que justificam esse indicador mais elevado entre os considerados pobres¹⁵.

Todos os indicadores analisados apresentaram importante variação geográfica. A proporção da população residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo, em 2018, registrou um máximo de 10,5% na Região Norte, seguida da Região Nordeste, com 6,2%, e um mínimo de 0,1% na Região Centro-Oeste. Já a proporção da população residindo em domicílios com paredes de material não durável atingia um máximo de 2,7% na Região Norte e um mínimo de 0,2% na Região Sudeste, enquanto a proporção da população residindo em domicílios com adensamento excessivo atingiu extremos de 13,1% na Região Norte e 2,4% na Região Sul. Já o ônus excessivo com aluguel teve uma distribuição bem diferente das inadequações anteriores, sendo mais comum no Sudeste (6,1%) e mais raro no Norte (2,7%), mostrando ser uma inadequação que atinge tipicamente os domicílios mais pobres de regiões mais ricas.

O Cartograma 4 mostra a proporção da população residindo em domicílios com ao menos uma inadequação domiciliar, em cada Unidade da Federação. A situação mais grave se encontrava no Amazonas, com 31,1%, e os menores percentuais em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – todos com 7,2%. Já o Cartograma 5 mostra o número absoluto de pessoas residindo em domicílios com ao menos uma das inadequações analisadas. Os maiores números foram registrados em estados populosos, São Paulo (5,9 milhões) e Rio de Janeiro (2,2 milhões).

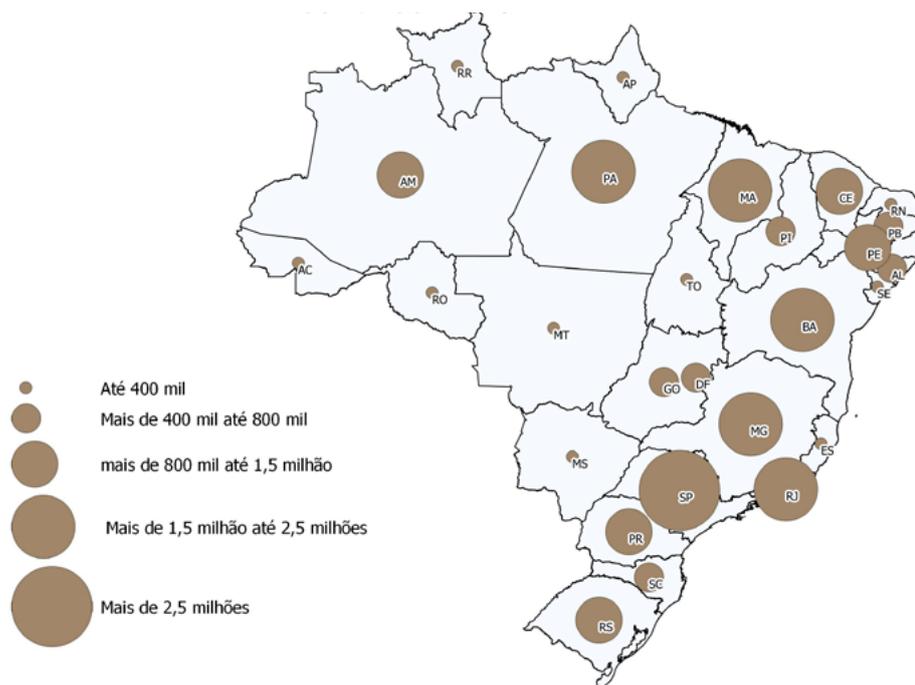
¹⁵ Em complemento, as Tabela 2.18 e 2.18a mostram a proporção da população residindo em domicílios com essas características (acesso a serviços de saneamento, presença de inadequações no domicílio e posse de alguns bens), também para a população classificada de acordo com outras linhas estabelecidas.

Cartograma 4 - Proporção da população residindo em domicílios com ao menos uma inadequação domiciliar, segundo as Unidades da Federação - 2018



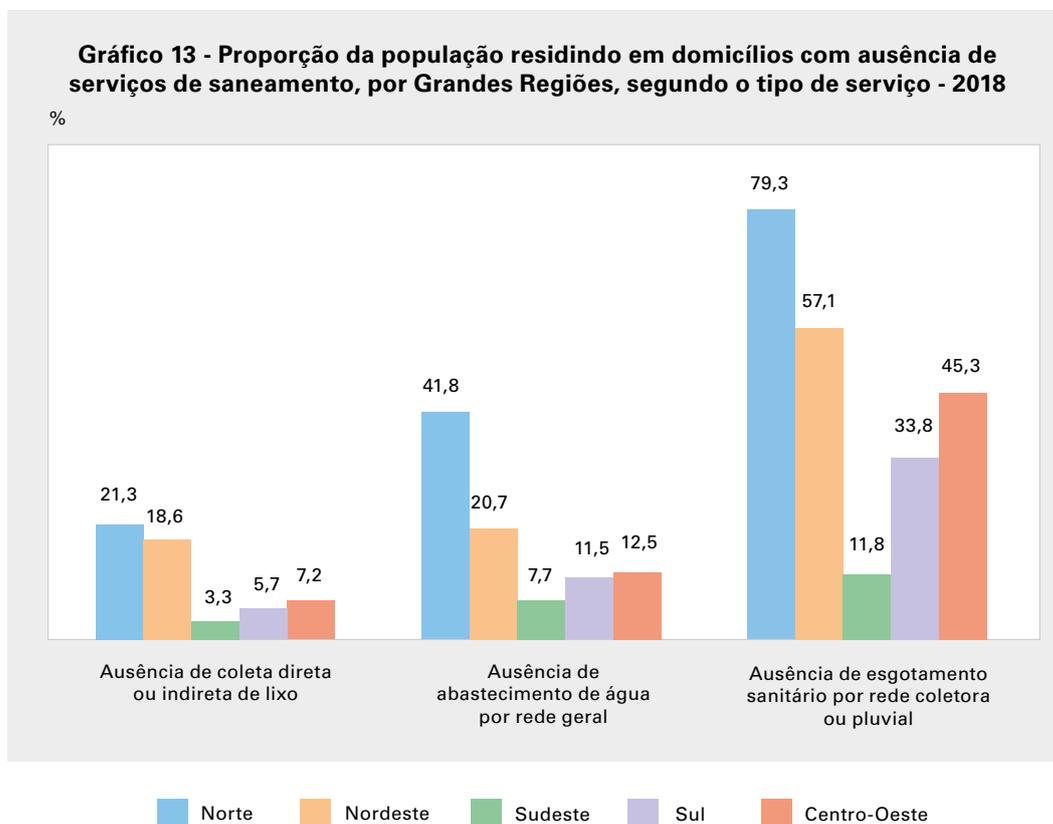
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Cartograma 5 - Pessoas residindo em domicílios com ao menos uma inadequação domiciliar, segundo as Unidades da Federação - 2018



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Em 2018, a Região Norte obteve os piores resultados para a cobertura de cada um dos três serviços de saneamento básico. O Gráfico 13 mostra a proporção da população sem acesso aos serviços de saneamento, em cada uma das Grandes Regiões.

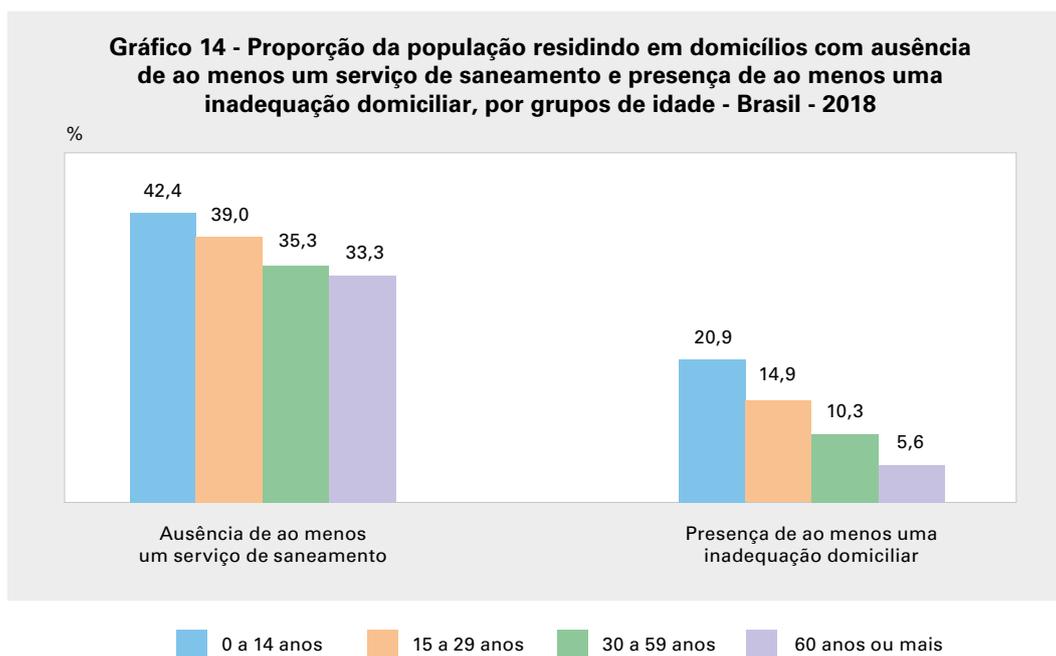


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Também são significativas as variações das condições de moradia e saneamento conforme outras características socioeconômicas e demográficas dos moradores. A Tabela 2.19 mostra a ocorrência das inadequações domiciliares desagregadas por sexo, cor ou raça, faixa etária, nível de instrução, posição na ocupação e tipo de arranjo domiciliar. A Tabela 2.21 traz as mesmas desagregações para a proporção da população sem acesso aos serviços de saneamento.

Tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as proporções registradas são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos, e são mais elevadas entre pessoas com menores níveis de instrução e entre as pessoas em posições informais na ocupação. Também são maiores as proporções registradas entre os mais jovens, conforme o Gráfico 14 – resultado que se relaciona com a maior presença de crianças e jovens em domicílios com menores rendimentos (Tabelas 2.19 e 2.21).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

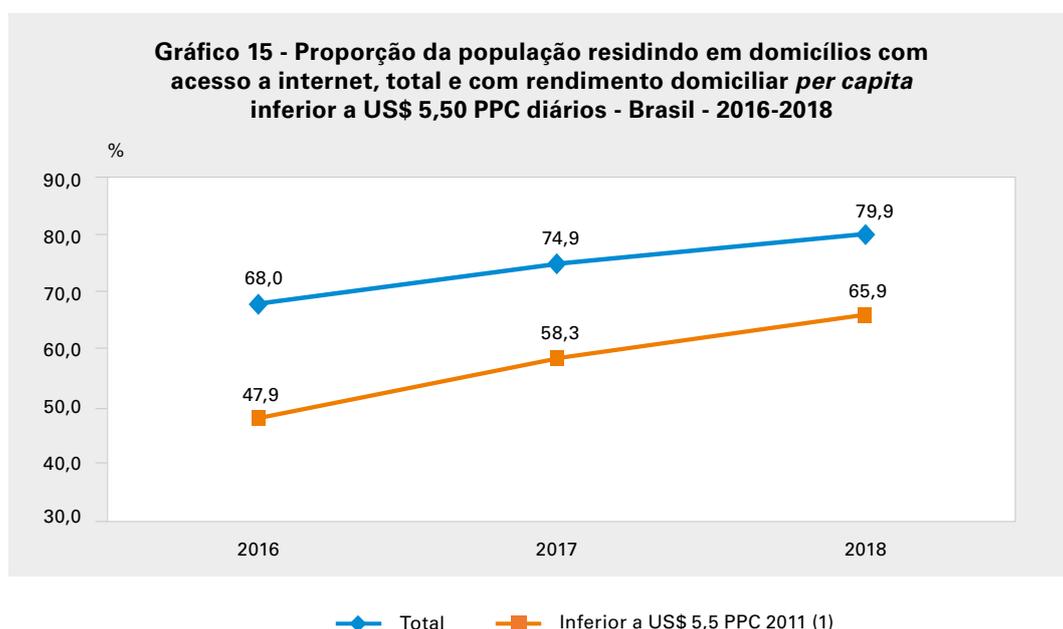
A PNAD Contínua coleta informações sobre os domicílios desde 2016. A Tabela 2.18 mostra os resultados para posse de bens, acesso a serviços de saneamento e as inadequações domiciliares também para os anos de 2017 e 2016 – a única exceção é a informação relativa à presença de banheiro de uso exclusivo, que só foi investigada a partir de 2017.

No intervalo entre esses três anos não foi possível notar uma evolução significativa da proporção de ocorrência das inadequações domiciliares. Já em relação aos serviços de saneamento básico, nota-se uma expansão, ainda que moderada, do esgotamento sanitário por rede coletora e da coleta de lixo. Entre 2016 e 2018, a proporção da população residindo em domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora aumentou 0,6 ponto percentual (de 63,7% para 64,3%) e a proporção residindo em domicílios com coleta de lixo subiu 0,8 ponto percentual (de 89,5% para 90,3). Já o acesso à rede de abastecimento de água manteve-se estacionado entre 2016 e 2018, de acordo com a PNAD Contínua.

Quanto à posse de bens, nota-se variações um pouco mais aceleradas na posse de máquina de lavar roupas e de automóvel. A proporção de pessoas residindo em domicílios com máquina de lavar roupa ampliou 1,8 ponto percentual (de 63,8% a 65,6%) e a de pessoas residindo em domicílios com automóvel elevou-se 1,6 ponto percentual (de 49,6% a 51,2%). Para esses dois bens, o movimento de expansão da posse foi mais forte entre 2017 e 2018 do que entre 2016 e 2017, o que está em linha com os resultados observados para os rendimentos médio e mediano da população, que se mantiveram estáveis entre 2016 e 2017, mas registraram uma expansão moderada entre 2017 e 2018 (Gráfico 1 na seção Distribuição de rendimento).

A posse de geladeira não apresentou variação significativa e a posse de telefone avançou apenas 0,6 ponto percentual. Essa maior estabilidade é esperada, uma vez que esses bens já se encontravam relativamente próximos à universalização.

Uma evolução mais rápida foi verificada no acesso domiciliar à Internet. Em 2016, 68,0% da população residia em domicílios com acesso à Internet. Em 2018, essa proporção passou para 79,9%. Conforme mostra o Gráfico 15, essa expansão foi mais rápida entre os mais pobres. A proporção da população residindo em domicílios com acesso à Internet, entre aqueles com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC avançou 18 pontos percentuais entre 2016 e 2018 (de 47,9% para 65,9%), enquanto o resultado para a população em geral foi de 11,9 pontos percentuais (de 68,0% para 79,9%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Apesar da redução na desigualdade de acesso domiciliar à Internet entre as faixas de rendimento, ainda persiste uma diferença considerável na forma de acesso. Em 2018, no total da população, 40,2% residia em domicílios onde havia acesso à Internet por computador. Entre a população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,50 PPC, essa proporção era de apenas 13,1%. Isso ocorre porque a expansão do acesso se deu por meio de outros equipamentos eletrônicos, especialmente o telefone celular (Tabela 2.18).

Restrições de acesso em múltiplas dimensões

Em consonância com a meta 1.2 dos ODS: “até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais”; analisa-se um conjunto de dimensões do bem-estar em aspectos não monetários. Esta seção, portanto, traz elementos para além da distribuição de rendimento, da pobreza monetária e das condições de moradia, vistos nas seções anteriores.

Por ser uma variável mais volátil, e mais sujeita a oscilações relacionadas aos ciclos econômicos, o rendimento não deve ser o único fator considerado para a medição de pobreza, pois pode indicar uma situação momentânea que mascara possíveis vulnerabilidades, ou de forma contrária, que passa a falsa impressão de baixo padrão de vida. A abordagem não monetária se justifica porque a evolução de alguns indicadores pode diferir da evolução do rendimento, como o acesso a condições de moradia, educação etc.

Além da escassez de rendimento, a pobreza em uma definição ampla também engloba níveis de educação, alimentação e saúde abaixo dos padrões/direitos estabelecidos, falta de acesso a serviços básicos, ambiente pouco saudável, dentre outros aspectos que compõem a pobreza em suas variadas dimensões. Assim, apenas o crescimento econômico pode não ser suficiente para garantir progresso, uma vez que alguns aspectos importantes do bem-estar podem ser desconsiderados (ALKIRE et al., 2015).

A análise aqui proposta busca medir restrições críticas que afetem as condições de vida, preferencialmente indicadores e dimensões que captem acessos que não dependem exclusivamente do rendimento (BIELSCHOWSKY; TORRES, 2018), uma vez que já apresentam correlação com ela. O objetivo é observar a quantidade (e/ou proporção) de pessoas com alguma restrição no acesso a essas dimensões. Para esse exercício, foram consideradas restrições de acesso em cinco dimensões¹⁶, disponíveis com os dados coletados pela PNAD Contínua de 2017 e 2018¹⁷:

- **À educação:** crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escola, pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas, e pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo.
- **À proteção social:** pessoas que satisfaziam simultaneamente a duas condições a seguir: i) residentes em domicílios onde não havia nenhum morador de 14 anos ou mais de idade que contribuía para instituto de previdência em qualquer trabalho ou era aposentado/pensionista; ii) domicílios com rendimento domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e com nenhum membro recebendo rendimentos de outras fontes, o que inclui programas sociais (*proxy*).

¹⁶ Neste exercício, vale fazer a ressalva de que apenas o indicador de restrição à educação é medido a nível individual, enquanto os demais estão a nível domiciliar, ou seja, determinada característica é compartilhada por todos os membros do domicílio, o que não permite reconhecer desigualdades entre os moradores do mesmo domicílio. Contudo, este problema é mitigado tendo em vista que muitas políticas e programas sociais têm como objeto de destino o domicílio, como é o caso do Cadastro Único. Mas ainda assim os resultados são apresentados em nível individual, em termos de proporção ou número de pessoas.

¹⁷ Tal abordagem, destacando “restrições de acesso”, que também podem ser entendidas como carências ou vulnerabilidades sociais, inspira-se nos esforços mexicanos de abordagem da pobreza multidimensional (CONSEJO..., 2011). Igualmente, método similar já foi aplicado anteriormente aos dados da PNAD (SÍNTESE..., 2012) e PNAD Contínua (SÍNTESE..., 2017; SÍNTESE..., 2018) pelo IBGE.

- **À moradia adequada:** pessoas residindo em domicílios com uma ou mais das inadequações a seguir: sem banheiro de uso exclusivo do domicílio, com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis, com adensamento excessivo ou com ônus excessivo com aluguel.
- **Aos serviços de saneamento básico:** pessoas residentes em domicílios que não tinham acesso simultâneo a três serviços de saneamento definidos por coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.
- **À Internet:** pessoas residentes em domicílios sem acesso à internet.

Assim como visto na análise monetária para a definição de uma linha de pobreza oficial, na análise da pobreza de forma multidimensional tampouco há consenso em âmbito nacional ou internacional sobre quais dimensões e indicadores devem ser observados, conforme proposto na Agenda 2030. Apesar da falta desta definição, a medição multidimensional tem papel importante na realização de direitos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988. Ademais, já existem esforços na literatura e de institutos oficiais de estatística na construção destes indicadores (ALKIRE; FOSTER, 2008; SANTOS, 2019).

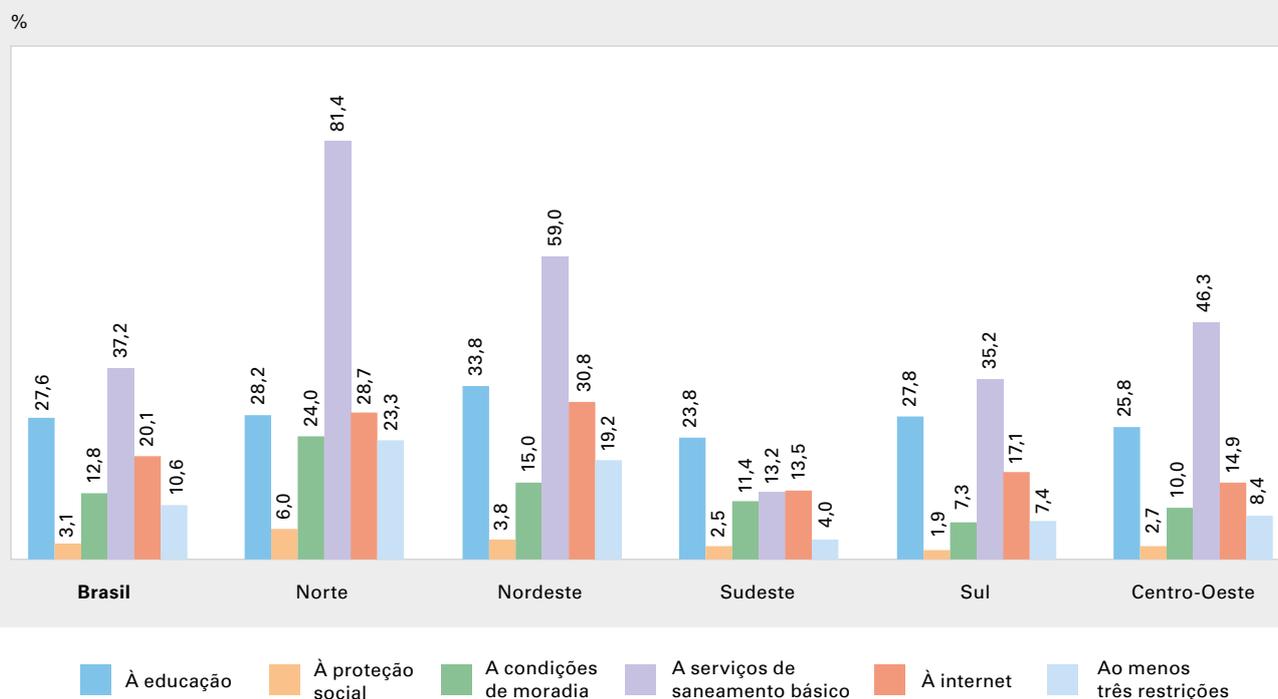
Dentre os institutos de estatística, vale destacar o caso mexicano, que desenvolveu, por meio de um acordo de colaboração entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef e o Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social - Coneval, critérios e delineamentos para a medição da pobreza baseados na Ley General de Desarrollo Social - LGDS. No exercício ora proposto, buscou-se verificar a realização de direitos previstos nas legislações e normas nacionais¹⁸ e explorar situações em que mesmo se o indivíduo possuir rendimento suficiente para superar a linha de pobreza, essa pessoa possa sofrer restrições que prejudicam seu desenvolvimento e inserção na sociedade (CONSEJO..., 2011).

Conforme os critérios considerados, em 2018, no Brasil, 27,6% das pessoas possuíam restrição à educação, 3,1% à proteção social, 12,8% às condições de moradia, 37,2% aos serviços de saneamento básico e 20,1% à Internet (Gráfico 16). Os indicadores apresentaram pouca variação em relação ao ano anterior, por se tratarem de indicadores essencialmente estruturais, exceção feita à restrição à Internet que apresentou valores decrescentes em decorrência de sua disseminação, fenômeno relativamente recente abordado na seção anterior (Gráfico 15).

Abordando as diferenças geográficas, as regiões Norte e Nordeste apresentaram percentuais superiores às demais regiões para todas as dimensões propostas. Em torno de 23,3% da população do Norte e 19,2% da população do Nordeste possuíam ao menos três das cinco restrições consideradas, percentuais superiores ao observado no Centro-Oeste (8,4%), Sul (7,4%) e Sudeste (4,0%). Para o Brasil, esse percentual passou de 12,0% em 2017, para 10,6% em 2018.

¹⁸ Educação e moradia são direitos expressamente previstos no Art. 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988. Considerou-se que os serviços de saneamento estão incluídos no direito a moradia, ao passo que a proteção social abarca os direitos ao trabalho, à assistência e à previdência social. Quanto à Internet, quando a Constituição Federal do Brasil foi promulgada, em 1988, ela não tinha o papel que tomou nos últimos anos. Mais recentemente há discussões sobre esse tema, tanto que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC da Câmara dos Deputados aprovou, em 2017, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 185/15, que coloca entre os direitos fundamentais o acesso universal à Internet. Da mesma forma, o Art. 7º do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965, de 23.04.2014) já estabeleceu que "o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania".

Gráfico 16 - Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Notas: 1. Dados consolidados de primeiras entrevistas.

2. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Além das diferenças regionais, conforme visto no tocante à pobreza monetária, alguns grupos populacionais também são mais afetados que outros na análise de restrições. Homens e mulheres pretos ou pardos têm restrições em maior proporção, quando comparados a homens e mulheres brancos, para todas as dimensões analisadas. Pretos ou pardos tinham maiores restrições à Internet (23,9%), saneamento básico (44,5%), educação (31,3%), condições de moradia (15,5%) e à proteção social (3,8%). Todos esses valores estão acima dos percentuais registrados para homens ou mulheres brancas (Tabela 3 e Tabela 2.23).

Dentre as posições na ocupação, cerca de metade (50,7%) dos trabalhadores domésticos possuíam restrição à educação, enquanto dentre militares e funcionários públicos essa proporção era de 5,2%. Já em relação aos serviços de saneamento básico e à Internet, os trabalhadores familiares auxiliares eram o grupo que apresentava maior proporção com tais restrições, 72,1% e 35,2%, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição de acesso a serviços, com indicação da média de serviços restritos, segundo características selecionadas de pessoas e domicílios - 2018

(continua)

Características selecionadas de pessoas e domicílios	Pessoas residentes em domicílios				
	Total (1 000)	Porporção com restrição de acesso (%)			
		À educação	À proteção social	A condições de moradia	A serviços de saneamento básico
Total	207 853	27,6	3,1	12,8	37,2
Sexo					
Homens	100 333	28,6	3,3	12,8	38,5
Mulheres	107 521	26,7	2,9	12,8	36,1
Cor ou raça (1)					
Branços	89 663	23,0	2,2	9,2	27,9
Pretos ou pardos	115 965	31,3	3,8	15,5	44,5
Sexo e cor ou raça (1)					
Homens brancos	42 402	23,3	2,2	9,0	29,0
Homens pretos ou pardos	56 876	32,6	4,1	15,6	45,6
Mulheres brancas	47 261	22,7	2,2	9,4	26,9
Mulheres pretas ou pardas	59 089	30,0	3,6	15,4	43,5
Posição na ocupação					
Empregado	92 333	26,0	9,1	9,4	33,3
Com carteira de trabalho assinada	34 128	16,5	-	8,1	23,8
Sem carteira de trabalho assinada	14 034	30,1	5,7	12,2	42,6
Trabalhador doméstico	6 233	50,7	5,4	13,4	37,5
Militar ou funcionário público estatutário	7 900	5,2	-	3,0	30,0
Empregador	4 484	16,8	0,9	4,2	24,5
Conta própria	23 425	38,2	5,9	11,4	39,6
Trabalhador familiar auxiliar	2 129	39,6	6,7	15,0	72,1
Moradores em arranjos domiciliares do tipo					
Unipessoal	11 041	49,2	2,1	13,2	31,4
Casal sem filho	30 386	42,7	2,5	6,1	36,3
Casal com filho(s)	118 649	21,8	3,4	13,8	39,7
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 585	15,7	3,7	27,1	37,4
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 609	12,3	3,6	23,7	27,9
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 825	17,4	3,7	28,4	41,8
Outros	36 193	31,4	2,6	10,2	31,8

Tabela 3 - Proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição de acesso a serviços, com indicação da média de serviços restritos, segundo características selecionadas de pessoas e domicílios - 2018

(conclusão)

Características selecionadas de pessoas e domicílios	Pessoas residentes em domicílios		
	Porporção com restrição de acesso (%)		
	À Internet	A ao menos três serviços	Média de serviços restritos
Total	20,1	10,6	1,0
Sexo			
Homens	20,8	11,6	1,0
Mulheres	19,5	9,7	1,0
Cor ou raça (1)			
Branco	15,2	6,4	0,8
Pretos ou pardos	23,9	13,9	1,2
Sexo e cor ou raça (1)			
Homens brancos	15,4	7,0	0,8
Homens pretos ou pardos	24,8	15,0	1,2
Mulheres brancas	15,1	5,9	0,8
Mulheres pretas ou pardas	23,0	12,7	1,2
Posição na ocupação			
Empregado	13,7	10,1	0,9
Com carteira de trabalho assinada	7,3	2,3	0,6
Sem carteira de trabalho assinada	19,1	13,2	1,1
Trabalhador doméstico	20,6	12,7	1,3
Militar ou funcionário público estatutário	5,3	1,2	0,4
Empregador	4,8	2,6	0,5
Conta própria	20,5	14,4	1,2
Trabalhador familiar auxiliar	35,2	26,1	1,7
Moradores em arranjos domiciliares do tipo			
Unipessoal	48,6	20,7	1,4
Casal sem filho	30,8	15,9	1,2
Casal com filho(s)	15,3	9,1	0,9
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	18,7	8,9	1,0
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	13,7	6,2	0,8
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	20,8	10,2	1,1
Outros	19,0	8,5	1,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Consolidado de primeiras entrevistas.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Educação

Diversos estudos que investigaram os determinantes do sucesso escolar de alunos brasileiros apontaram para graves problemas tanto de desempenho quanto de equidade interna do sistema de ensino em comparação com outros países (AKKARI, 2001; SOARES; MAROTTA, 2009). O sistema educacional brasileiro gera chances desiguais de acesso, trajetória e aprendizado aos estudantes principalmente em função de sua origem socioeconômica, mas também devido às diferentes condições de funcionamento das escolas e do tipo de gestão escolar (SOARES; CANDIAN, 2007; ALMEIDA, A.C.; ARAÚJO, I.T.; RAMALHO, H.M., 2016). Pretende-se, no presente capítulo, analisar a realidade educacional brasileira, especialmente no que tange a aspectos relevantes da desigualdade escolar e da gestão escolar à luz das agendas nacional e global.

O sistema educacional brasileiro está legalmente organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, por sua vez, divide-se em três níveis: educação infantil, que compreende formalmente a faixa de 0 a 5 anos de idade; ensino fundamental, de 6 a 14 anos de idade; e ensino médio, de 15 a 17 anos de idade. Trata-se de um sistema administrativamente descentralizado, no qual a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade de oferta e gestão dos municípios, enquanto o ensino médio é, prioritariamente, de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. É competência do governo federal, dentre outras atribuições, atuar no ensino superior e prestar assistência técnica e financeira às esferas estadual e municipal, buscando garantir a equidade dos gastos nas diferentes Unidades da Federação.

Merece destaque a Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009, que ampliou, progressivamente, a obrigatoriedade da educação básica

para a faixa de 4 a 17 anos de idade até 2016. A Lei n. 12.796, de 04.04.2013, oficializou essa mudança, alterando o texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, instituída pela Lei n. 9.394, de 20.12.1996. Além de obrigatória para essa faixa etária, a educação básica passou a ser organizada em três etapas: pré-escola (nível obrigatório da educação infantil), ensino fundamental e ensino médio.

Os parâmetros que nortearam as análises desse capítulo foram as estratégias e metas acordadas nacional e internacionalmente por meio do Plano Nacional de Educação - PNE e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O PNE, de acordo com a Lei n. 13.005, de 25.06.2014, tem 20 metas nacionais com vigência por 10 anos. A Emenda Constitucional n. 59, de 11.11.2009, fez com que o PNE se tornasse uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Assim, o PNE passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação - SNE, servindo de base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, com previsão de percentual do Produto Interno Bruto - PIB para o seu financiamento¹. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS sobre educação possuem 10 metas que buscam assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos².

As principais fontes de dados são o módulo anual de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que passou a ser coletado no segundo trimestre do ano civil a partir de 2016, e os blocos de educação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. Recorreu-se também a pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como o Censo Escolar da Educação Básica, além de dados provenientes de publicações internacionais. A principal publicação internacional citada é o *Education at a glance*, relatório anual elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) que reúne dados e indicadores educacionais dos países membros e parceiros.

O capítulo está dividido em duas seções: educação básica e superior e gestão escolar. A seção sobre educação básica e superior analisa a frequência escolar, as desigualdades no acesso, trajetória e permanência em instituição de ensino. A seção sobre gestão escolar destaca a situação dos municípios brasileiros em relação a alguns aspectos das metas de gestão democrática do PNE.

Educação básica e superior

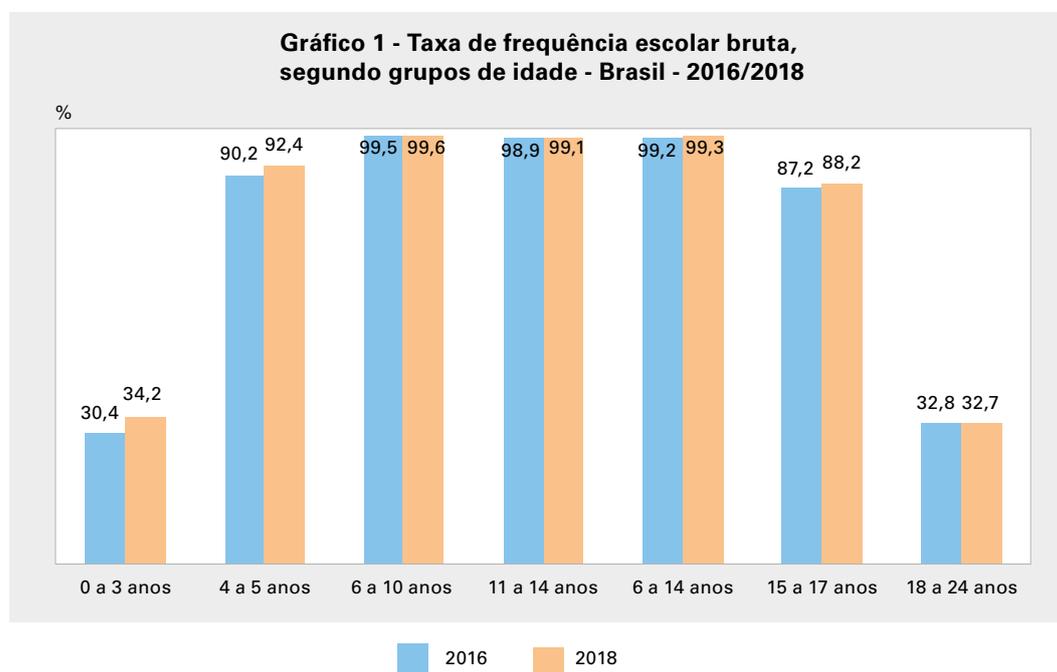
De acordo com os dados da PNAD Contínua, observou-se crescimento do acesso à educação infantil. Em 3 anos, as taxas de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos de idade subiram de 30,4% e 90,2%, em 2016, para 34,2% e 92,4%, respectivamente, em 2018 (Gráfico 1 e Tabela 3.1 UF). A ampliação da obrigatoriedade da educação básica para crianças a partir de 4 anos de idade representou um

¹ Para mais detalhes, consultar: PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 62 p. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: out. 2019.

² Para mais detalhes, acessar o portal das Nações Unidas, sobre desenvolvimento sustentável, no endereço: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/education>. Acesso em: out. 2019.

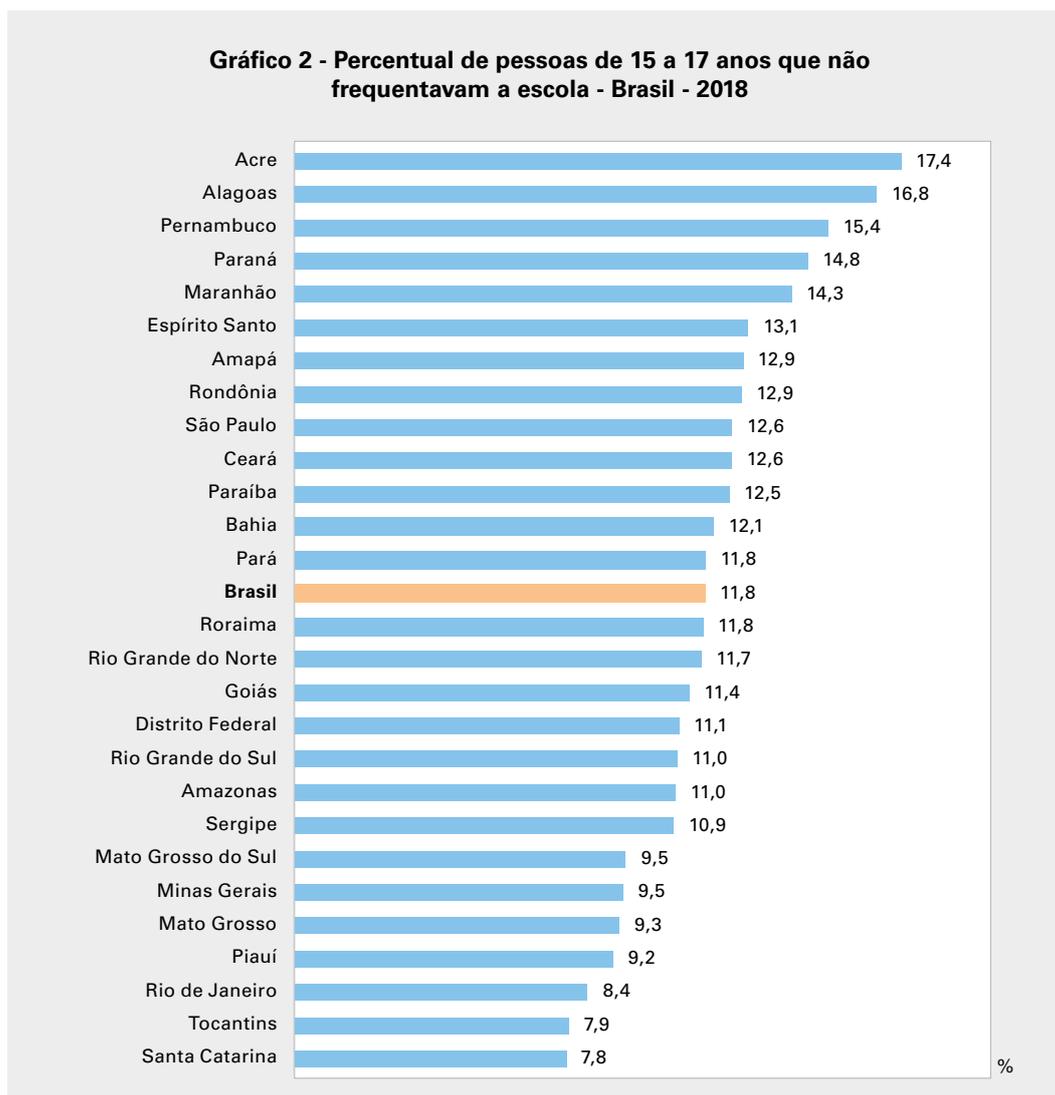
importante avanço no acesso à escola em uma fase crucial para o desenvolvimento cognitivo (ARAÚJO, 2011; CUNHA; HECKMAN, 2010). Assegurar o acesso de meninos e meninas a escolas de qualidade na primeira infância, que os preparem para o ingresso no ensino fundamental, está previsto na meta 4.2 do ODS 4³. Paralelamente, o PNE e a Lei n. 12.796, de 04.04.2013, preveem a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos de idade e aumento para 50% da frequência na educação infantil de crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024.

A taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade estava próxima da universalização. Por sua vez, a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola foi de 88,2% em 2018, valor ainda insuficiente para o cumprimento da meta 3 do PNE, que prevê a universalização da frequência à escola dessa faixa etária até 2024 (BRASIL, 2014) (Gráfico 1). A permanência dessa situação impossibilita a efetivação do direito de acesso à educação básica obrigatória para 11,8% dos jovens dessa faixa etária, representando um total de 1,2 milhões de pessoas. Além disso, esse contingente fora da escola passa a não fazer parte das estatísticas que medem a qualidade da educação por meio das avaliações nacionais da aprendizagem coordenadas pelo INEP. O percentual de pessoas de 15 a 17 anos de idade que não frequentava escola variou de 7,8% em Santa Catarina a 17,4% no Acre (Gráfico 2). O percentual de jovens de 18 a 24 anos que frequentava instituição de ensino permaneceu estável no período, atingindo 32,7%, ainda distante dos 50% almejados pela meta 12 do PNE (Gráfico 1).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2018.

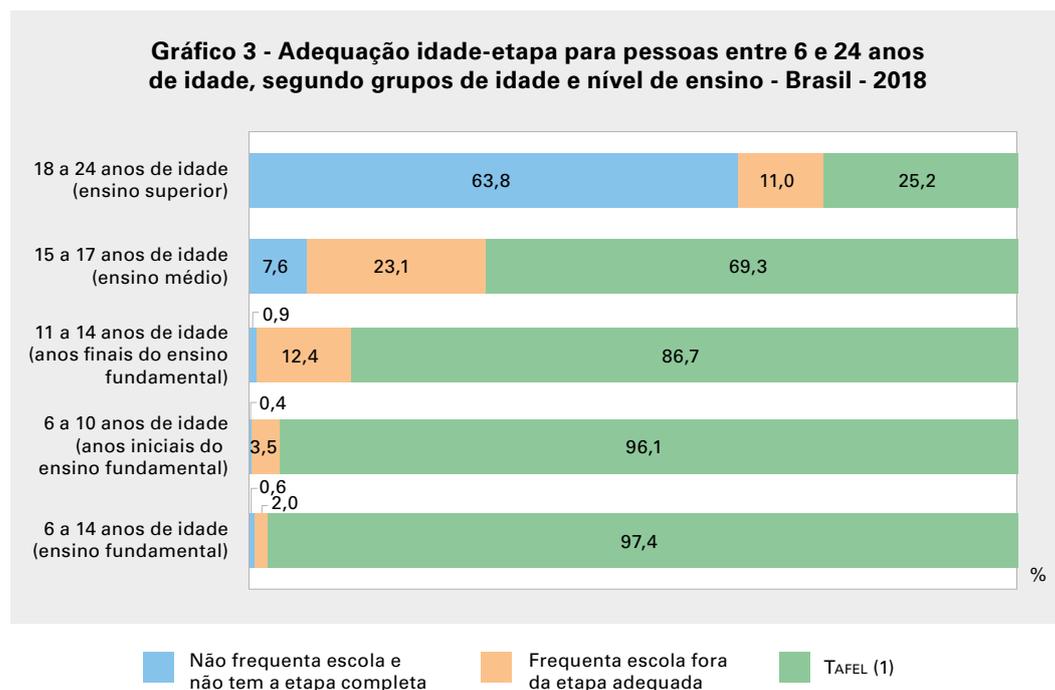
³ A meta 4.2 procura: “[...] garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (NAÇÕES UNIDAS, 2015).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A universalização da educação básica obrigatória dependerá igualmente da melhoria na eficiência do sistema escolar. Diversos estudos indicam que o atraso escolar é um dos grandes motivadores da evasão definitiva. Logo, a regularização do fluxo escolar é considerada um importante mecanismo de redução do abandono (RIBEIRO, 1991). Uma forma de medir a eficiência do sistema de ensino é por meio da taxa ajustada de frequência escolar líquida - TAFEL. Ela representa a proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado a sua faixa etária (ou que já haviam concluído esse nível), de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro. Em 2018, a taxa ajustada de frequência escolar líquida nos anos iniciais do ensino fundamental, isto é, do 1º ao 5º ano, era de 96,1% (Gráfico 3 e Tabela 3.5). Esse percentual diminui à medida que se avança para os níveis subsequentes, conforme esperado pelo efeito do acúmulo de repetências ao longo do percurso escolar. As taxas de frequência escolar líquida para os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e para o ensino médio eram de 86,7% e 69,3%, respectivamente. Logo, os valores almejados nas metas 2 e 3 do PNE para a Tafel até 2024 relacionados ao ensino fundamental e médio (100% e 85%, respectivamente) ainda não tinham sido alcançados.

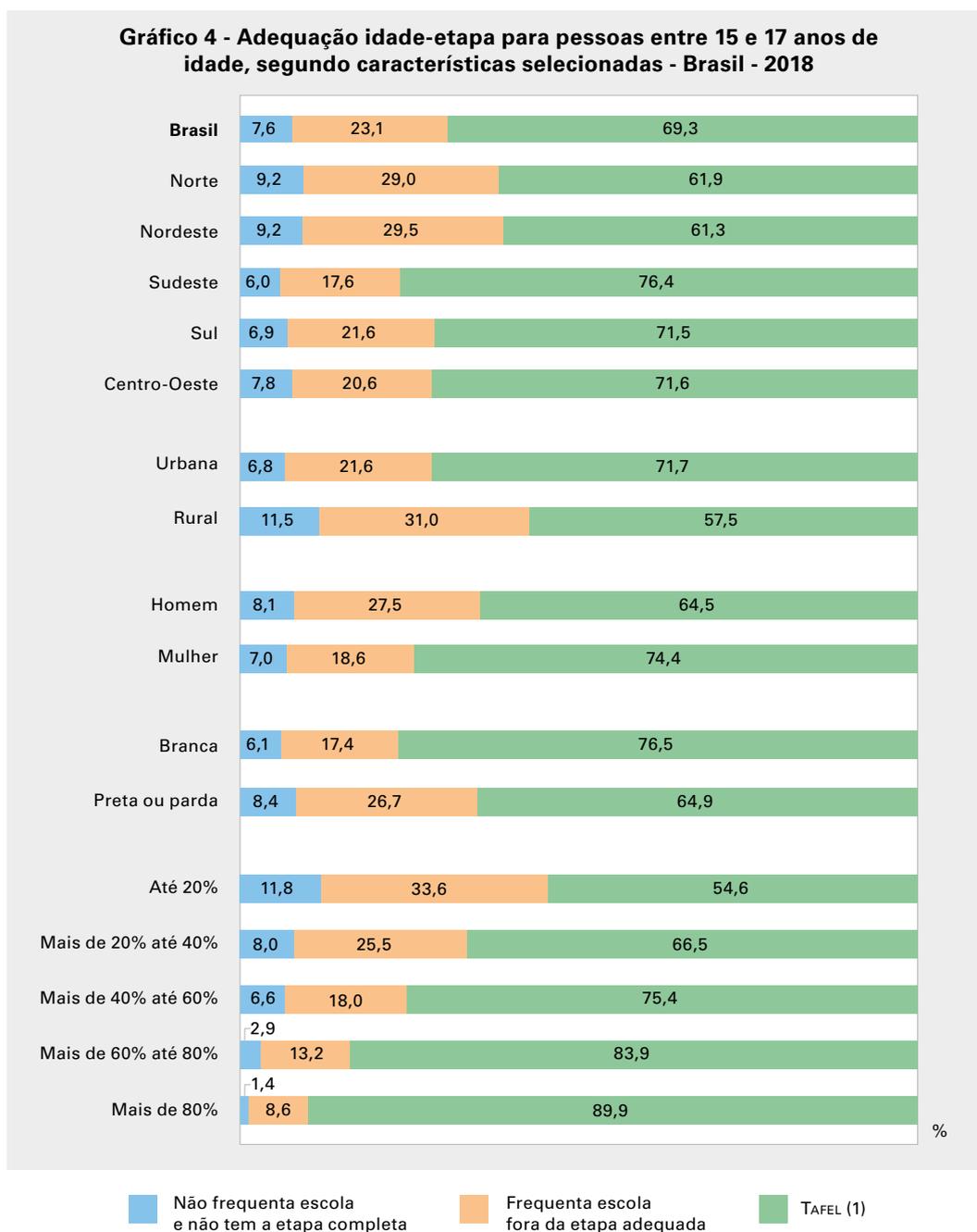
É interessante observar no Gráfico 3 que o atraso dos estudantes em relação à etapa frequentada atinge seu maior valor para o grupo de 15 a 17 anos (23,1%) e que o abandono escolar antes da conclusão da etapa adequada afeta mais fortemente a faixa etária de 18 a 24 anos (63,8%). As duas situações estão relacionadas na medida em que o atraso escolar que afeta o primeiro grupo, composto em sua maioria por estudantes (88,2%), é um dos fatores que influenciam a descontinuidade dos estudos do segundo grupo, formado na maior parte por não estudantes (67,2%), segundo valores do Gráfico 1.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

(1) Taxa ajustada de frequência escolar líquida, ou seja, frequenta escola na etapa adequada ou já concluiu a etapa.

Chama atenção a discrepância entre os quintos da população segundo o rendimento mensal domiciliar *per capita* nas três situações analisadas: abandono escolar antes da conclusão da etapa correspondente, atraso escolar de acordo com a etapa frequentada, e TAFEL (Gráfico 4 e Tabela 3.6). Em 2018, o atraso escolar por etapa de ensino dos jovens de 15 a 17 anos de idade era 4 vezes maior entre os pertencentes aos 20% da população com os menores rendimentos (33,6%) em comparação com os que faziam parte dos 20% com os maiores rendimentos (8,6%). Além disso, 11,8% dos jovens dessa faixa etária pertencentes ao quinto com os menores rendimentos haviam abandonado a escola sem concluir a educação básica obrigatória. Esse percentual foi 8 vezes menor para os jovens dessa faixa etária no quinto da população com os maiores rendimentos da mesma faixa etária (1,4%). O abandono da educação básica obrigatória incide mais fortemente nos jovens dessa faixa etária que residem nas Regiões Norte (9,2%) e Nordeste (9,2%), em área rural (11,5%), são de cor preta ou parda (8,4%) e homens (8,1%). Assim, um total de 737 mil jovens (7,6%) não frequentava escola e não haviam concluído a educação básica, sendo que a maior parte desse grupo abandonou sem completar o ensino fundamental (64,7%).

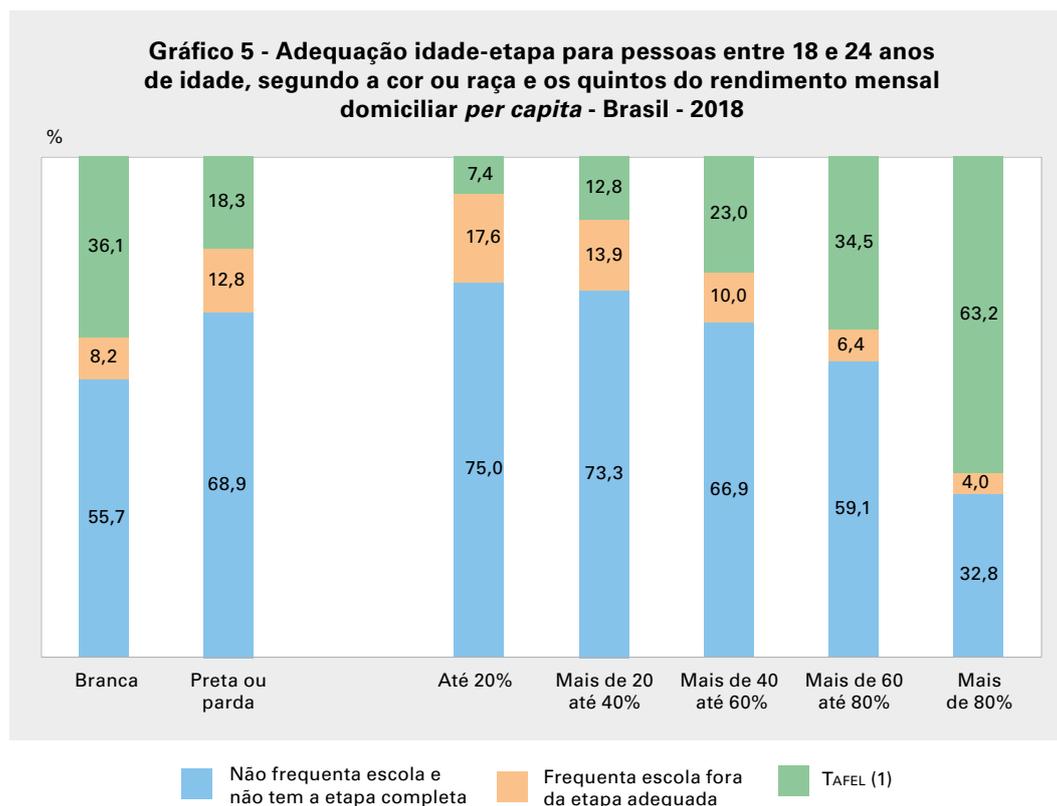


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016/2018.

(1) Taxa ajustada de frequência escolar líquida, ou seja, frequenta escola na etapa adequada ou já concluiu a etapa.

A análise da adequação idade-etapa para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade evidencia que a maior desigualdade por classes de rendimento incide no percentual de frequência ao ensino superior (Gráfico 5 e Tabela 3.6). Enquanto 63,2% dos jovens desse grupo de idade pertencentes ao quinto da população com os maiores rendimentos frequentava o ensino superior, somente 7,4% dos jovens no quinto da população com os menores rendimentos estavam nessa situação, ou seja, um percentual 8,5 vezes menor. Jovens pretos ou pardos têm metade do percentual calculado para brancos em relação à frequência ao ensino superior

(18,3% e 36,1% respectivamente). Considerando o propósito da meta 12 do PNE, será necessário um crescimento da TAFEL nacional para o ensino superior de 25,2%, em 2018, para 33,0%, em 2024. Verificou-se também que o atraso escolar afetava 2,5 milhões de jovens dessa faixa etária (11,0%, Gráfico 3), sendo que, desse total, 83,2% frequentavam o ensino médio e 16,8% o fundamental. A maioria (63,8%) não frequentava escola e não possuía ensino superior completo, sendo que 36,9% desse grupo abandonou a escola sem concluir o ensino médio e 16,1% não havia concluído nem o ensino fundamental.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

(1) Taxa ajustada de frequência escolar líquida, ou seja, frequenta escola na etapa adequada ou já concluiu a etapa.

Em 2018, o percentual de estudantes que frequentavam instituições públicas na educação infantil, ensino fundamental, médio e superior era de 74,3%, 82,3%, 87,0% e 25,8%, respectivamente. Logo, somente no ensino superior de graduação a rede privada atendeu a maioria dos estudantes (74,2%) (Tabela 3.3). Há forte desigualdade no perfil dos estudantes das diferentes redes de ensino na educação básica e superior (Tabela 1 e Tabela 3.3). Na educação básica, a rede pública é composta majoritariamente por estudantes dos dois quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse padrão se inverte. Por exemplo: somente 5,6% dos estudantes da rede pública de ensino médio pertenciam aos 20% da população com os maiores rendimentos, enquanto 46,7% dos estudantes da rede privada faziam parte desse quinto da população.

Diferentemente do que ocorre na educação básica, em que as redes de ensino apresentam um perfil de renda de seus alunos bastante diferente entre elas,

o ensino superior, independentemente da rede de ensino, possui um perfil mais privilegiado de seus estudantes, prevalecendo alunos do quinto da população com maiores rendimentos (30,5% na rede pública e 36,1% na privada). As redes de ensino superior divergem mais fortemente em relação à proporção de estudantes pertencentes ao quinto da população com os menores rendimentos. A rede pública apresenta uma proporção desses estudantes 56,7% maior do que a mesma proporção para a rede privada de ensino superior (respectivamente, 9,7% e 5,5%). Esses dados indicam que a rede pública de ensino superior apresenta um perfil mais democrático do que o da rede privada, levando em conta a diversidade de renda dos respectivos estudantes.

Tabela 1 - Distribuição percentual de estudantes das redes pública e privada, por nível de ensino, segundo os quintos da população em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* - Brasil - 2018

Quintos da população em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Distribuição percentual de estudantes da rede pública no ensino superior em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i> (%)							
	Educação infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada	Rede pública	Rede privada
Até 20%	36,4	8,5	40,7	7,2	30,0	5,3	9,7	5,5
Mais de 20% até 40%	27,7	14,7	28,3	13,7	28,7	9,8	16,1	10,8
Mais de 40% até 60%	19,1	15,7	17,1	16,4	21,0	14,3	19,0	18,6
Mais de 60% até 80%	12,4	22,6	10,4	22,6	14,6	23,9	24,7	29,0
Mais de 80%	4,4	38,5	3,5	40,0	5,6	46,7	30,5	36,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

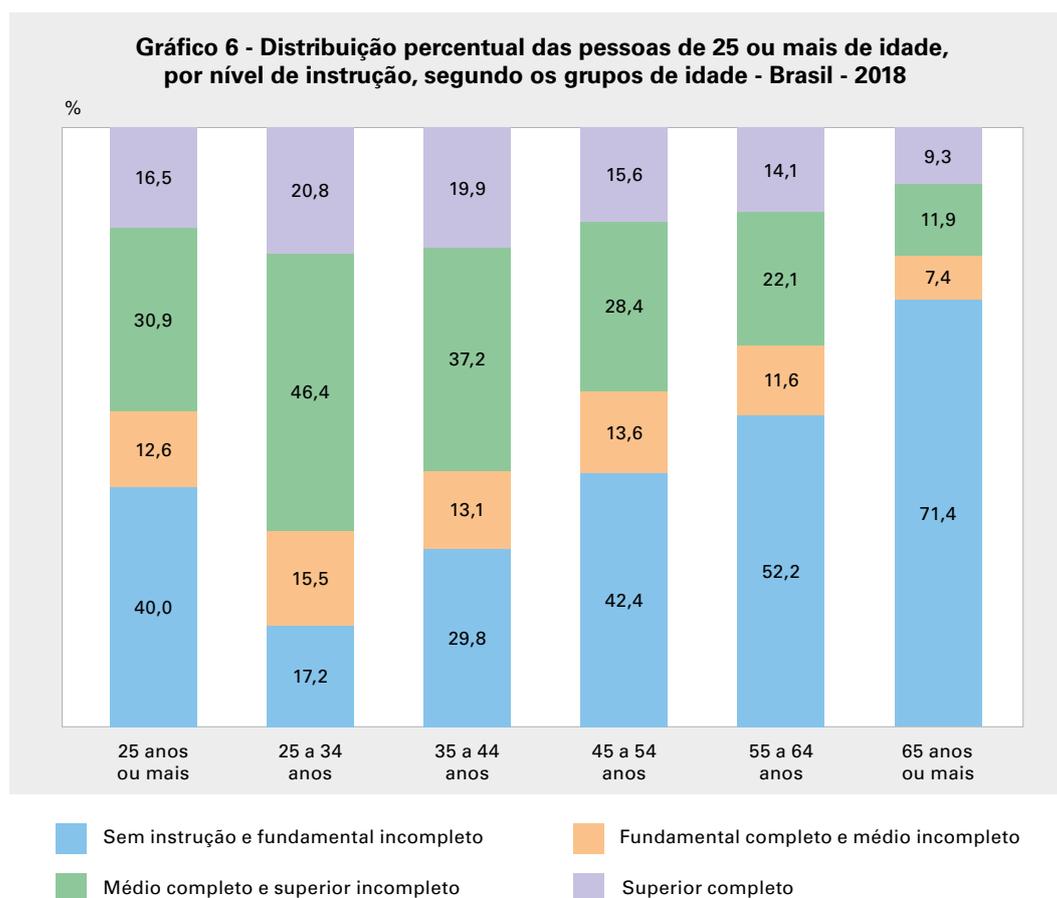
(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

A democratização do acesso ao ensino superior foi estimulada por uma série de políticas públicas e potencializadas pela melhoria do fluxo escolar na educação básica que se intensificou a partir da década de 1990 (SÍNTESE..., 2018). Essas políticas vão desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis (pessoa com deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas etc.) até o aumento do financiamento estudantil reembolsável (como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES) e não reembolsável (como o Programa Universidade para Todos - PROUNI), disponível aos alunos das instituições privadas. Houve também outros programas e ações do governo para a rede pública que contribuíram para a expansão dessa rede, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema de Seleção Unificada - SiSU.

Nível de instrução e analfabetismo no Brasil

Houve aumento considerável no nível de instrução da população brasileira ao longo das últimas gerações, mas essa tendência foi insuficiente para colocar o Brasil próximo ao patamar internacional. Segundo os dados do módulo anual de educação da

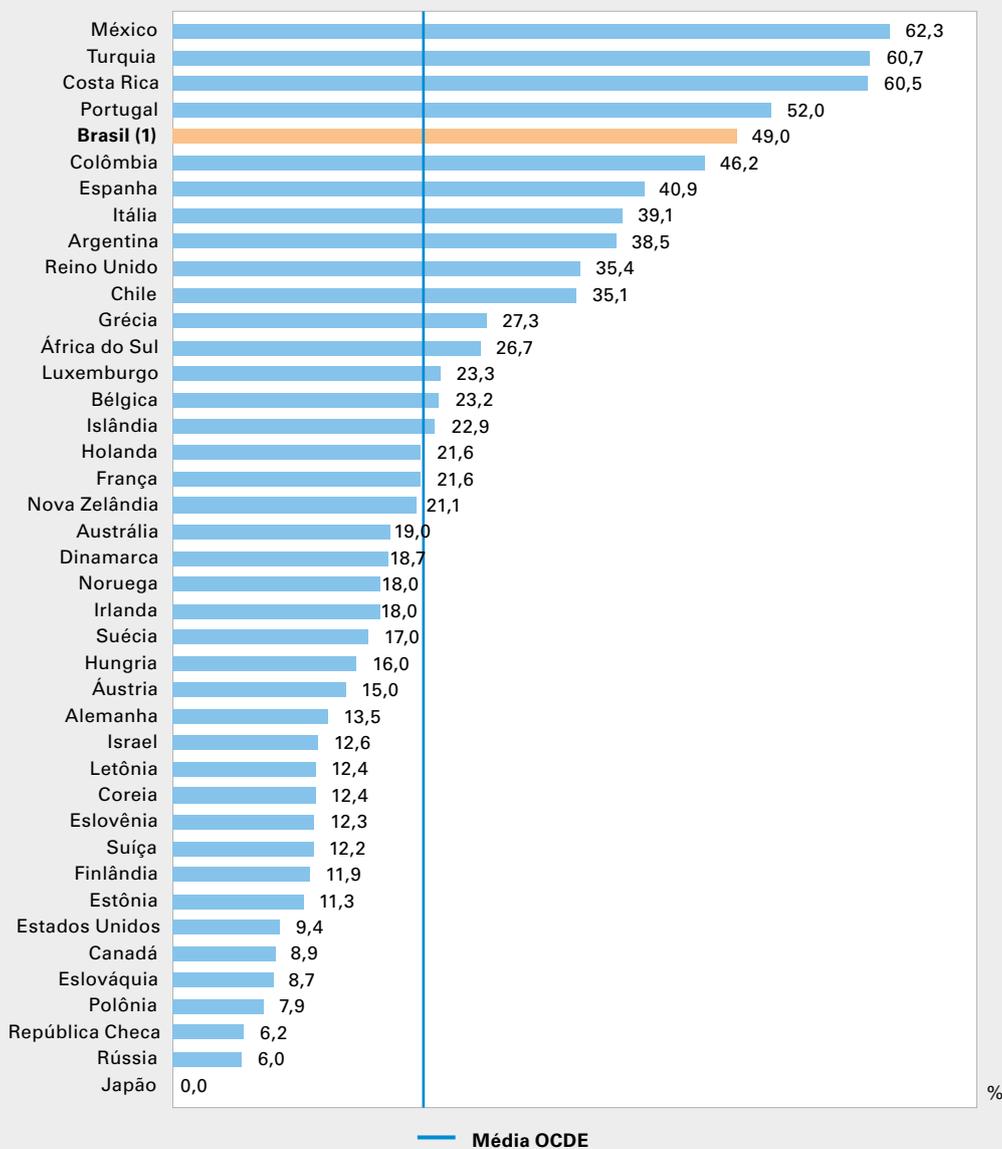
PNAD Contínua 2018, o percentual de pessoas que faziam parte do grupo etário de 55 a 64 anos idade, com ensino médio completo e superior incompleto, era de 22,1% e o percentual de pessoas com superior completo era 14,1%. Por sua vez, aqueles percentuais eram de 46,4% e 20,8%, respectivamente, entre as pessoas de 25 a 34 anos de idade, como mostra o Gráfico 6 (Tabela 3.7). Apesar do avanço geracional observado no aumento da população com ensino superior completo ou com qualificação mínima para ingressar nesse nível, somente 16,5% da população brasileira de 25 anos ou mais de idade possuíam graduação completa em 2018.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

O aumento da escolaridade da população brasileira também não foi suficiente para nos aproximar do percentual de pessoas de 25 a 64 anos de idade que não haviam concluído o ensino médio alcançado pelos países da OCDE (Gráfico 7). Em 2017, a média da OCDE era de 21,8%, duas vezes menor do que mesmo percentual para o Brasil (49,0%). Além disso, o percentual de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo alcançado pelos países da OCDE em 2017 (36,7%) era praticamente o dobro do brasileiro para o mesmo ano (19,7%).

Gráfico 7 - Percentual de pessoas de 25 anos a 64 anos de idade que não concluíram o ensino médio, segundo países membros ou associados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - 2017



Fonte: EDUCATION at a glance 2018: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1560773450&id=id&acname=guest&checksum=72598C66F3C57DF9090300172BE40266>. Acesso em: out. 2019.

(1) Dado proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

O aumento da escolaridade é mais rápido entre as gerações mais novas, que se beneficiaram do processo recente de expansão da educação básica e do ensino superior. O PNE almeja elevar o nível de instrução dos jovens de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo. Em 2018, cerca de $\frac{1}{3}$ dos jovens de 18 a 29 anos não havia completado 12 anos de estudo (Gráfico 8 e Tabela 3.8). Esse percentual varia consideravelmente dependendo da situação domiciliar, cor e classe da população segundo o rendimento ao qual o jovem pertence. Por exemplo, menos da metade dos jovens residentes na área rural havia completado o ensino médio (44,6%), em comparação com 69,8% dos jovens residentes em área urbana.

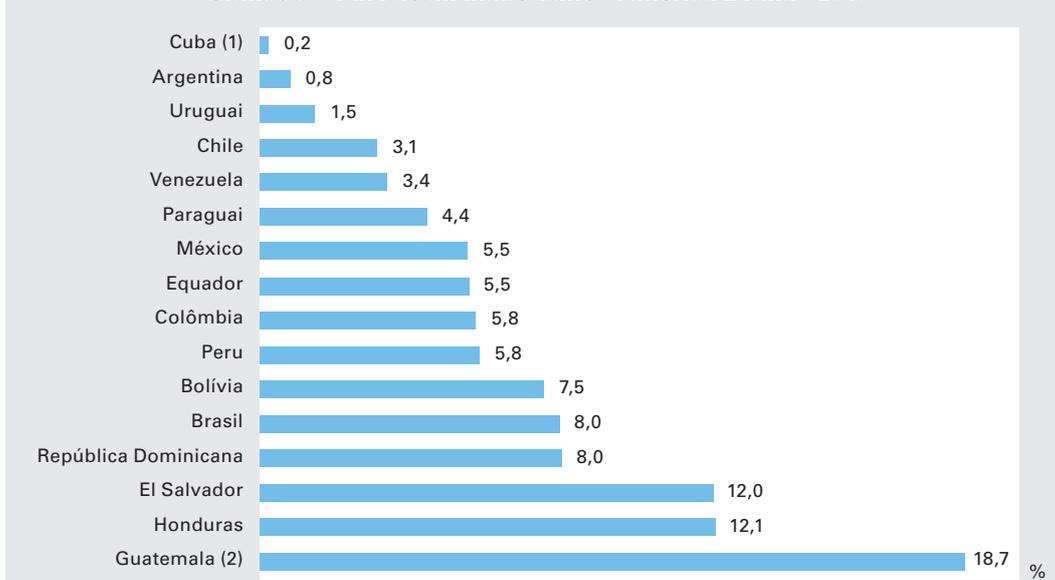
Gráfico 8 - Proporção de pessoas de 18 a 29 anos de idade com no mínimo 12 anos de estudo, com indicação do coeficiente de variação, segundo características selecionadas - Brasil - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A dívida educacional histórica brasileira também pode ser observada por meio da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade. Nesse quesito, o Brasil apresentou o mesmo valor que a República Dominicana (8,0%), abaixo apenas de El Salvador, Honduras e Guatemala, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco para 2015 para a América Latina (Gráfico 9). Em 2018, o percentual da população brasileira que não sabia ler nem escrever era de 6,8% (Tabela 3.9).

Gráfico 9 - Taxa de analfabetismo - América Latina - 2015



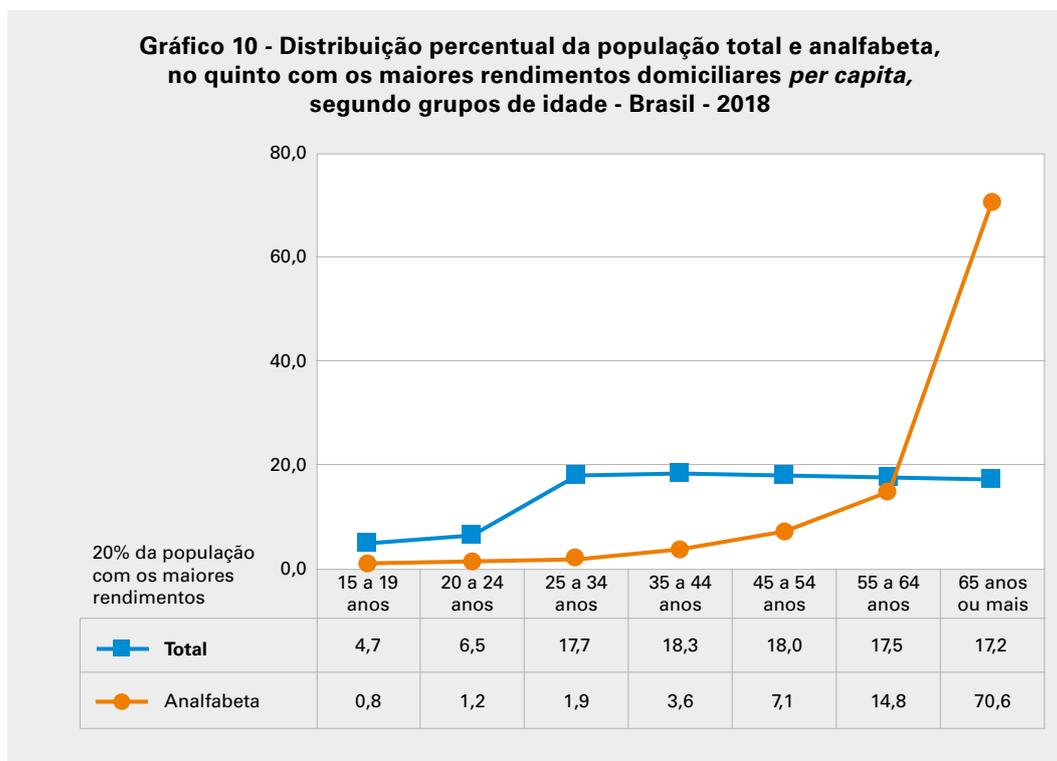
Fonte: ILLITERATE population. Montreal: Unesco Institute for Statistics - UIS, 2015. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org>. Acesso em: out. 2019.

Nota: Países sem dado: Costa Rica, Haiti e Nicarágua.

(1) Dado de 2012. (2) Dado de 2014.

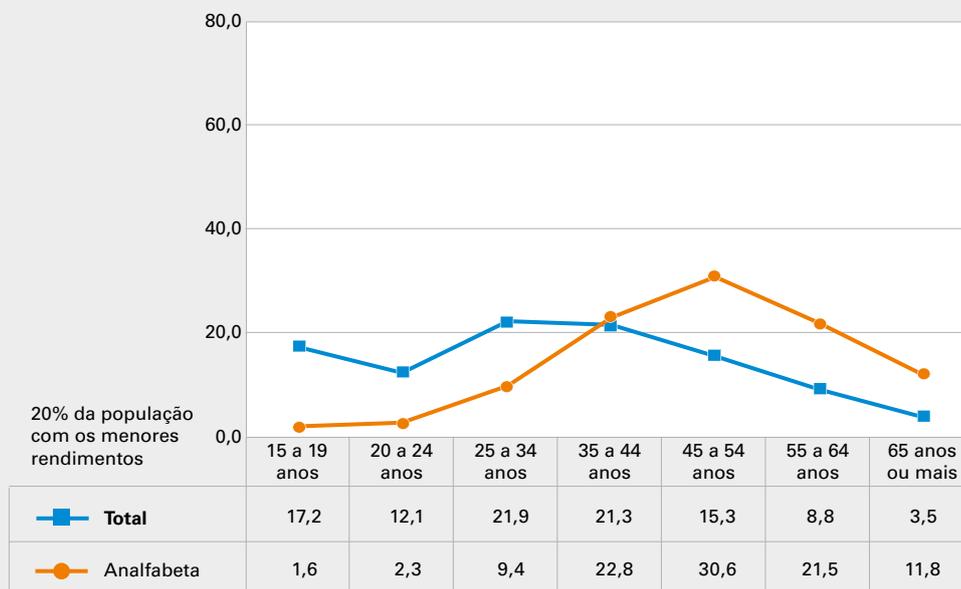
Ainda assim, é possível observar os efeitos do aumento da alfabetização ao longo das gerações por meio do perfil etário da população analfabeta. Enquanto a população de 65 anos ou mais de idade representava 13,3% da população brasileira, esse grupo etário concentrou 42,2% da população analfabeta. Por sua vez, a população com até 24 anos de idade era 19,5% da população brasileira e somente 2,3% dos analfabetos (Tabela 3.10).

Esse processo de substituição de uma geração menos escolarizada por uma mais escolarizada não ocorreu no mesmo ritmo para todos os grupos (Gráfico 10 e Gráfico 11). Aqueles que faziam parte dos 20% da população com os maiores rendimentos possuíam 17,2% de pessoas com 65 ou mais anos de idade, enquanto 70,6% da população analfabeta desse grupo estavam nessa faixa etária. Esse é o único caso para o qual a proporção de analfabetos distribuídos pelos grupos de idade supera a distribuição da população, evidenciando que o analfabetismo fica cada vez mais restrito aos mais velhos desse grupo. A troca geracional que torna o perfil mais envelhecido da população analfabeta não ocorre com a mesma intensidade para os 20% da população com os menores rendimentos. Nesse caso, a proporção de analfabetos distribuídos pelos grupos de idade supera a proporção da população dessa classe de rendimentos a partir dos 35 anos de idade. Esses dados são um retrato da dívida educacional brasileira, pois gerações de diferentes classes de renda da população tiveram acesso à alfabetização em velocidades desiguais.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Gráfico 11 - Distribuição percentual da população total e analfabeta, no quinto com os menores rendimentos domiciliares *per capita*, segundo os grupos de idade - Brasil - 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Gestão escolar

O direito constitucional à educação básica é a garantia de aprendizado para todos em uma escola com condições de funcionamento adequadas, geridas de forma democrática e participativa, com docentes e demais trabalhadores da educação valorizados e profissionais.

O objetivo dessa seção é abordar alguns aspectos da gestão educacional nos municípios, a partir das informações investigadas pela MUNIC 2018⁴, adotando a gestão democrática e valorização da carreira do magistério como eixos condutores, conforme definido nos incisos VI e VII do Art. 206 da Constituição Federal do Brasil de 1988⁵ e no PNE em suas metas 18 e 19⁶. Especificamente, serão apresentados resultados importantes para o monitoramento das estratégias 18.7 e 19.1. A estratégia 18.7 visa assegurar a implementação dos planos de carreira para os profissionais da educação, tanto docentes como não docentes, tomando como referência o Piso Salarial

⁴ Para mais detalhes, consultar as publicações *Perfil dos estados brasileiros 2018* e *Perfil dos municípios brasileiros 2018*.

⁵ “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” (BRASIL, 2019).

⁶ O PNE, com vigência por dez anos, pretende, por meio da meta 18: “Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.” E da meta 19: “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.” (BRASIL, 2014).

Profissional Nacional - PSPN⁷, no caso da educação básica pública. A estratégia 19.1 procura estimular critérios de mérito e participação da comunidade escolar na escolha dos diretores de escola, levando em conta a atuação dos Conselhos Municipais de Educação, instância de participação fundamental que dá a dimensão da qualidade da educação democrática.

Além do PNE, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável conta com uma meta específica para promover a qualidade na docência, entre aquelas que fazem parte do ODS 4, voltado à educação. A meta 4.c prescreve que devemos:

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Os indicadores de monitoramento dessa meta avaliam desde o percentual de professores com a qualificação mínima exigida para cada nível de ensino (4.c.1)⁸, o salário médio dos professores comparado ao dos outros profissionais com qualificação equivalente (4.c.5), até o percentual de professores que abandonaram a docência em determinado ano escolar (4.c.7).⁹

A valorização da carreira dos profissionais da educação básica, em especial dos docentes, é um dos principais desafios para elevar a qualidade do ensino brasileiro. Se for comparada a remuneração recebida por outras ocupações, das quais também se exige formação em nível superior,¹⁰ com o salário inicial anual dos professores da educação básica de praticamente todos os países da OCDE, constatam-se os baixos salários recebidos pelos professores brasileiros nos três níveis da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e médio.

De acordo com o *Education at a Glance 2018*¹¹, o Brasil é o país com o menor salário inicial anual pago aos docentes do ensino fundamental e médio em comparação com todos os demais países da OCDE (Gráfico 12). Segundo o relatório, o Brasil pagava, em 2017, um salário inicial de US\$ 13 971,00 por ano aos seus professores da educação básica, enquanto no Chile eles recebiam um piso de US\$ 23 429,00 por ano no ensino fundamental. Como os países da OCDE pagam em média um salário básico maior para o ensino médio e no Brasil o salário é o mesmo para todas as etapas da educação básica, a distância entre a remuneração dos professores brasileiros e a média da OCDE (US\$ 34 534,00) fica ainda maior para esse nível.

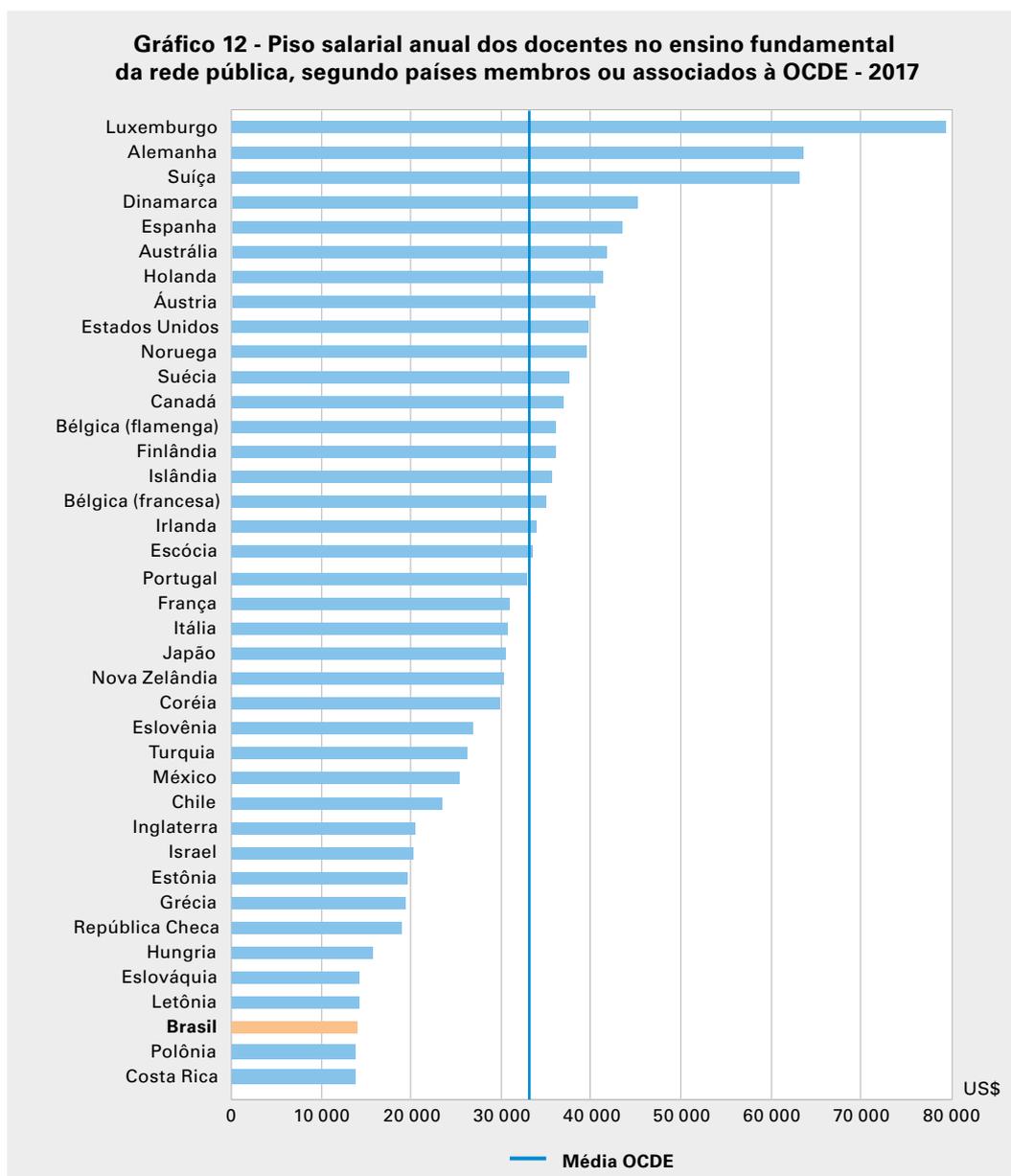
⁷ A Lei n. 11.738, de 16.07.2008, que define o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica como vencimento básico e a composição da jornada de trabalho com no máximo $\frac{2}{3}$ em sala de aula e o mínimo de $\frac{1}{3}$ em atividades de planejamento, coordenação e avaliação do trabalho didático, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF a declarou constitucional.

⁸ Os dados para o Brasil do indicador global 4.c.1 foram divulgados no portal de monitoramento dos indicadores brasileiros para os ODS na Internet, no endereço: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador4c1>>.

⁹ Os indicadores temáticos 4.c.5 e 4.c.7 encontram-se em desenvolvimento metodológico no âmbito do Instituto de Estatística da Unesco - IEU (- Institute for Statistics - UIS). Para mais detalhes, acessar o portal da Unesco na Internet, no endereço: <<http://tcg.uis.unesco.org/sdg-4-global-and-thematic-indicator-lists/>>.

¹⁰ A meta 17 do PNE pretende equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020. Essa relação percentual ainda era de 74,8% em 2017. Para mais detalhes, consultar: RELATÓRIO do 2o ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2018. 460 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17>. Acesso em out. 2019.

¹¹ Para mais detalhes, consultar os dados da publicação na Internet, no endereço: <<https://doi.org/10.1787/888933805477>>.



Fonte: EDUCATION at a glance 2018: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1560773450&id=id&accname=guest&checksum=72598C66F3C57DF9090300172BE40266>. Acesso em: out. 2019.

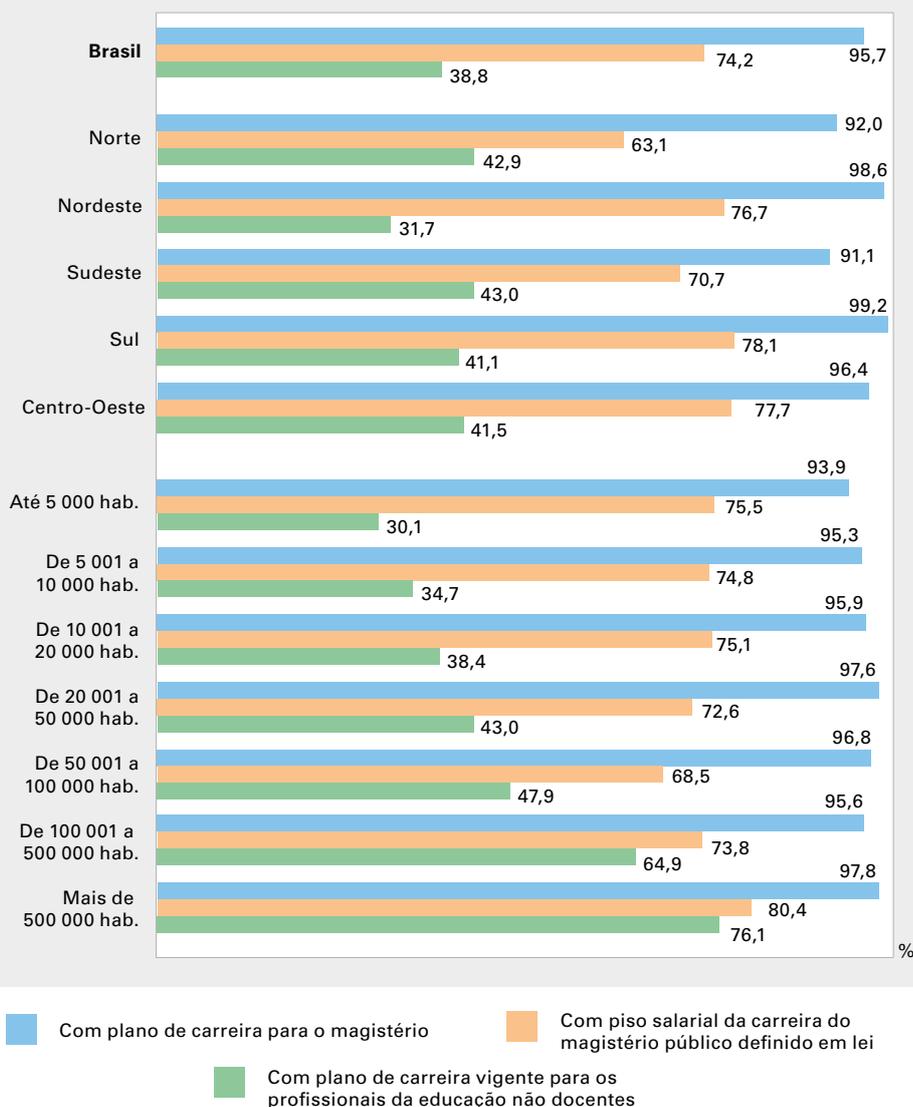
Nota: O valor em dólar é calculado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC).

Uma forma de reverter o status desvalorizado dos profissionais da educação passa por uma série de medidas que melhorariam as condições de trabalho nas escolas, como a adoção de planos de carreira, estímulo à formação inicial e continuada e garantia de um piso salarial capaz de atrair bons profissionais para a carreira.

Segundo os dados do bloco de educação da MUNIC 2018, embora a maioria dos municípios houvesse aprovado plano de carreira para o magistério (95,7%), mais de 1/4 dos municípios (25,8%) não tinha definido o piso salarial da carreira do magistério público em lei municipal, possivelmente descumprindo a Lei n. 11.738, de 16.07.2008. Essa situação não varia consideravelmente dependendo do tamanho do município: entre os mais populosos, em 80,4% havia piso salarial da carreira do magistério público em lei municipal, e, entre os menos populosos, esse percentual era de 75,5% (Gráfico 13 e Tabela 3.11).

Surpreende a baixa proporção de municípios que possuía plano de carreira vigente para os profissionais da educação que não pertenciam aos quadros do magistério (38,8%), ou seja, funcionários das escolas da área de serviços e de apoio escolar. Esses profissionais, principalmente aqueles ligados às atividades de alimentação, higiene e locomoção na educação especial, como o inspetor de alunos, os funcionários administrativos, a merendeira, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, entre outros que são concebidos como parte integrante do processo educativo. A Lei n. 12.014, de 06.08.2009, que altera o Art. 61 da LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), reconhece que esses trabalhadores fazem parte dos profissionais da educação escolar básica, possibilitando as novas bases para construção da carreira deste segmento. Contudo, quase uma década depois, percebe-se que esses profissionais ainda não alcançaram, na prática, o reconhecimento legalmente instituído.

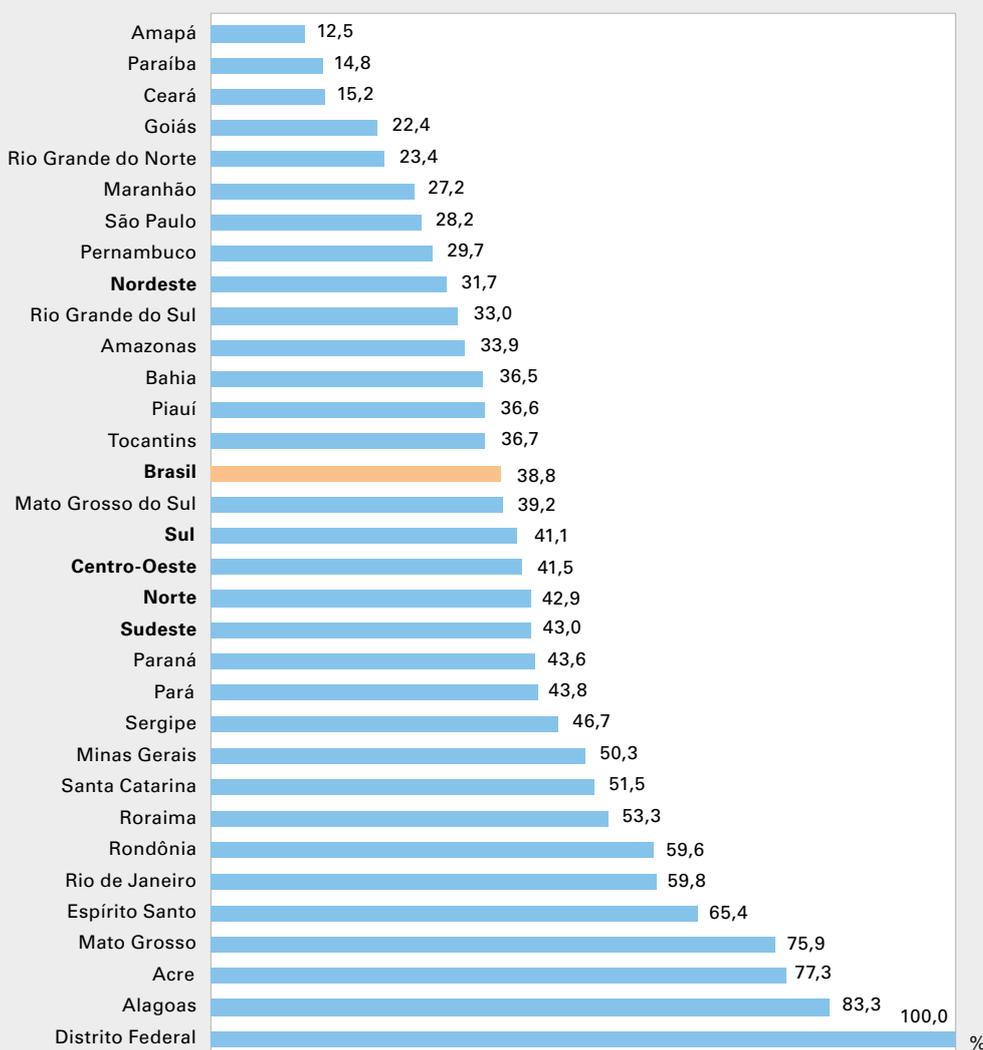
Gráfico 13 - Proporção de municípios com plano de carreira para os profissionais da educação não docentes, para os profissionais do magistério e com piso salarial da carreira do magistério público definido em lei, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanhos dos municípios - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

O percentual de municípios com plano de carreira para profissionais da educação não docentes não variou consideravelmente entre as Grandes Regiões, exceto no Nordeste que apresentou o menor percentual (31,7%). Por sua vez, a análise dessa informação por Unidades da Federação apresentou um padrão mais desigual (Gráfico 14 e Tabela 3.11). Os cinco menores percentuais estavam no Amapá (12,5%), Paraíba (14,8%), Ceará (15,2%), Goiás (22,4%), Rio Grande do Norte (23,4%) e Maranhão (27,2%).

Gráfico 14 - Proporção de municípios com plano de carreira para os profissionais da educação não docentes, segundo as Unidades da Federação - 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

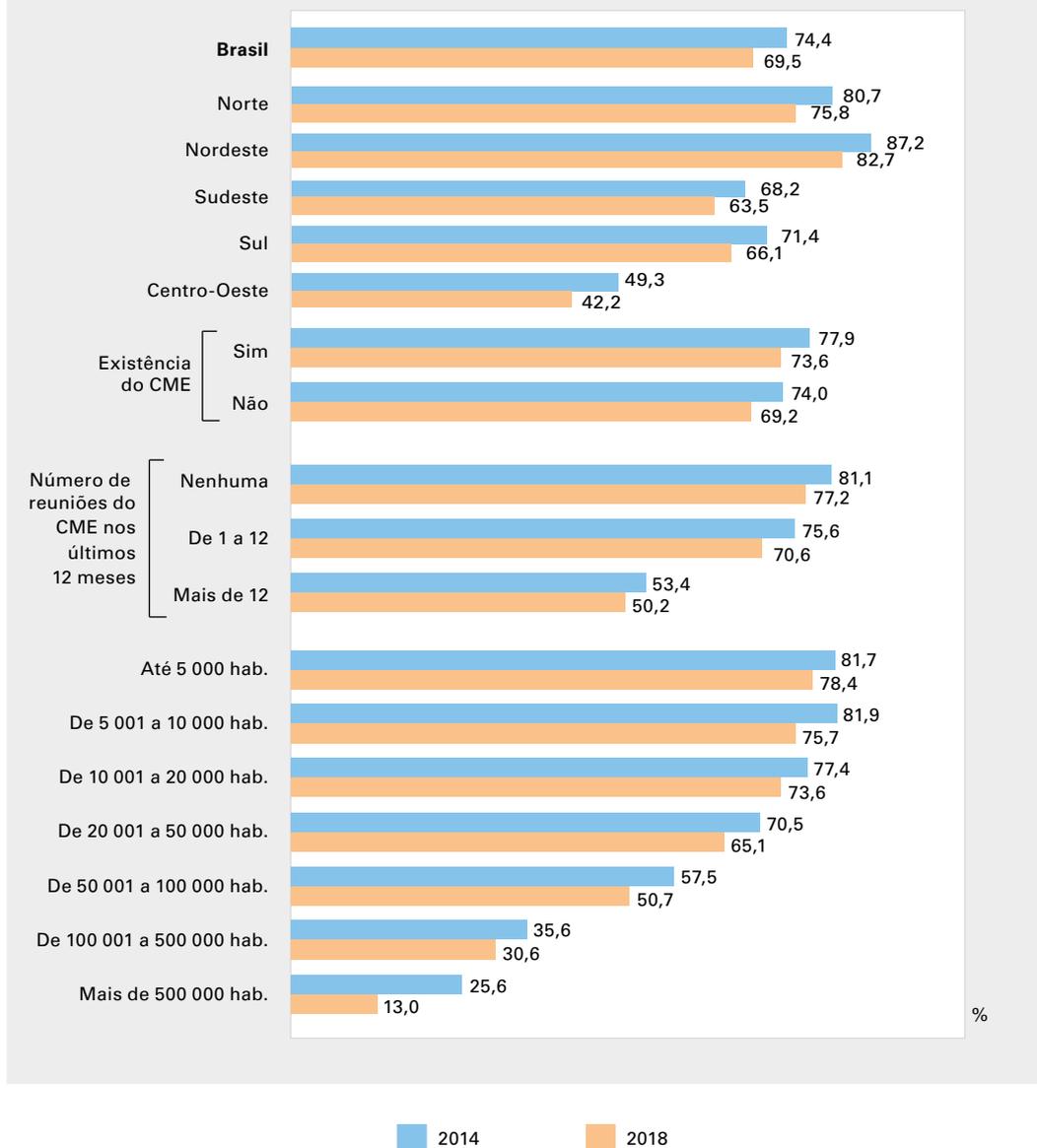
A maioria dos municípios (92,8%) possuía Conselho Municipal de Educação - CME¹² em 2018, sendo que 70,8% desses conselhos eram paritários em sua constituição, ou seja, governo e sociedade civil (funcionários e representantes da população em geral atendida) estavam proporcionalmente representados. A existência de CME e a frequência com a qual esse conselho se reuniu podem estar relacionados a avanços importantes na gestão democrática dos municípios. Um exemplo é a forma pela qual os municípios escolhem os diretores de escola. Estudos indicam que a atuação dos diretores tem impacto direto sobre o desempenho de professores e a qualidade da aprendizagem (OLIVEIRA; CARVALHO, 2018). Além disso, eles são os responsáveis por implementar, nas escolas onde atuam, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC instituída em 2017, organizando professores e disciplinas. A livre indicação dos diretores escolares pelos poderes públicos locais abre espaço para as formas mais usuais de clientelismo, além de não garantir o respaldo da comunidade escolar nem a qualificação técnica dos diretores. Por esses motivos, critérios que valorizem o mérito e a participação passaram a ser estimulados, conforme explicitado na estratégia 19.1 (meta 19) do PNE:

Priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar (BRASIL, 2014, p. 7).

Segundo a *Munic 2018*, 69,5% dos municípios, isto é, 3 869 municípios, recorreram somente à indicação política para a escolha dos diretores de escola da rede municipal (Gráfico 15 e Tabela 3.12). Houve uma queda de 4,9 pontos percentuais em comparação com 2014 (74,4%). Observaram-se diferenças regionais expressivas na proporção de municípios que adotaram somente indicação para escolha dos diretores de escola. Enquanto a Região Centro-Oeste apresentou uma proporção de 42,2% em 2018, o Nordeste permaneceu com o percentual mais elevado de diretores indicados (82,7%). Essa proporção é seis vezes menor para os municípios mais populosos em relação aos menos populosos, atingindo 78,4% dos municípios menos populosos e 13,0% entre os mais populosos. Para o último grupo, o indicador caiu praticamente pela metade entre 2014 e 2018. É interessante observar que os municípios onde o CME era mais ativo (12 ou mais reuniões ao longo de um ano) apresentaram percentual 65,1% menor de indicação política dos diretores de escola se comparados ao mesmo percentual dos municípios nos quais o CME não se reuniu.

¹² O CME é a instância articuladora da sociedade com o poder público, sendo responsável por regulamentar a legislação educacional municipal, deliberar sobre o funcionamento de escolas, fiscalizar o uso de verbas da educação, garantir a participação da comunidade para melhoria das políticas educacionais, entre outros.

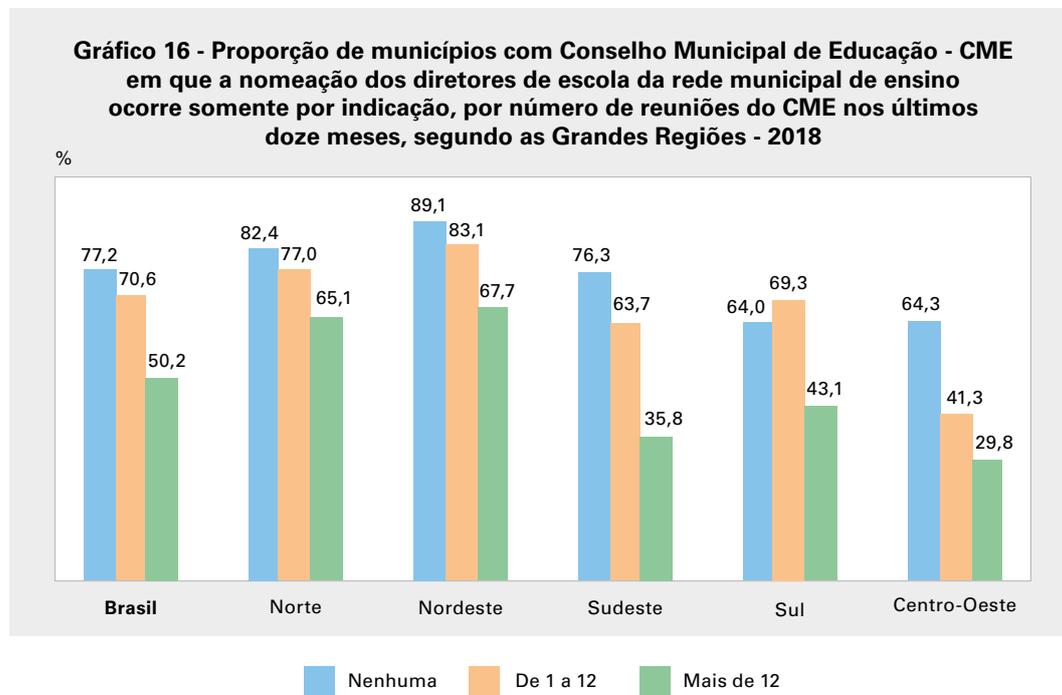
Gráfico 15 - Proporção de municípios em que a nomeação dos diretores de escola ocorre somente por indicação, segundo as Grandes Regiões, a existência de Conselho Municipal de Educação - CME, o número de reuniões do CME nos últimos 12 meses e as classes de tamanho dos municípios - Brasil - 2014/2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014/2018.

O grau de atividade do CME medido a partir da quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses apresentou uma relação negativa em relação à adoção de indicação como única forma de escolha dos diretores em todas as Grandes Regiões (Gráfico 16 e Tabela 3.12). Isso significa que a proporção de municípios que não levaram em conta critérios de mérito e participação da comunidade escolar para escolha dos diretores de escola foi maior entre aqueles cujo CME não havia se reunido sequer uma única vez (77,2%). Valor consideravelmente maior do que a proporção de 50,2% apresentada pelos municípios cujo CME esteve ativo em mais de 12 reuniões no

último ano. Esse padrão se repetiu para as Grandes Regiões, sendo que na Sudeste e na Centro-Oeste observamos um diferencial maior dessa proporção em função do nível de atividade dos CMEs.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018.

Referências

AKKARI, A. J. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. *Educação & Sociedade*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 22, n. 74, p. 163-189, abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000100010&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: out. 2019.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and multidimensional poverty measurement*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2008. 33 p. (OPHI working papers, n. 7). Disponível em: https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp7_vs2.pdf. Acesso em: out. 2019.

ALKIRE, S. et al. *Multidimensional poverty measurement and analysis*. 1st. ed. New York: Oxford University Press, 2015. 356 p.

ALMEIDA, A. T. C. de; ARAÚJO JUNIOR, I. T. de; RAMALHO, H. M. de B. Esforço da gestão escolar na rede pública de ensino fundamental e o desempenho dos estudantes no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 47, p. 135-166, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/601>. Acesso em: out. 2019.

ARAÚJO, A. (Coord.). *Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências - ABC, 2011. 246 p. (Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional. Estudos estratégicos). Disponível em: <http://epge.fgv.br/conferencias/ece2011/files/Aprendizagem-Infantil.pdf>. Acesso em: out. 2019.

BIELSCHOWSKY, R.; TORRES, M. *Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio: textos seleccionados del período*

2008-2018. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2018. 561 p. (Colección 70 años, n. 1). Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/id/254527/S1800087_es.pdf. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3o ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União [...] e dá nova redação ao § 4o do art. 211 e ao § 3o do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União*, Congresso Nacional, Brasília, DF, ano 146, n. 216, 12 nov. 2009a. Seção 1, p. 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 34, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 145, n. 136, 17 jul. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.014, de 6 de agosto de 2009. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 150, p. 1, 7 ago. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 65, p. 1-2, 5 abr. 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de

Juventude - Sinajuve. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: seção 1, ano 151, n. 120, p. 1-7, 26 jun. 2014. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 154, n. 134, 14 jul. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: out. 2019.

BRITO, A. S. *O papel do salário mínimo na redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013*. 125 p. 2015. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3028626. Acesso em: out. 2019.

CAMARANO, A. A. *et al.* Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?. In: CAMARANO, A. A. (org). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2006. cap. 9, p. 259-289. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5504. Acesso em: out. 2019.

CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>. Acesso em: out. 2019.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Center for Global Development, 2013. Disponível em: <https://www.cgdev.org/blog/palma-vs-gini-measuring-post-2015-inequality>. Acesso em: out. 2019.

COMPOSIÇÃO da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 8 p. Nota explicativa da PNAD Contínua, set. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL (México). Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México. *Realidad, Datos y Espacio*: revista internacional de estadística y geografía, Aguascalientes [México]: Instituto Nacional de Estadística y Geografía - Inegi, v. 2, n. 1, p. 36-63, enero/abr. 2011. Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/rde/2011/01/10/metodologia-para-la-medicion-multidimensional-de-la-pobreza-en-mexico/>. Acesso em: out. 2019.

CUNHA, F.; HECKMAN, J. J. *Investing in our young people*. Cambridge [Estados Unidos]: National Bureau of Economic Research - NBER, 2010. 31 p. (NBER working paper, n. 16201). Disponível em: <https://www.doi.org/10.3386/w16201>. Acesso em: out. 2019.

DECENT work country profile: a sub-national perspective in Brazil. Brasília, DF: International Labour Office - ILO, Country Office for Brazil, 2013. 392 p. Disponível em: https://www.ilo.org/integration/resources/pubs/WCMS_228791/lang--en/index.htm. Acesso em: out. 2019.

EDUCATION at a glance 2018: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1560773450&id=id&accname=guest&checksum=72598C66F3C57DF9090300172BE40266>. Acesso em: out. 2019.

EDUCATION at a glance 2019: OECD indicators. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2019. 493 p. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en. Acesso em: out. 2019.

ENDING extreme poverty and promoting shared prosperity. Washington, DC: World Bank, 2013. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/17/ending_extreme_poverty_and_promoting_shared_prosperity. Acesso em: out. 2019.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. *A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2013. 88 p. (Cadernos de estudos desenvolvimento social em debate, n. 15). Disponível em: <http://docplayer.com.br/14827709-Cadernos-de-estudos-desenvolvimento-social-em-debate-a-viabilidade-de-se-erradicar-a-pobreza-uma-analise-conceitual-e-metodologica.html>. Acesso em: out. 2019.

FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. A richer array of international poverty lines. In: WORLD BANK. *Let's Talk Development*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: out. 2019.

FREIRE, D. G. *Os jovens que nem trabalham e nem estudam no Brasil: caracterização e transformações entre 2004 e 2015*. Curitiba: Ed. CRV, 2018. 212 p.

FRESNEDA, B. Desigualdade de oportunidade no ensino médio técnico brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, 2012. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt08-2/7924-desigualdade-de-oportunidades-no-ensino-medio-tecnico-brasileiro/file>. Acesso em: out. 2019.

FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. *Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, v. 2, n. 1/2, 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/2383/1917>. Acesso em: out. 2019.

HANDBOOK on social indicators. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1989. 154 p. (Studies in methods. Series F, n. 49). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/59759?ln=en#record-files-collapse-header>. Acesso em: out. 2019.

HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. *Handbook on poverty and inequality*. Washington, DC: World Bank, 2009. 419 p. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11985/9780821376133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: out. 2019.

ILLITERATE population. Montreal: Unesco Institute for Statistics - UIS, 2015. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org>. Acesso em: out. 2019.

INCHAUSTE, G. *et al. Understanding changes in poverty*. Washington, DC: World Bank Group, 2014. 171 p. (Directions in development. Poverty). Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/275271468336660502/pdf/802480PUB0978100Box385239B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: out. 2019.

LA INEFICIENCIA de la desigualdad. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2018. 270 p. Documento apresentado no Trigésimo Sétimo Período de Sesiones de La Cepal, realizado em Havana, de 7 a 11 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43442-la-ineficiencia-la-desigualdad>. Acesso em: out. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Decent work indicators: guidelines for producers and users of statistical and legal framework indicators: ILO manual: second version*. Geneva, ILO, 2013. 257 p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_229374.pdf. Acesso em: out. 2019.

JOLLIFFE, D.; PRYDZ, E. B. Estimating international poverty lines from comparable national thresholds. *The Journal of Economic Inequality*, New York: Springer, v. 14, n. 2, p. 185-198, June 2016.

LILA, M. F; FREITAS, M. P. S de. *Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na pesquisa mensal de emprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 101 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 22). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/19902-suplementos-pme3.html?t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

MEETING OF EXPERTS ON LABOUR STATISTICS, 2018, Geneve. *Report for discussion at the meeting of experts on labour statistics in preparation for the 20th international conference of labour statisticians*. Geneva: International Labour Office - ILO, 2018. 56 p. (Statistics on work relationships). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/event/wcms_615360.pdf. Acesso em: out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: out. 2019.

OKUN, A. M. Increasing equality in an efficient economy. In: OKUN, A. M. *Equality and efficiency: the big tradeoff*. Prefácio escrito por Lawrence H. Summers. Ed. rev. e ampl. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2015. p. 86-116.

OLIVEIRA, A. C. P. de; CARVALHO, C. P. de. Gestão escolar, liderança do diretor e resultados educacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-18, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230015>. Acesso em: out. 2019.

ORTIZ, I. Situación ocupacional de los jóvenes egresados de la educación media: comparación entre los egresados de la formación técnico-profesional y la humanista-científica. *Estudios Pedagógicos*, Valdivia: Universidad Austral de Chile, Facultad de Filosofía y Humanidades, v. 37, n. 2, p. 181-196, 2011. Disponível em: http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052011000200011&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: out. 2019.

OSTRY, J. D.; BERG, A.; TSANGARIDES, C. G. *Redistribution, inequality, and growth*. Washington, DC: International Monetary Fund - IMF, 2014. 30 p. (IMF staff discussion note, February 2014 - SDN/14/02). Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>. Acesso em: out. 2019.

OUTRAS formas de trabalho 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24091&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

PALMA, J. G. *Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the "inverted-u": the share of the rich is what it's all about*. Cambridge [Reino Unido]: University of Cambridge, Faculty of Economics, 2011. 65 p. (Cambridge working papers in economics - CWPE, 1111). Disponível em: <http://www.econ.cam.ac.uk/research-files/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>. Acesso em: out. 2019.

PERFIL do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2012. 412 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf. Acesso em: out. 2019.

PERFIL dos estados brasileiros 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 105 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/16770-pesquisa-de-informacoes-basicas-estaduais.html?edicao=18174&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

PERFIL dos municípios brasileiros 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 131 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=25506&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

PERSPECTIVAS sociais e de emprego no mundo: tendências para mulheres no mercado de trabalho 2017. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho - OIT, 2017. 1 p. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_558014.pdf. Acesso em: out. 2019.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 213 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=20748&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.6. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 113 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. 62 p. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: out. 2019.

POVERTY and shared prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle. Washington, DC: World Bank, 2018. 176 p. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>. Acesso em: out. 2019.

PRINCIPAIS diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 10 p. Nota técnica. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Continua.pdf. Acesso em: out. 2019.

QUINTINI, G.; MANFREDI, T. *Going separate ways?: school-to-work transitions in the United States and Europe*. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2009. 53 p. (OECD social, employment and migration working papers, n. 90). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/going-separate-ways-school-to-work-transitions-in-the-united-states-and-europe_221717700447. Acesso em: out. 2019.

QUINTINI, G.; MARTIN, J. P.; MARTIN, S. *The changing nature of the school-to-work transition process in OECD countries*. Bonn: Institute for the Study of Labor - IZA, 2007. 45 p. (IZA discussion paper, n. 2582). Disponível em: <https://www.iza.org/publications/dp/2582/the-changing-nature-of-the-school-to-work-transition-process-in-oecd-countries>. Acesso em: out. 2019.

RELATÓRIO do 2o ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2018. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2018. 460 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17>. Acesso em out. 2019.

REVISÃO da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua: identificação e tratamento de rendimentos outliers na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 4 p. Nota explicativa da PNAD Contínua, jul. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

RIBEIRO, S. C. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, v. 5, n. 12, p. 7-21, maio/ago. 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000200002>. Acesso em: out. 2019.

SANTOS, M. E. *Desafíos en el diseño de medidas de pobreza multidimensional*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2019. 41 p. (Serie estudios estadísticos, 100). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44583-challenges-designing-national-multidimensional-poverty-measures>. Acesso em: out. 2019.

SÍNTESE de indicadores sociais 2012: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 289 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.

29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=17068&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

SÍNTESE de indicadores sociais 2017: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 147 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

SÍNTESE de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 39). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=23289&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=18363&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 11 p. (Contas nacionais, n. 63). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=22960&t=publicacoes>. Acesso em: out. 2019.

SOARES, J. F.; CANDIAN, J. O efeito da escola básica brasileira: as evidências do PISA e do SAEB. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, v. 2, n. 4, p. 163-181, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1522>. Acesso em: out. 2019.

SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro. In: VELOSO, F. et al. (Org.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 2009. p. 73-91.

SOCIETY at a glance 2016: OECD social indicators. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2016. 135 p. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2016_9789264261488-en. Acesso em: out. 2019.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: out. 2018.

IN IT TOGETHER: why less inequality benefits all. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2015. 332 p. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/employment/in-it-together-why-less-inequality-benefits-all_9789264235120-en#page1. Acesso em: out. 2019.

TOWARDS a system of social and demographic statistics. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 1975. 187 p. (Studies in methods. Series F, n. 18). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/479011?ln=en>. Acesso em: out. 2019.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General comment no. 4: the right to adequate housing: art. 11 (1) of the covenant*. Geneva, 1991. 7 p. Adotado na 6th session of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights - CESCR, realizada em Geneva, em 13 de dezembro de 1991. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/47a7079a1.pdf>. Acesso em: out. 2019.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Education. In: UNITED NATIONS. *Sustainable development knowledge platform*. New York, [2019]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/education>. Acesso em: out. 2019.

WHAT do we mean by "youth"? Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Unesco, 2018. Disponível em: <https://wayback.archive-it.org/10611/20181201061617/http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>. Acesso em: out. 2019.

WHAT does NEETs mean and why is the concept so easily misinterpreted? Geneva: International Labour Office - ILO, 2015. 13 p. (Technical brief, n. 1). Elaborado no âmbito do projeto Work4Youth (W4Y), uma parceria entre a Organização Internacional do Trabalho - OIT e a Fundação MasterCard. Disponível em: <http://www.ilo.org/employment/areas/youth-employment/work-for-youth/publications/technical-briefs/lang--en/index.htm>. Acesso em: out. 2019.

WORLD employment and social outlook: trends 2017. Geneva: International Labour Office - ILO, 2017. 56 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf. Acesso em: out. 2019.

Anexos

1 Notas sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

2 Grupamentos e divisões de atividade

3 Notas explicativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2019

1 Notas sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua¹

O Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, implantado progressivamente no Brasil a partir de 2006, teve como finalidade a reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, cujo objetivo foi, entre outros, proporcionar indicadores sobre o mercado de trabalho de curto prazo, com abrangência nacional, produzindo informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. O SIPD constitui um modelo de produção de pesquisas amostrais domiciliares no qual o planejamento, a execução, a análise e a disseminação dos resultados são conduzidos de forma coordenada, não só facilitando o atendimento de novas demandas como também otimizando os recursos utilizados. Destaca-se, entre outros aspectos, que a amostra de cada uma das pesquisas desse sistema corresponde a uma parte ou à integralidade de uma amostra mestra, e os conceitos e os processos são harmonizados entre elas.

Dentre as pesquisas que fazem parte do SIPD, está a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua que, a partir de janeiro de 2012, foi implantada em todo o Território Nacional, passando a fazer parte, em caráter definitivo, do conjunto de pesquisas correntes do IBGE. Ela destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares.

Data e períodos de referência

Semana de entrevista - Semana, de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nas unidades domiciliares de um determinado grupo de setores.

Semana de referência - Semana, de domingo a sábado, que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de informações sobre pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

¹ Extraídas de: PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínuas: notas técnicas: versão 1.6. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 113 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: out. 2019.

Último dia da semana de referência - Data que finaliza a semana de referência. É utilizada como data de referência para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas, e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.

Período de referência de 30 dias - Período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre a procura efetiva de trabalho.

Período de referência de 30 dias contados a partir do 1º dia da semana de referência - Período utilizado na captação de informações sobre a disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho.

Mês de referência - Mês anterior ao que contém a semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre os rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além de outros rendimentos, tais como: pensão alimentícia, seguro-desemprego etc.

Plano amostral

O plano amostral adotado na PNAD Contínua é conglomerado em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias de amostragem. A definição de tais unidades levou em consideração o tamanho dos setores censitários, sendo que cada uma delas devia possuir ao menos 60 domicílios particulares permanentes, incluindo os ocupados, os ocupados sem entrevista realizada e os vagos. Um setor censitário que possuía 60 ou mais domicílios particulares permanentes constituiu sozinho uma unidade primária de amostragem. Por outro lado, os setores censitários com tamanho menor que o mínimo definido foram agrupados dentro do mesmo subdistrito, respeitando a contiguidade, o tipo e a situação dos setores, até que o grupo formado tivesse ao menos 60 domicílios particulares permanentes. Cada um dos grupos assim formados constituiu uma unidade primária de amostragem.

Esquema de rotação da amostra de domicílios

A PNAD Contínua tem periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de três meses para, ao final desse ciclo, serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados.

Um dos principais interesses em pesquisas contínuas que acompanham mercado de trabalho é a inferência a respeito de mudanças no comportamento dos indicadores, considerando o período de divulgação definido. Nessas situações, a amostra é planejada de tal forma que haja rotação dos domicílios selecionados, mantendo uma parcela sobreposta entre dois períodos de divulgação subsequentes.

No caso da PNAD Contínua, o esquema de rotação da amostra adotado foi o esquema 1-2(5), que é o mais eficiente quando um dos principais interesses da pesquisa é a inferência a respeito de mudanças em indicadores trimestrais. Nesse esquema, o domicílio é entrevistado um mês e sai da amostra por dois meses seguidos, sendo

esta sequência repetida cinco vezes. Para a operacionalização desse esquema, foi necessário definir 15 grupos de rotação de domicílios (painéis), dividindo a amostra de unidades primárias de amostragem nesses grupos. A cada mês do trimestre, são pesquisados cinco grupos e, ao final do período, a amostra é acumulada para produção dos indicadores.

Tamanho da amostra

A PNAD Contínua visita, trimestralmente, 15 096 unidades primárias de amostragem espalhadas em todo o Território Nacional. Em cada uma delas, 14 domicílios são visitados, totalizando 211 344 domicílios por trimestre.

A coleta das 15 096 unidades primárias de amostragem de um trimestre é distribuída em 12 semanas, de forma a manter um equilíbrio na carga de trabalho. Assim, a cada semana, aproximadamente 1 310 ($1/12$ da amostra) unidades primárias de amostragem são entrevistadas, e, a cada mês, cerca de 5 032 unidades primárias de amostragem ($1/3$ da amostra) são visitadas.

Características de trabalho

O conceito de trabalho abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros:

- a) Trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho;
- b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio;
- c) Trabalho voluntário;
- d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou
- e) Trabalho nos afazeres domésticos.

O item a), trabalho em ocupação, apresenta a forma de trabalho adotada para definir a força de trabalho. Este conceito de trabalho em ocupação, utilizado a partir do quarto trimestre de 2015, já está ajustado à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET. Anteriormente, no que concerne ao trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, somente era assim considerado se fosse em ajuda na atividade econômica de membro do domicílio.

Classificações utilizadas

Ocupações

As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-08 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88), da Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO). A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade à qual a pessoa estava vinculada. Para a pessoa que trabalhava por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a natureza da atividade exercida.

As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A CNAE-Domiciliar 2.0 mantém-se idêntica à CNAE 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão), com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o atacado do varejo; reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares; e desagrega algumas atividades de interesse para as pesquisas domiciliares. A CNAE 2.0 tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 4ª revisão, das Nações Unidas.

Disseminação dos resultados

As tabelas de resultados da PNAD Contínua e os coeficientes de variação associados às estimativas constantes nas tabelas são divulgados no portal do IBGE na Internet, como indicado a seguir:

Periodicidade mensal - Conjunto restrito de indicadores nacionais relacionados à força de trabalho, obtidos por médias móveis trimestrais, apenas no nível geográfico de Brasil.

Periodicidade trimestral - Conjunto detalhado de indicadores relacionados à força de trabalho, para todos os níveis geográficos da pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina.

Periodicidade anual - Conjunto de indicadores relacionados aos demais temas suplementares permanentes da pesquisa e indicadores complementares relacionados à força de trabalho, com detalhamento variável, para todos os níveis geográficos da 22 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua pesquisa: Brasil; Grandes Regiões; Unidades da Federação; 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia); Municípios das Capitais; e Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE GrandeTeresina.

Periodicidade variável - Indicadores para outros temas ou tópicos dos temas permanentes da pesquisa, investigados ocasionalmente para suprir necessidades de informações para a formulação e gestão de políticas públicas, com abrangência geográfica também variável.

2 Grupamentos e divisões de atividade

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Agropecuária)

- Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados
- Produção florestal
- Pesca e aquicultura

Indústria geral (Indústria)

- Indústrias extrativas
- Indústrias de transformação
- Eletricidade e gás
- Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação

Construção

- Construção e incorporação de edifícios
- Obras de infraestrutura
- Serviços especializados para construção

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (Comércio e reparação)

- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas

Transporte, armazenagem e correio

- Transporte terrestre
- Transporte aquaviário
- Transporte aéreo
- Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
- Correio e outras atividades de entrega

Alojamento e alimentação

Informação, financeiras e outras atividades profissionais

- Informação e comunicação
- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- Atividades imobiliárias
- Atividades profissionais, científicas e técnicas
- Atividades administrativas e complementares

Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (Administração pública, educação, saúde e serviços sociais)

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação

Atividades de atenção à saúde humana

Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências coletivas e particulares

Serviços de assistência social sem alojamento

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outros serviços

Artes, cultura, esporte e recreação

Atividades de organizações associativas

Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos

Outras atividades de serviços pessoais

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades mal definidas

Atividades mal definidas

3 Notas explicativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua utilizadas na Síntese de Indicadores Sociais 2019

Nota sobre as estatísticas de rendimento por décimos e outros percentuais da população

Esta nota descreve como os décimos e outros percentuais da população são estabelecidos para o cálculo de estatísticas de rendimento como, por exemplo, o rendimento médio do 1º décimo da população, com os dados da PNAD Contínua.

Para a construção dos décimos e outros percentuais, a população é ordenada em função da renda de interesse (rendimento domiciliar per capita, rendimento efetivo ou habitual do trabalho) e depois dividida em 15 classes (ou grupos) com percentuais da população previamente definidos, como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, todas contendo 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, por exemplo, a primeira classe (até 5%) contém indivíduos com os menores rendimentos registrados e a última classe (mais de 99% até 100%) contém os maiores rendimentos registrados. Estas classes podem ser agrupadas em classes maiores, por exemplo, até 20%, mais de 20% até 40%, etc. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

Nas tabelas, estes grupos são reportados como “classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento” ou “classes de percentual de domicílios em ordem crescente de rendimento”. Cabe mencionar que o conjunto de pessoas considerado nos cálculos varia segundo o conceito de rendimento utilizado. Por exemplo, quando os décimos são baseados no rendimento domiciliar per capita, são considerados apenas os dados dos moradores em domicílios particulares permanentes com “condição no domicílio” diferente de “empregado doméstico”, “parente de empregados doméstico” e “pensionista”. Quando os décimos são baseados nos rendimentos do trabalho, são considerados apenas os ocupados com rendimento.

Como a pesquisa é feita por amostragem, cada pessoa possui um peso, o qual deve ser considerado para determinar o ponto de corte de cada classe. O método adotado permite que se divida a população em grupos que contenham um percentual fixo da população. No entanto, pessoas ou domicílios com rendimentos iguais podem ser alocadas em classes diferentes. Os bancos de dados da PNAD Contínua são ordenados por estrato, unidade primária de amostragem, código de domicílio e número de ordem da pessoa. Cabe ressaltar que a ordem do banco não altera as estatísticas de rendimentos das classes definidas acima. Entretanto, a ordem do banco altera a classificação dos indivíduos. Se o usuário desejar replicar a classificações das pessoas, utilizadas nas tabulações dos dados por décimos (ou outros percentuais), deve seguir o passo a passo abaixo, de acordo com o nível geográfico (Brasil, Grande Região, Unidade da Federação ou Município da Capital) de interesse para o qual a informação será produzida.

Passo a passo:

1. Ordenar o banco de dados da PNAD Contínua pelas variáveis que identificam estrato, unidade primária de amostragem, código de domicílio e número de ordem da pessoa, nesta ordem e de forma crescente;
2. Ordenar o banco novamente, desta vez por ordem crescente da variável de rendimento, dentro do nível geográfico de interesse;
3. Acumular os pesos das pessoas (ou domicílios, quando for o caso) ordenadas no item (2), dentro do nível geográfico de interesse; e
4. Dentro do nível geográfico de interesse, alocar os primeiros indivíduos (ou domicílios, quando for o caso) na classe de rendimento 1, os seguintes são alocados na classe de rendimento 2 e assim sucessivamente, de acordo com o tamanho da classe de rendimento desejada.

Nota sobre o deflacionamento das variáveis de rendimento

O IBGE, por meio desta nota, esclarece o procedimento adotado para atualizar os rendimentos, obtidos pela PNAD Contínua, divulgados na Síntese de Indicadores Sociais 2019.

Os indicadores de rendimento são divulgados em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, originalmente disponíveis, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Esse índice é parte integrante do Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC que contempla atualmente 13 Regiões Metropolitanas, duas capitais e o Distrito Federal. Esse procedimento segue a mesma metodologia das divulgações da PNAD Contínua segundo o recorte anual, utilizando como deflator médio do ano a média dos deflatores mensais por nível geográfico, conforme pode ser visto no Anexo 3, **Esclarecimentos sobre o deflacionamento dos rendimentos anuais da PNAD Contínua**, das Notas técnicas da pesquisa². Os valores dos deflatores podem ser encontrados na documentação dos microdados anuais³.

Quanto às classes de salário mínimo, o valor de referência é o salário mínimo nominal de 2018, equivalente a R\$ 954,00. Dessa forma, para a construção das classes de salário mínimo, os rendimentos são deflacionados para reais médios de 2018 e as classes são definidas a partir do valor de referência R\$ 954,00.

Com relação às classes de rendimento, os valores podem ter sido deflacionados para reais médios de 2018 ou para reais médios do mesmo ano. De forma geral, quando se tem foco nos valores dos rendimentos, o deflacionamento é feito levando para reais médios do último ano, já quando o foco é nos percentuais de pessoas ou domicílios dentro dos grupos, o deflacionamento leva para reais médios do mesmo ano. Em cada tabela que faz uso de informações de rendimento, está identificado o formato do deflacionamento aplicado.

² Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: PESQUISA nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas: versão 1.6. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 61-62. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>>. Acesso em: out. 2019.

³ Para informações mais detalhadas, consultar o endereço na Internet <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Documentacao/>.

Um caso específico das classes de rendimento é relacionado às classes pelas linhas sugeridas pelo Banco Mundial para medir pobreza monetária. Tais linhas seguem diferentes critérios e calculam a incidência da pobreza a partir de um certo ganho diário em dólares (US\$), definido em 2011 pela paridade do poder de compra (PPC)⁴. Os diversos valores são delineados conforme uma avaliação do corte ideal para capturar a pobreza do País em relação ao resto do mundo, mas também controlando por seu nível de desenvolvimento, sendo eles: US\$ 1,90, US\$ 3,20 e US\$ 5,50 por dia. Na Síntese de Indicadores Sociais, esses valores são convertidos em reais, com o fator de conversão R\$ 1,66 para US\$ 1,00 em 2011, e posteriormente transformados para valores mensais e deflacionados para reais médios do ano. O intuito ao utilizar esta classificação é comparar de forma adequada os níveis de renda, considerando pelo PPC os diferentes custos de vida dos países, da mesma forma que leva em conta a evolução inflacionária no Brasil. Também constam na publicação as linhas de referência para concessão do benefício do Bolsa Família, segundo os valores vigentes desde julho de 2018 (até R\$ 89,00 e até R\$ 178,00), aplicados a todos os anos.

Nota sobre o tratamento para rendimento *outlier*

O tratamento dos rendimentos considerados *outliers* realizados na base na PNAD Contínua de primeiras entrevistas para cálculo dos indicadores da Síntese de Indicadores Sociais 2019 seguiu a metodologia elaborada e divulgada na nota explicativa, divulgada pelo IBGE, em julho de 2019⁵.

Nota sobre a composição da variável renda domiciliar *per capita*

A composição da variável renda domiciliar *per capita* na PNAD Contínua utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos, indicadores de desigualdade e pobreza seguiu a metodologia elaborada e divulgada na nota explicativa da pesquisa, divulgada pelo IBGE, em setembro 2019⁶.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar as publicações: CHILDHOOD poverty in Latin America and the Caribbean. Washington, DC: World Bank Group, 2016. 4 p. Acima do título: Poverty and inequality monitoring: Latin America and the Caribbean. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/556441468196194868/pdf/106573-BRI-PUBLIC.pdf>>. Acesso em: out. 2019; e, FERREIRA, F.; SANCHEZ, C. A richer array of international poverty lines. In: WORLD BANK. *Let's Talk Development*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines>. Acesso em: out. 2019.

⁵ Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: REVISÃO da série de rendimentos do trabalho da PNAD contínua: identificação e tratamento de rendimentos outliers na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 4 p. Nota explicativa da PNAD Contínua, jul. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

⁶ Para informações mais detalhadas, consultar a publicação: COMPOSIÇÃO da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 8 p. Nota explicativa da PNAD Contínua, set. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: out. 2019.

Glossário

acesso domiciliar à internet Condição dos domicílios onde ao menos um dos moradores tem acesso à internet no próprio domicílio, por qualquer equipamento.

adensamento domiciliar excessivo Categoria em que se classificam os domicílios particulares permanentes que tem um número médio de mais de 3 moradores por cômodo utilizado como dormitório.

aluguel mensal Valor do aluguel do domicílio particular permanente alugado relativo ao mês de referência da pesquisa.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

banheiro Cômodo destinado a banho (isto é, que dispõe de chuveiro ou banheira) e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento Classificação da população em ordem crescente da renda de interesse (rendimento domiciliar *per capita*, rendimento efetivo ou habitual do trabalho etc.) e depois dividida em 15 classes (ou grupos) com percentuais da população previamente definidos, como: até 5%, de 5% até 10% e mais de 90% até 95%, cada um contendo 5% da população; até 10%, mais de 10% até 20%, mais de 20% até 30%, mais de 30% até 40%, mais de 40% até 50%, mais de 50% até 60%, mais de 60% até 70%, mais de 70% até 80%, mais de 80% até 90%, mais de 90% até 100%, todas contendo 10% da população; mais de 95% até 99%, contendo 4% da população; e mais de 99% até 100%, contendo 1% da população. Assim, o primeiro quinto possui as 20% unidades com menores rendimentos, e o último quinto possui as 20% unidades

com maiores rendimentos. Outro exemplo é a divisão em décimos, na qual se obtêm 10 grupos, cada um com 10% das unidades desejadas. Assim, o primeiro décimo possui as 10% unidades com menores rendimentos, e o último décimo possui as 10% unidades com maiores rendimentos. Em seguida, são calculadas as estatísticas de rendimento de cada classe.

classes de rendimento Ver classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento

condição de estudo A condição de estudo, além da frequência à escola ou creche, incluiu a frequência a curso: pré vestibular, técnico de nível médio e qualificação profissional.

consumo final das famílias Despesa de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

domicílio particular improvisado Ver domicílio particular.

domicílio particular permanente Ver domicílio particular.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado em: permanente – localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo); ou improvisado – localizado em unidade que não possui dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc. que esteja servindo de moradia.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obriga-

tório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

força de trabalho Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência.

força de trabalho ampliada Soma das pessoas que compõem a força de trabalho com a parcela das pessoas que se encontram na força de trabalho potencial.

força de trabalho potencial Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos: 1. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

frequência à escola ou creche Foi pesquisado se a pessoa era estudante, ou seja, se frequentava creche ou escola em curso de pré-escola, alfabetização de jovens e adultos - AJA, de ensino regular fundamental ou ensino médio, inclusive de educação especial, de ensino médio normal, curso técnico de nível médio na modalidade integrada, curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental ou ensino médio - EJA, superior de graduação, especialização nível superior, mestrado, doutorado. Considerou-se, também, como frequentando escola a pessoa que está temporariamente impedida de comparecer às aulas por motivo de doença, greve, más condições do tempo ou outra razão. Além de curso presencial, considerou-se, também, que frequentava escola a pessoa que cursava qualquer nível de ensino (fundamental, médio ou superior) na modalidade de Educação a Distância - EAD, ministrado por estabelecimento de ensino credenciado pelo Ministério da Educação para este tipo de ensino.

horas trabalhadas no trabalho principal Número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal.

índice (ou coeficiente) de Gini Medida de desigualdade relativa obtida a partir da Curva de Lorenz, que relaciona o percentual acumulado da população em ordem crescente de rendimentos (eixo x) e o percentual acumulado de rendimentos (eixo y). Quando os percentuais acumulados de população correspondem aos percentuais acumulados de rendimentos (10% da população com 10% dos rendimentos, por exemplo), tem-se a linha de perfeita igualdade. A Curva de Lorenz representa a distribuição real de rendimentos de uma dada população tendo, em geral, formato convexo. Quanto mais afastada da linha de perfeita igualdade, mais desigual a distribuição. O índice de Gini é uma medida numérica que representa o afastamento de uma dada distribuição de

renda (Curva de Lorenz) da linha de perfeita igualdade, variando de "0" (situação onde não há desigualdade) e "1" (desigualdade máxima, ou seja, toda a renda apropriada por um único indivíduo).

índice de Palma Medida de desigualdade relativa obtida a partir da razão entre o rendimento concentrado pelos 10% da população com maiores rendimentos domiciliares *per capita* e o rendimento concentrado pela população com os 40% menores rendimentos domiciliares *per capita*.

linha(s) de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza, as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo) ou subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

média de moradores por dormitório Total de habitantes residentes em domicílio particulares permanentes dividido pelo total de cômodos utilizados de forma permanente como dormitório nos domicílios particulares permanentes.

nível de ocupação Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

ocupação formal Compreende os empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social.

ocupação informal Compreende os empregados e os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem para a previdência social e os trabalhadores familiares auxiliares.

ônus excessivo com aluguel Categoria em que se classificam os domicílios particulares permanentes alugados em que o valor do aluguel iguala ou supera a proporção de 30% da renda domiciliar mensal.

paredes construídas predominantemente com materiais duráveis Quando as paredes externas do prédio onde se localiza o domicílio são predominantemente de alvenaria (tijolo, adobe, pedra, concreto pré-moldado ou aparente), taipa revestida ou madeira aparelhada.

paridade poder de compra O fator de conversão de paridade de poder de compra (PPC) é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A Paridade do Poder de Compra (PPC) é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos

índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação.

pobreza Identifica pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, quer dizer, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Identifica pessoas, famílias ou domicílios abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. Ver também linha(s) de pobreza.

população desocupada Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade sem trabalho em ocupação na semana de referência que tomou alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estava disponível para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

população em idade de trabalhar Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

população na força de trabalho Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupada ou desocupada na semana de referência.

população ocupada Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas São as pessoas que, na semana de referência, atendem as quatro condições: 1. têm 14 anos ou mais de idade; 2. trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; 3. gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; 4. e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação,

a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador, trabalhador auxiliar familiar.

posse de automóvel Existência de automóvel (inclusive do tipo utilitário que serve para transporte de pequenas cargas e pessoas), de propriedade de um dos moradores, para passeio ou locomoção, trabalho ou estudo de um ou mais membros do domicílio, no domicílio particular permanente.

posse de geladeira Existência de geladeira, de uma ou duas portas, no domicílio particular permanente.

posse de máquina de lavar roupa Existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação), no domicílio particular permanente.

posse de telefone Existência de telefone, fixo ou celular, no domicílio particular permanente.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa – o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda – o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

razão de rendimentos Relação entre os rendimentos médios mensais das pessoas de determinado grupo etário, com rendimento, em determinados estratos (normalmente décimos) populacionais ordenados em forma crescente de rendimentos. A razão 10/40 relaciona o rendimento médio dos 10% com maiores rendimentos com os 40% com menores rendimentos. A razão 20/20 relaciona os rendimentos médios dos estratos 20% com maiores rendimentos e 20% com menores rendimentos.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

rendimento do trabalho principal Rendimento do único trabalho que a pessoa tem na semana de referência. Para a pessoa que tem mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotam-se os seguintes critérios para definir o trabalho principal desse período: o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Este mesmo critério é adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados e que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona maior rendimento.

rendimento efetivo É o rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa recebeu de fato no mês de referência, como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. O rendimento efetivo difere do habitual pois considera parcelas que não tenham caráter contínuo (13º salário, 14º salário férias, comissões, horas extras, bonificações, participação nos lucros, etc) e descontos ocasionais (falta, adiantamento de parcela do 13º salário, etc). A partir do 4º trimestre de 2015, a PNAD Contínua mudou a captação do rendimento efetivo ao introduzir dois quesitos recordatórios.

rendimento habitual É o rendimento bruto ou retirada bruta que a pessoa normalmente recebe como pagamento dos trabalhos que tinha na semana de referência. No rendimento habitual não são considerados parcelas ou descontos esporádicos. No caso de remuneração variável, considerou-se o rendimento mensal que a pessoa ganhava em média, no mês em que se inseria a semana de referência. (Ver rendimento efetivo).

rendimento mensal de outras fontes O rendimento mensal de outras fontes compreende: a) o rendimento mensal, no mês de referência, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social

(Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) o rendimento médio mensal, no mês de referência, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc. A PNAD Contínua captura os rendimentos de outras fontes efetivamente recebidos no mês atual.

rendimento mensal de todas as fontes Inclui o rendimento habitual do trabalho e o rendimento de outras fontes efetivamente recebido no mês.

rendimento mensal de trabalho É o rendimento bruto (para o assalariado) ou da retirada bruta mensal (para o empregador ou trabalhador por conta própria) habitualmente recebido em dinheiro, ou em produtos e mercadorias, como pagamento pelo trabalho de um mês completo em todos os trabalhos que tinha na semana de referência. Para os moradores classificados como assalariados: É captado o pagamento bruto recebido pelo empregado, militar ou trabalhador doméstico pelo trabalho de um mês completo, sem excluir o salário família nem os descontos correspondentes à previdência social (regimes públicos ou privados), imposto de renda, faltas, empréstimos em consignação etc. Para a pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregador: Era considerada a retirada mensal, que é o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc. A PNAD Contínua coleta o rendimento normalmente recebido e o efetivamente recebido (Ver rendimento efetivo).

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento nominal É um rendimento reportado tal como é coletado, quer dizer, sem sofrer deflacionamento.

rendimento real É um rendimento atualizado pela inflação para permitir uma comparação mais fidedigna no tempo. O rendimento real difere do rendimento nominal. Nessa publicação, todos os rendimentos usados foram deflacionados para reais médios de 2018.

rendimento-hora do trabalho principal Média do rendimento do trabalho principal dividido pela média do número de horas trabalhadas.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para o cálculo dos rendimentos em salários mínimos, os rendimentos

coletados são deflacionados para reais médios do último ano da série (2018 na presente publicação) e considera-se o valor nacional em vigor no ano mais recente. O salário mínimo de referência em 2018 era R\$ 954,00.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

subocupação por insuficiência de horas trabalhadas ocorre quando o trabalhador exerce um número de horas trabalhadas inferior a 40 horas semanais, possui disponibilidade para trabalhar mais horas, seja em um segundo trabalho ou mesmo substituindo o trabalho atual por um outro que tenha carga horária maior, e tem interesse em trabalhar mais horas.

taxa ajustada de frequência escolar líquida Proporção de pessoas que frequentam o nível de ensino adequado a sua faixa etária (ou já haviam concluído esse nível), de acordo com a organização do sistema educacional brasileiro, em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

taxa composta da subutilização da força de trabalho Proporção da população subocupada por insuficiência de horas somada à população desocupada e à força de trabalho potencial, tendo como denominador a força de trabalho ampliada.

taxa de desocupação Percentual das pessoas desocupadas em relação à força de trabalho.

taxa de frequência escolar bruta Proporção de pessoas de um determinado grupo etário que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

taxa de incidência ajustada Medida de incidência das restrições, do inglês adjusted headcount, que leva em conta o quantitativo de pessoas e a amplitude das restrições, quer dizer, em quantas dimensões se tem restrição de acesso em média.

taxa de participação na força de trabalho Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

trabalho Exercício de: a) Trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) Trabalho voluntário; d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) Trabalho nos afazeres domésticos.

uso do banheiro Classificação do uso do banheiro do domicílio particular permanente em: só do domicílio - quando o banheiro é de uso exclusivo dos moradores do domicílio; ou comum a mais de um domicílio - quando o banheiro é de uso comum dos moradores do domicílio e de pelo menos um outro domicílio localizado no mesmo terreno ou propriedade.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Coordenação Geral da Síntese de Indicadores Sociais

André Simões

Revisão final dos textos

André Simões

Barbara Cobo Soares

Caroline Santos

Leonardo Athias

Luanda Botelho

João Hallak Neto

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton Furtado

Isabel Luzia Nori dos Santos

Luiz Fernando Lima Costa

Paulo César Dick

Elaboração dos mapas

Bruno Mandelli Perez

Luanda Botelho

Pedro Rocha de Moraes

Análise dos resultados

Mercado de Trabalho

João Hallak Neto

Luanda Botelho

Padrão de vida e distribuição de renda

Bruno Mandelli Perez
Leonardo Athias
Pedro Rocha de Moraes

Educação

Betina Fresneda

Colaboradores

Pedro Pereira Jorge Neto (Estagiário)
Bruno Cernigoi Delecave (Estagiário)

Projeto Editorial**Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração**Estruturação textual**

Fernanda Jardim
Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Alberto Guedes da Fontoura Neto
Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Programação visual

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização documental**

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Lioara Mandoju
Nádia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte
Newton Malta de Souza Marques

Impressão e acabamento

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS

UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

2019

Esta publicação reúne informações sobre as condições de vida da população brasileira, acompanhadas de comentários que destacam, em cada uma das dimensões temáticas de análise, algumas das principais características observadas nos diferentes estratos populacionais. Seus indicadores ilustram a heterogeneidade da sociedade sob a perspectiva das desigualdades sociais, contemplando três recortes primordiais.

O primeiro recorte, **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, relaciona a dinâmica desse mercado com o comportamento da economia brasileira entre 2012 e 2018, ressaltando suas desigualdades estruturais, sobretudo aquelas evidenciadas pelo desemprego e a informalidade incidentes nos grupos populacionais considerados mais vulneráveis - pretos ou pardos, mulheres e jovens -, bem como pela subutilização da força de trabalho. O segundo, **Padrão de vida e distribuição de renda**, aborda as desigualdades a partir de indicadores de distribuição de rendimento; acesso a bens e serviços relacionados a condições de moradia; pobreza monetária; e restrições de acesso em múltiplas dimensões, como educação, proteção social, moradia adequada e Internet. Apresenta, também, pela primeira vez, importantes indicadores para os anos de 2012 a 2018. O terceiro recorte, por fim, trata da **Educação** sob duas perspectivas. No que diz respeito à educação básica e superior, analisa a frequência escolar, as desigualdades no acesso e a trajetória e permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Quanto à gestão escolar, destaca a situação dos municípios em relação a aspectos das metas de gestão democrática do Plano Nacional da Educação - PNE.

A publicação é fartamente ilustrada com tabelas e gráficos para diferentes desagregações territoriais. Esse conjunto de informações também está disponibilizado no portal do IBGE na Internet, com tabelas que incluem indicadores apresentados no volume impresso e indicadores adicionais, com seus respectivos coeficientes de variação.

A principal fonte de informação para a construção desses indicadores é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, do IBGE. Complementarmente, outras estatísticas do Instituto são também utilizadas, como as da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC e do Sistema de Contas Nacionais - SCN.

A sistematização desses indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações nos perfis demográfico, social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais e a disseminação de informações relevantes para toda a sociedade brasileira.

